

A ESCOLA ISLÂMICA

Nossa Mensagem VIII

O MÁRTIR BEM-AVENTURADO
AYATULLAH AL-ODHMAH ASSAYED
MOHAMMAD BAQUER ASSADR (K.S.)

A Escola Islâmica

Tradução e Revisão
Samir El-Hayek e
Centro Islâmico no Brasil



Assembléia Mundial Ahlul Bait (A.S.)

Tradução e Revisão

Samir El-Hayek e Centro Islâmico no Brasil

Capa, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Yelow Design e Nasereddin Taleb Al-Khazraji

Tiragem

2.000 exemplares

Data da Edição

Julho de 2010

Impressão e Acabamento

Editora Marse

Tel.: (11) 2292-3322 - E-mail: ed.marse@terra.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Assayed, Ayatullah Al-Odhma

A Escola Islâmica / o mártir bem-aventurado Ayatullah Al-Odhma
Assayed, Mohammad Baquer Assadr ; tradução e revisão Samir El Hayek
e Centro Islâmico no Brasil. -- São Paulo : Centro Islâmico no Brasil, 2010.
-- (Nossa Mensagem ; VIII)

ISBN 978-85-88662-33-9

1. Economia - Filosofia islâmica 2. Filosofia islâmica 3. Islamismo
e filosofia 4. Sociologia islâmica I. Assadr, Mohammad Baquer.
II. Título. III. Série.

10-07155

CDD-297

Índices para catálogo sistemático:

1. Escola islâmica : Filosofia : Islamismo

297

Todos os direitos desta edição são reservados ao



Rua Vigário João Álvares, 211 - Vila Monumento
São Paulo - SP - CEP 01551-040
Tel.: 55 11 2271-2040 - Fax: 55 11 2271-2044
edicoes@arresala.org.br - www.arresala.org.br



Assembléia Mundial Ahlul Bait (A.S.)
info@ahl-ul-bayt.org
www.ahl-ul-bayt.org

É proibida a reprodução de parte ou da totalidade dos textos sem a autorização prévia.

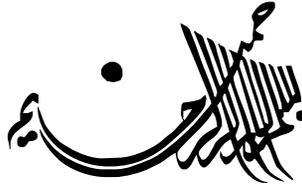
Sumário

Prefácio da Assembléia Mundial Ahlul Bait (A.S.)	9
Prefácio do Centro Islâmico no Brasil	11
Palavra do Autor	15
Parte 1 - O Homem Contemporâneo e Sua Capacidade Para Solucionar o Problema Social.....	19
O Problema da Humanidade de Hoje em Dia	19
A Humanidade e o Tratamento do Problema.....	21
A Opinião do Marxismo	22
A Opinião dos Pensadores não Marxistas	24
A Diferença Entre a Experiência Natural e Social	25
A Democracia Capitalista	34
A Democracia Capitalista	34
A Tendência Materialista do Capitalismo.....	37
A Posição da Moral no Capitalismo	39
Os Sofrimentos do Sistema Capitalista	40
O Socialismo e o Comunismo	43
O Socialismo e o Comunismo	43

O Desvio da Operação Comunista	45
As Críticas ao Comunismo	48
O Islam e o Problema Social	51
A Verdadeira Explicação do Problema	51
Como se Trata do Problema	55
A Missão da Religião.....	59
A Posição do Islam Quanto à Liberdade e ao Seguro Social.....	65
A Liberdade Entre o Capitalismo e o Islam.....	65
A Liberdade na Civilização Capitalista	66
A Posição do Islam Quanto à Liberdade	69
A Liberdade no Âmbito Pessoal	72
A Liberdade no Âmbito Social	76
O Seguro Social no Islam e no Marxismo.....	83
Parte 2 - O que Você Sabe Sobre a Economia Islâmica?	87
Introdução	87
Há, Acaso, uma Economia no Islam?.....	90
Qual é o Tipo da Economia Islâmica?	92
O que queremos dizer com a existência da economia Islâmica?... 92	
O Sistema Econômico e a Ciência Econômica.....	93
Lições Tiradas dos Exemplos Anteriores	99
A Ciência Econômica e o Sistema são Como a História e a Ética ...	100
A Ciência Econômica e as Outras Ciências.....	101
A Diferença Quanto à Função e não Quanto ao Assunto	101
O Sistema Pode ser um Círculo Para a Ciência.....	102
Os Resultados Extraídos.....	104
O Sistema não Utiliza os Meios Científicos.....	104

A Economia Islâmica e Como Admoestamos Com Ela.....	107
Qual é a Maior das Críticas?	108
A Abrangência da Lei Islâmica e Sua Extensão	109
A Prática é Outra Prova	112
A Doutrina Necessita de Elaboração	112
A Ética da Economia Islâmica.....	113
O que Falta Para a Economia Islâmica?	117

Prefácio da Assembléia Mundial Ahlul Bait (A.S.)



Em Nome de Deus, o Compassivo, o Misericordioso.

O valiosíssimo legado dos Ahlul Bait (A.S.), que é preservado por seus seguidores, é uma ampla escola de pensamento que abarca todos os ramos do conhecimento islâmico. Essa escola deu ao mundo sábios brilhantes que se inspiraram nesta fonte rica e pura. Dessa forma, a comunidade islâmica teve muitos sábios que seguiram os passos dos Imames sucessores do Profeta Mohammad (S.A.A.S.), e fizeram o melhor para esclarecer e combater as dúvidas e desafios levantados pelos vários credos e correntes filosóficas, dentro e fora da sociedade islâmica. Através dos séculos, os Imames (A.S.) e os sábios que os seguiam ofereceram respostas concludentes frente às dúvidas e desafios que lhes eram apresentados.

Para cumprir com a responsabilidade de levar o esclarecimento acerca do Islam a todos, a Assembléia Mundial Ahlul Bait (A.S.), entidade sediada no Irã, entregou-se de forma integral ao trabalho de defesa da pureza da mensagem islâmica e seus ramos, mensagem esta que freqüentemente é atacada pelos partidários de várias correntes e ideologias, algumas, inclusive, severamente hostis ao Islam. A Assembléia segue as pegadas dos Ahlul Bait (A.S.) e seus seguidores, estando sempre pronta para confrontar esses desafios, e dessa forma, estando sempre na vanguarda em relação às exigências de cada época.

Os argumentos contidos nos trabalhos dos estudiosos da escola dos Ahlul Bait (A.S.) são de uma qualidade única. Isso, devido a basearem-se no conhecimento genuíno e no uso da razão, se distanciando do preconceito e do fanatismo. Os argumentos destes estudiosos e pensadores invariavelmente alcançam as mentes saudáveis, que estão de acordo com a natureza humana.

Para auxiliar todos aqueles que buscam a verdade, a Assembléia Mundial Ahlul Bait (A.S.) tem se esforçado para apresentar os argumentos contidos nos estudos dos pensadores xiitas contemporâneos, e daqueles que aderiram a essa sublime escola pela bênção divina. Ainda assim, lembramos que a Assembléia continua engajada na edição e publicação de valiosos trabalhos de líderes xiitas do passado, para auxiliar a todos aqueles que buscam descobrir as verdades que a escola dos Ahlul Bait (A.S.) tem oferecido ao mundo.

Dito isso, declaramos que a Assembléia Mundial Ahlul Bait (A.S.) busca beneficiar-se das opiniões dos leitores e de suas sugestões e críticas construtivas nesta área. Nós também convidamos os sábios, tradutores e outras instituições, a nos auxiliarem na propagação dos ensinamentos islâmicos genuínos, pregados pelo Profeta Mohammad (S.A.A.S.).

Rogamos a Deus, o Altíssimo, que derrame suas bênçãos e clemência sobre o autor deste livro, o grande pensador islâmico, o Sábio e Mártir bem-aventurado, Ayatullah al-Odhmah Assayed Mohammad Baquer Assadr (K.S.), o qual deu à nação o melhor do Islam e do seu conhecimento, e enriqueceu a cultura islâmica com suas obras fantásticas, que até hoje são fonte de estudo e inspiração no mundo todo.

Por fim, agradecemos imensamente ao professor Samir El Hayek, responsável pela tradução desta obra para a língua portuguesa, e também, a todos os nossos colegas responsáveis pela concretização desse trabalho, especialmente o Centro Islâmico no Brasil, o qual, em parceria com a Assembléia, se encarregou da tradução, edição e publicação desta obra por meio de sua Comissão Geral de Publicações, liderada pela Sua Eminência Sheikh Taleb Hussein al-Khazraji.

Pedimos a Deus, o Altíssimo, que aceite nossos humildes esforços e nos capacite ainda mais, para incrementar nossos trabalhos sob a orientação do Imam Mahdi (que Deus apresse seu retorno).

*Departamento de Assuntos Culturais
Assembléia Mundial Ahlul Bait (A.S.)*



إن كتب الشهيد السعيد آية الله العظمى السيد محمد باقر الصدر (قدس) تعتبر بحق من أعظم كنوز الفكر و المعرفة والتي يبين فيها النظرية الإسلامية الأصيلة الثابتة و تنفيذ النظريات المادية الأخرى التي لا تستطيع أن تصمد و تقف أمام المناقشات المنطقية و العقلية و التساؤلات الدقيقة التي يطرحها سماحة السيد المؤلف (قدس) وهذا ما يستدعي الإنسان أن يقف كثيراً عندها و يقرأها بإمعان و اهتمام بالغين لأنها تستهدف شيئاً أساسياً في الحياة و هي المنهج الأصح للإنسان و الذي ينطلق و يبني الحياة بموجه.

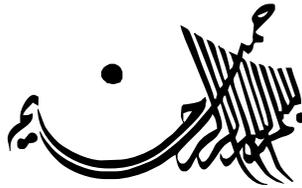
و الكتاب الذي بين يديك قارئنا العزيز هو " المدرسة الإسلامية " بجزئيه الأول { الإنسان المعاصر و المشكلة الاجتماعية } و الثاني { ماذا تعرف عن الاقتصاد الإسلامي } هو إحدى الكنوز المعرفية الراقية و الرائعة رغم صغر حجمه و اختصاره و التي يناقش فيه النظرية الماركسية و الرأسمالية المادية مناقشة علمية و منطقية دقيقة للغاية و يثبت بطلانها و عدم قدرتها على الصمود و السير وفق الفطرة البشرية السليمة و بالتالي يثبت أحقية رسالة الإسلام و التي هي رسالة الله و دينه إلى الناس كافة في الصمود و الثبات لبناء الحياة

الحرّة والكريمة والسعيدة كما ويبرهن ويدلّل على أن المذهب الاقتصادي في الإسلام له أساسه وقواعده ومنهجه في الحياة ما يجعله يتميز عن غيره من الأنظمة والقوانين باعتباره مذهباً وطريقاً ربانياً لسعادة البشرية المعذبة ويحقق بذلك الحق والعدالة ويدفع الباطل والظلم ويجارهما بقوة فالكتاب جدير بالمطالعة والدراسة ولمرات عديدة لأنه يعتبر مفتاحاً وممهداً لكتاب الشهيد الصدر (قدس) الواسع "اقتصادنا" ومن منطلق الواجب الذي تحمّلناه وعاهدنا الله على حمّله وطلبنا للعلم النافع وتثبيتنا للوعي الأصيل ونشرا للفكر البناء الهادف يتشرف المركز الإسلامي في البرازيل وبالتعاون والتنسيق مع المجمع العالمي لأهل البيت (ع) قسم الترجمة في ترجمة هذا الكتاب المفيد وتقديمه للقراء الكرام آملين الاستفادة منه لكل عشاق العلم والمعرفة ومن الله نستمد العون وهو حسبنا ونعم الوكيل والحمد لله رب العالمين.

الشيخ طالب حسين الخزرجي

المركز الإسلامي في البرازيل

Prefácio do Centro Islâmico no Brasil



Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso.

Em verdade, os livros do mártir bem-aventurado, Ayatullah al-Odhmah Assayed Mohammad Baquer Assadr (K.S.), são considerados grandiosos tesouros de sabedoria e conhecimento, onde ele esclarece as firmes e puras teorias islâmicas que derrubam as teorias materialistas, que se mostram fracas e débeis diante da lógica, da razão e dos questionamentos científicos que este grande autor lança ao confrontá-las. São livros que, diante de seus temas, exigem que o leitor medite e busque se aprofundar nas questões apresentadas, já que abordam os princípios essenciais da vida humana em seus mínimos detalhes.

O livro que você carrega em mãos querido leitor, “*A Escola Islâmica*”, é dividido em duas partes principais: a primeira denominada “*O Homem Contemporâneo e Sua Capacidade Para Solucionar o Problema Social*”; e a segunda “*O que Você Sabe Sobre a Economia Islâmica?*”. Este livro classifica-se como uma obra de imensa importância, mesmo que seja basicamente um resumo introdutório das idéias do autor. Nele o autor discute as teorias marxista e capitalista, através de um diálogo baseado na razão, que demonstra de forma clara o fracasso de ambas perante os grandes desafios da busca pela vida livre, honrada e equilibrada. Ao mesmo tempo, ele apresenta a teoria econômica islâmica, que se enraíza na vida social de modo abrangente, e muito diferenciado de qualquer outro sistema econômico ou social, pois o Islam é considerado um caminho divino que leva à felicidade do homem, no intuito de que o mesmo alcance a justiça e a verdade, afastando qualquer tipo de opressão e engano de sua vida individual e social.

É importante que o leitor se aprofunde no conteúdo deste livro, já que ele é considerado uma introdução para a obra prima do Seyyed Assadr (K.S.), denominada “*Nossa Economia*”. E tomando como base a nossa obrigação e a nossa promessa a Deus em divulgar o trabalho das mentes sábias e iluminadas do Islam, o Centro Islâmico no Brasil tem a honra de traduzir, editar e publicar esta grandiosa obra, e apresentá-la aos queridos leitores, rogando a Deus, O Todo Poderoso, a que a mesma possa ser fonte de sabedoria e conhecimento a todos que a lerem.

Louvado seja Deus, o Senhor do universo.

Sheikh Taleb Hussein al-Khazraji
Centro Islâmico no Brasil

Palavra do Autor

Há três anos¹ tentamos modestamente estudar com maior profundidade os princípios do marxismo e do Islam. O nosso livro “*Falsafatuna*” (Nossa Filosofia) foi uma demonstração dessa tentativa e um ponto de partida de uma idéia em série que procura estudar o Islam desde a base até o cume.

Assim, foi publicado o livro “*Falsafatuna*” (Nossa Filosofia) e dois anos depois, aproximadamente, foi publicado o livro “*Ictissáduna*” (Nossa Economia). Ambas as idéias ficaram à espera de novos irmãos para completarem a série intelectual que esperamos apresentar aos muçulmanos.

Desde o começo, por causa da grande aceitação e procura pelos dois livros, o *Falsafatuna* se esgotou em algumas semanas. Durante a comparação percebemos a grande diferença entre o pensamento islâmico no seu altíssimo nível e a realidade vivida em nosso país em geral, ao ponto de se tornar muito difícil para alguns acompanhar o nível elevado, sem muito esforço. Por isso, tornou-se necessário buscar apresentar lições de nível médio que ajudassem o leitor a subir gradualmente na compreensão até alcançar o nível elevado. Com isso, apareceu a idéia de escrever a **Escola Islâmica**, ou seja, apresentar o pensamento islâmico de forma didática através de lições sucessivas que caminham paralelamente à série principal que são os dois livros: **Nossa Filosofia e Nossa Economia**. Assim, essas lições iriam ajudar a transmitir a mensagem intelectual do Islam, em concordância com os meios e os objetivos principais, mesmo sendo diferentes em nível e grau.

1. No ano 1379 do calendário islâmico.

Estabelecemos, quando estávamos pensando em publicar o livro “A Escola Islâmica”, as características do pensamento didático que constituem o caráter geral e a linha intelectual da “Escola Islâmica” que estamos tentando editar.

As características da “Escola Islâmica” se resumem no seguinte:

1- O objetivo direto da “Escola Islâmica” é convencer mais que inovar. Por isso, a Escola se alimenta intelectualmente dos dois livros: “Nossa Filosofia” e “Nossa Economia”, dos seus dois irmãos, e os apresenta no seu nível escolar em particular e não se importa se as idéias são apresentadas pela primeira vez.

2- A Escola Islâmica não se limita sempre ao sistema de demonstração dos conceitos, porque esse aspecto está menos aparente nas idéias em comparação com o livro “Nossa Filosofia” e seus livros irmãos de acordo com o grau de simplicidade e facilidade almejadas nas lições didáticas.

3- A Escola Islâmica trata de um círculo intelectual mais amplo do que o campo ideológico abordado em Nossa Filosofia e seus co-irmãos, porque não se limita em apresentar as principais partes da estrutura islâmica em geral, mas trata de todos os temas filosóficos, sociais, históricos e alcorânicos que influenciam no desenvolvimento da consciência islâmica, na construção e no complemento da personalidade islâmica, intelectual e espiritualmente.

Allah, o Altíssimo, permitiu que a idéia da Escola Islâmica se encontrasse com a da introdução do livro “Nossa Filosofia”, mesclando-se ambas para serem publicadas juntas neste livro.

O outro conceito foi o fruto da insistência dos nossos queridos leitores que queriam que o livro “Nossa Filosofia” fosse reimpresso. Na época, eu estava ocupado terminando o livro “Nossa Economia” e tentando ampliar e facilitar as pesquisas que abordamos em “Nossa Filosofia” antes de reimprimi-lo. Isso precisava de tempo, algo que eu não dispunha no momento.

Por isso, o desejo dos queridos leitores se direcionou à preparação do livro “Nossa Filosofia”, porque a sua reimpressão não precisava de tanto esforço como imprimir o livro inteiro. Os pedidos que chegavam não deixavam dúvida que deveria atendê-los.

Assim, as duas idéias se encontraram. Por que não utilizar a Introdução do livro “Nossa Filosofia” como o primeiro capítulo na edição de Escola Islâmica?

E assim foi.

Não nos limitamos à impressão da introdução; introduzimos algumas alterações necessárias e explicamos mais alguns de seus conceitos como o conceito do instinto do amor próprio e acrescentamos dois importantes capítulos, o primeiro é: “O Homem Moderno e Sua Capacidade de Resolver o Problema Social”, no qual abordamos a capacidade da humanidade para a elaboração de um sistema social capaz de garantir sua felicidade e perfeição.

No segundo capítulo intitulado: “A Posição do Islam Quanto à Liberdade e ao Seguro Social”, como último capítulo do livro, fizemos uma comparação da posição do Islam, da liberdade do capitalismo e a posição do Islam e do marxismo quanto ao seguro social.

Assim a introdução ganhou volume e um novo título: “O Ser Humano Moderno e o Problema Social”, sendo ele o primeiro capítulo da “Escola Islâmica”.

Deus é quem garante o sucesso.

Mohammad Baquer Assadr

O Homem Contemporâneo e Sua Capacidade Para Solucionar o Problema Social

O Problema da Humanidade de Hoje em Dia

O problema que preocupa a reflexão da humanidade hoje e atinge, em cheio, a sua realidade é o problema do sistema social que se resume na sincera resposta à seguinte pergunta:

Qual é o sistema perfeito que proporciona à humanidade a felicidade na vida social?

É normal que este problema assuma a sua importância e que seja, na sua complexidade e nas várias formas de empenho para a sua solução, uma fonte de perigo para a própria humanidade, uma vez que o sistema faz parte da vida humana e influencia intimamente a sua existência social.

Esse problema está profundamente enraizado, desde os velhos tempos, na história da humanidade. O ser humano o enfrentou desde o início da realidade da vida social e da eclosão da coletividade humana representada por vários membros unidos por relações e vínculos coletivos. Essas relações precisam, naturalmente, de orientação e organização abrangentes, com a estabilidade e a felicidade da sociedade dependendo da medida em que esta organização se harmoniza com a realidade e com os interesses humanos.

Esse problema impulsionou a humanidade, em seus campos intelectuais e políticos, a travar uma longa luta, repleta de vários tipos de atividades e de várias doutrinas do intelecto humano, fazendo-a construir um edifício social, com suas variadas linhas de arquitetura e plantas, e assentar os seus pilares. Foi uma luta desgastante repleta de dores e injustiças bem como de risos e

lágrimas, na qual a felicidade e a tristeza se mesclaram. Tudo isso representado, naqueles matizes sociais, pelo aparecimento das distorções e dos desvios da verdadeira conduta social. Se não fosse por alguns vislumbres que iluminaram alguns instantes da história desse planeta, a sociedade humana estaria vivendo uma tragédia permanente e nadaria para sempre nas inúmeras ondas.

Nós não queremos examinar agora as fases da luta humana no campo social porque não é a nossa intenção neste estudo relatar a história sofrida da humanidade e a passagem de diferentes etapas. Queremos acompanhar a humanidade na sua realidade atual e nas fases que passou para conhecermos o objetivo no qual a fase deve terminar e o local natural onde o navio deve passar e atracar para alcançar a paz e o bem-estar, e retornar para uma vida agradável repleta de justiça e felicidade, depois de esforço e sofrimento longos, e depois de uma longa viagem em diversos sentidos e direções.

A verdade é que a percepção do ser humano moderno no que diz respeito ao problema social é mais intensa do que nas etapas dos velhos tempos. O indivíduo está mais consciente do problema e conhece suas complicações porque ele sabe que o problema é fruto de sua própria obra. O sistema social não lhe foi imposto de cima como foram impostas as leis naturais, que controlam a relação do ser humano com a natureza, ao contrário do homem antigo que olhava, em muitas oportunidades, para o sistema social como uma lei natural, perante a qual não possuía opção ou poder. Como não podia mudar a lei da gravidade, também não podia mudar as relações sociais em vigor. É natural que, quando o ser humano começou a acreditar que as relações são um dos aspectos de comportamento que o próprio ser humano escolhe para si, e não perde sua vontade no seu âmbito, o problema social passou a refletir na pessoa que o vive intelectualmente, um amargo revolucionário em vez do amargor da capitulação.

O ser humano moderno, por outro lado, começou a conviver com um enorme desenvolvimento no campo do controle da humanidade sobre a natureza, nunca visto antes. Esse controle que está crescendo, de forma assustadora e a passos gigantescos, aumenta a complexidade do problema social e multiplica seus perigos, porque abre, perante o ser humano, novas e enormes oportunidades de exploração, e reforça a importância do problema social do qual depende a definição da parte de cada indivíduo nos grandes lucros que a natureza está fornecendo com toda generosidade ao ser humano.

Além do mais, o ser humano moderno possui, pelas experiências dos antepassados, por meio do tempo, uma grande e profunda habilidade nas experiências sociais, que o indivíduo antigo possuía e estudava, à luz dessa habilidade, o problema social. Era natural que essa nova experiência afetasse amplamente a complexidade do problema, resultando na diversidade das opiniões para resolvê-lo e para encontrar uma resposta adequada ao mesmo.

A Humanidade e o Tratamento do Problema

Queremos agora, depois de conhecermos o problema ou a pergunta essencial que a humanidade enfrentou desde o início da vida social consciente e inovou nas tentativas que apresentaram como respostas ao problema durante a sua longa história; dar uma olhada sobre o que a humanidade possui hoje, e que possuiu em todos os tempos, dos recursos e das condições necessárias para dar a resposta correta à pergunta essencial já mencionada: qual é o sistema apropriado para proporcionar à humanidade a felicidade na sua vida social?

Será que a humanidade tem capacidade de apresentar uma resposta?

Qual é a proporção, na sua composição intelectual e espiritual, das condições necessárias para ter sucesso nisso?

Qual é o tipo de garantias que afixam à humanidade o sucesso nessa prova e a ter êxito na resposta à pergunta? Qual o meio que ela escolheu para resolver o problema social e chegar ao sistema apropriado? Se dá à humanidade a elevação aos mais altos níveis?

Falando mais claro: como o homem moderno pode perceber, por exemplo, que o sistema capitalista ou a ditadura proletária socialista ou outros sistemas, são o sistema apropriado? Se a humanidade percebe que um é melhor que o outro, quais são as garantias de que ela está certa na sua percepção?

Mesmo garantido isso, será que é suficiente perceber que o sistema é apropriado? Tomar conhecimento dele para poder aplicá-lo e resolver o problema social, fundamentando-se nele é suficiente? Ou será que a aplicação do sistema depende de outros fatores ausentes mesmo conhecendo a eficiência do sistema?

Os pontos que abordamos estão em estreita relação com o conceito geral sobre a sociedade e o universo. Por isso, o método de tratamento difere entre os pesquisadores de acordo com a diferença que existe entre os conceitos gerais. Vamos começar com o marxismo.

A Opinião do Marxismo

O marxismo vê que o ser humano se adapta espiritual e intelectualmente de acordo com o método de produção e o tipo das forças produtoras. O homem, de forma independente, não consegue ter um pensamento social ou conhecer qual é o sistema mais apropriado. Somente as forças produtoras lhe transmitem esse conhecimento e disponibilizam a resposta para a pergunta essencial que colocamos no começo do livro. O indivíduo, por sua vez, repete as repercussões com fidelidade e exatidão. O moinho de vento, por exemplo, induz a humanidade a considerar o feudalismo como o sistema apropriado, enquanto o moinho a vapor, que o substituiu, insinua que o sistema capitalista é mais digno de ser aplicado. Hoje, os meios elétricos e nucleares de produção oferecem à sociedade um novo conceito intelectual, que acredita ser o sistema socialista o melhor.

A capacidade da humanidade em perceber o sistema adequado é a própria capacidade para traduzir o significado social das forças produtoras.

Quanto às garantias que asseguram à humanidade sua consciência, a sua lucidez e o seu sucesso na percepção do sistema apropriado são representadas pelo movimento da história que está sempre avançando. Enquanto, na visão do marxismo, a história estiver galgando os degraus da pirâmide e marchar de forma ascendente, a nova percepção social para o sistema apropriado deve ser a percepção correta. Quanto à visão tradicional, é incorreta enquanto estiver surgindo uma nova e mais moderna. O que garantiu ao cidadão soviético que a sua opinião social era a correta é o fato que ela faz parte da nova percepção social e que ela representava uma nova era da história, e sendo assim devia ser correta em comparação com as outras antigas opiniões.

É verdade que algumas idéias sociais pareciam novas, mesmo sendo falsas, como aconteceu com o pensamento nazista na primeira metade do século passado, que apareceu como uma expressão de uma nova fase histórica. Mas a falsidade desses conceitos se revelou rapidamente e a prática mostrou que eles são apenas o retorno aos conceitos antigos, uma expressão de fases históricas antigas e não concepções novas no real sentido da palavra.

Assim o marxismo confirmou que a novidade do pensamento social, que surgiu a partir de novas circunstâncias históricas, era a garantia de sua eficiência enquanto a história estivesse em processo de renovação permanente.

Há outra coisa: a percepção da humanidade hoje, por exemplo, do socialismo – sendo apropriado – não seria suficiente, na visão marxista, para aplicá-lo sem que a classe beneficiada, a classe trabalhadora, travasse uma batalha agressiva contra a classe beneficiada do sistema antigo. É o combate infernal de classes que interage com a percepção do sistema apropriado, e a luta se intensifica enquanto essa visão cresce e se esclarece. A luta de classes, por sua vez, aprofunda a percepção e a desenvolve enquanto a luta se intensifica.

Esse ponto de vista marxista se baseia nos conceitos do materialismo histórico que criticamos em nosso estudo amplo sobre o marxismo econômico².

O que acrescentamos aqui, além do que foi escrito no estudo, é que a própria história prova que as idéias sociais sobre a definição do sistema apropriado não foram produzidas pelas forças produtivas. O ser humano possui a sua genialidade, nesse ramo, para produzir conceitos independentes dos meios de produção. Se não fosse assim, como o marxismo poderia explicar o surgimento das idéias de nacionalização, de socialismo, a de propriedade do estado em diferentes fases da história? Se a crença no conceito de estatização, definido como o sistema mais apropriado como acreditava o cidadão soviético, é o resultado da qualidade das forças produtivas correntes, como se explica o surgimento dessas idéias nos tempos mais remotos em que não havia forças produtivas?

Platão não acreditava, acaso, no comunismo, e imaginava a sua República em bases comunistas? Essa sua conscientização foi, por acaso, concedida pelos meios modernos de produção em que a Grécia nada possuía deles?

O que dizer? As concepções socialistas, há dois mil anos, alcançaram um nível de maturidade e profundidade na mente dos grandes pensadores políticos: um nível que permitiu a sua aplicação pelo cidadão soviético com algumas diferenças. O imperador chinês Wudi, da família Han, acreditava, à luz de suas experiências, no socialismo, sendo que via ele como o sistema apropriado. Ele o aplicou entre 187-140 antes de Cristo. Ele nacionalizou os recursos do Estado e as indústrias de extração do sal, ferro e de fermentação do vinho. Ele queria eliminar os intermediários e os especuladores no comércio, e fundou um sistema especial de transporte e compartilhamento supervisionado pelo Estado.

2. Ver o livro “*Icatissáduna*” (Nossa Economia), pag. 196-3.

Assim, ele queria controlar o comércio para impedir a oscilação brusca dos preços. Os funcionários públicos eram encarregados de transportar as mercadorias e entregá-las para seus donos em todos os cantos da China. O Estado recolhia o que sobrava das mercadorias e as vendia quando os preços subiam além do que deviam. O Estado comprava também as mercadorias quando eram baratas. O imperador começou a fazer grandes obras para permitir oportunidades de trabalho para milhões de pessoas que as indústrias privadas não podiam empregar.

No começo da era cristã, o imperador Wang Mang virou rei e se entusiasmou pela idéia de abolir a escravidão e o feudalismo como fizeram os europeus no começo da era capitalista. O rei chinês aboliu a escravidão, tomou posse das terras dos feudais, nacionalizou as terras cultiváveis e as dividiu em terrenos iguais, e as distribuiu entre os pequenos lavradores. Ele proibiu a venda ou a compra das terras para impedir que as coisas voltassem ao que era antes. Estatizou também as minas e algumas grandes indústrias.

Será que o imperador Wudi e o rei Wang Mang se inspiraram na sua percepção social e na sua linha política, nas forças do vapor, de eletricidade ou energia nuclear que o socialismo considera como pensamento básico?

Assim, podemos deduzir que a percepção de um sistema ou de outro – como o sistema apropriado – não é fruto de nenhum meio de produção.

O movimento evolutivo da história – através do qual o marxismo comprova que a modernização do pensamento é prova de que ele é certo – não passa de uma das lendas da história. Os movimentos de decadência das civilizações são muitos.

A Opinião dos Pensadores não Marxistas

Os pensadores não marxistas determinam que, normalmente, o indivíduo tem a capacidade de perceber o sistema apropriado que cresce com ele à base das suas experiências sociais. Quando o ser humano social aplica um sistema específico e o adota em sua vida, pode observar, à base da experiência, os erros e os pontos fracos ocultos no sistema que aparecem ao longo do tempo, o que lhe possibilita ter um pensamento social com mais experiência e sabedoria.

Assim, o ser humano pode meditar sobre o sistema apropriado e responder à pergunta essencial à luz de suas observações, experiências ou conhecimentos. Toda vez que aumentam as experiências, os sistemas ou os métodos experimentados, aumenta mais o conhecimento e a conscientização, tornando-se mais capaz de definir qual é o sistema mais apropriado e perceber seus conceitos.

A nossa pergunta fundamental é: qual é o sistema mais apropriado? É como a outra pergunta: qual é o melhor método de aquecer a casa? Essa pergunta é enfrentada pelo homem desde que ele sentiu frio, vivendo em cavernas. Ele começou a pensar na resposta até que descobriu o fogo, continuou buscando uma resposta melhor durante todas as suas longas experiências até que descobriu a eletricidade e a usou para aquecer a casa.

Da mesma forma, há milhares de problemas que surgiram em sua vida e o homem conseguiu encontrar uma solução pela experiência, e sua inteligência ganhou precisão à proporção que a experiência aumentava, como o problema de se obter o melhor remédio contra a tuberculose, ou a melhor forma de se extrair petróleo, o meio mais rápido de transporte para viajar ou a melhor maneira de tecer a lã, entre outros problemas e soluções.

De modo que o indivíduo conseguiu resolver esses problemas e encontrar uma resposta para aquelas perguntas por intermédio de suas experiências, e pode responder à pergunta sobre o sistema mais apropriado por meio de suas experiências sociais que descobrem para ele os benefícios e os malefícios do sistema experimentado e apresentam-lhe uma reação ao nível social.

A Diferença Entre a Experiência Natural e Social

Isso é verdadeiro até certo ponto. A experiência social permite à humanidade apresentar sua resposta à pergunta: qual é o sistema mais apropriado? Da mesma forma que as experiências sócio-naturais a auxiliaram a responder a outras perguntas diversas que conviveram com o ser humano desde o começo de sua vida.

Mas devemos diferenciar, se queremos nos aprofundar no estudo do tema entre as experiências sociais nas quais o indivíduo desenvolve sua percepção quanto ao sistema apropriado e às experiências naturais, nas quais o ser humano

adquire um conhecimento sobre os segredos, as leis da natureza, a maneira de aproveitá-las, como o melhor remédio, o meio mais rápido para se viajar, a melhor maneira de costurar, a melhor maneira de extrair petróleo ou o modo eficiente para dividir o átomo.

As experiências sociais, ou seja, as do ser humano social aos diferentes sistemas sociais, não alcançam, com seus resultados intelectuais, o grau das experiências naturais – das experiências do ser humano aos fenômenos naturais – porque diferem das experiências sociais em muitos pontos. Essa diferença afeta o poder do ser humano de se beneficiar das experiências naturais e sociais. Enquanto o ser humano consegue desvendar os segredos dos fenômenos naturais e se eleva na sua concepção, até alcançar a perfeição com o passar do tempo, graças aos experimentos naturais e científicos, ele não segue, na concepção do sistema apropriado, a não ser vagarosamente, e não consegue alcançar a perfeição no seu ponto de vista social mesmo com o acúmulo das experiências sociais.

Para isso, devemos conhecer essas diferenças importantes entre a natureza da experiência social e da experiência natural para podermos chegar à verdade já anunciada: a natural pode ajudar ao ser humano a ter uma noção ampla sobre a natureza para poder se beneficiar dos fenômenos e das leis naturais, mas a social não oferece o mesmo para que o ser humano possa ter um conceito geral sobre o problema social.

As diferenças são:

Primeiro: a experiência natural pode ser efetuada por uma só pessoa. Ela a compreende através da observação e do olhar, estuda diretamente todas as verdades e os erros e chega, no final da experiência, a uma idéia específica que se baseia naquele experimento.

Quanto à social é mera materialização de um sistema experimentado numa sociedade e sua aplicação. A experiência do feudalismo ou do capitalismo, por exemplo, significa a aplicação desses sistemas pela sociedade durante certo tempo de sua história. Por isso, não pode ser executada e percebida na sua totalidade por um indivíduo só. A experiência social é executada por uma sociedade inteira numa fase histórica da vida daquela comunidade, que ultrapassa a vida de uma só pessoa. O ser humano, quando quer, se beneficia de um experimento

social e não consegue conviver com todos os seus acontecimentos, da forma que convivía com a experiência natural que ele efetuava, mas convive com um lado de seus acontecimentos, devendo depender da verificação de todos os aspectos e multiplicá-los quanto à dedução, a intuição e a catalogação.

Segundo: a reflexão obtida a partir da experiência natural é mais objetiva e íntegra em comparação à reflexão conseguida por meio da experiência social.

Este ponto é um dos mais essenciais, que impede que a experiência social se iguale e se eleve à natural e à científica, e deve ser banida de forma completa. O interesse do ser humano está vinculado à experiência natural com a descoberta da verdade completa, clara e sem reticências. Na maioria dos casos, ele não tem qualquer interesse em falsificar a verdade ou esconder seus sinais que foram desvendados com a experiência. Se, por exemplo, quiser experimentar o grau de influência das bactérias de tuberculose com uma substância química específica ao colocá-la no ambiente das bactérias, ele só se importa em saber o grau de sua influência, por mais alta ou baixa que seja. Não lhe é benéfico, no tratamento de combate à tuberculose, falsificar a verdade, exagerando ou diminuindo o grau da sua influência. Assim, o interesse do pesquisador se direciona, geralmente, na direção da objetividade e da honestidade.

Quanto à experiência social, o interesse do pesquisador não depende da apresentação da verdade, nem do descobrimento do sistema social apropriado para toda a humanidade, mas é de seu interesse pessoal esconder a verdade dos outros. A pessoa cujos interesses pessoais se fundamentam no capitalismo ou no sistema de usura e especulação dos bancos, será de seu interesse que a verdade declarada confirme o sistema capitalista, o de usura bancária e do monopólio, sendo os melhores sistemas para que seus interesses sejam preservados. Ele não é, portanto, objetivo pela sua natureza, enquanto o impulsor pessoal o incentiva a descobrir a verdade com a cor que se coaduna com seus interesses.

Da mesma forma, o outro indivíduo, cujos interesses pessoais são opostos ao sistema de usura ou do monopólio, não se importa com nada da mesma forma como se importa com o fato da verdade estar confirmada de forma que condene o sistema da usura e da especulação. Quando ele quer deduzir a resposta à pergunta: “**qual é o sistema mais apropriado?**”, por meio de sua experiência social, fica unido a uma força interior que o orienta a um ponto de vista em particular e não a uma pessoa neutra no sentido da palavra.

Assim, ficamos sabendo que a reflexão do ser humano na questão social não lhe garante a objetividade e o isolamento da identidade com o mesmo grau obtido na reflexão quando trata de uma experiência natural e de uma das questões universais.

Terceiro: vamos supor que o ser humano consiga se libertar ideologicamente de seus estímulos pessoais e pensar de forma objetiva e descobre a verdade que é: esse ou aquele sistema é melhor para toda a humanidade... Porém, quem garante que a sua preocupação pelo interesse de toda a humanidade não se coadune com o seu interesse pessoal? É suficiente, por exemplo, a crença dos capitalistas de que o sistema socialista é o melhor sistema para ser aplicado por eles, apesar de ser oposto aos seus interesses pessoais? Será que é suficiente a crença do homem contemporâneo (o da civilização ocidental), à luz de seus experimentos práticos, quanto ao perigo do sistema das relações entre homens e mulheres fundamentadas na obscenidade e na libertinagem? Será que é suficiente a crença quanto ao perigo da instabilidade e da dissolução que está ameaçando o futuro do indivíduo e o seu amanhã. Com a sua precipitação em desenvolver essas relações de forma que garantam à humanidade o seu futuro e a protejam da dissolução sexual e passional, enquanto não sentir o perigo imediato sobre a realidade que vive e enquanto essas relações lhe proporcionam muitos tipos de diversão e de prazer?

À luz de tudo isso, sentimos a necessidade não só de descobrir o sistema apropriado a humanidade, mas também um incentivo para pensar nos seus interesses em geral e tentar realizá-los, mesmo que os interesses sejam contrários aos interesses da parte que representa o todo.

Quarto: o sistema social desenvolvido pelo ser humano social, no qual ele acredita na sua validade e eficiência, não é capaz de educar o ser humano e elevar o seu nível, porque o sistema criado pelo homem social reflete sempre a realidade, seu nível psicológico e espiritual. Se a sociedade desfruta de um nível ínfimo na força e rigidez, por exemplo, não é fácil fortalecer a sua vontade e desenvolvê-la para criar um sistema social enérgico, porque, como a comunidade não possui uma vontade rígida, não consegue encontrar esse sistema e colocá-lo em prática. Coloca um sistema que reflete a sua instabilidade e fraqueza.

Será que esperamos que uma sociedade que não possui vontade elimine as seduções das bebidas inebriantes, se não consegue se afastar de um desejo barato desses? Podemos esperar dessa sociedade que coloque em execução um sistema rígido que proíba esse tipo de desejos baratos, criando no ser humano uma vontade, devolvendo-lhe a liberdade e o libertando da escravidão dos desejos e seus estímulos? Claro que não. Nós não esperamos a rigidez de uma sociedade dissoluta mesmo estando consciente do perigo que ela corre como resultado dessa instabilidade e fraqueza. Não esperamos, também, de uma sociedade escravizada pelo desejo da bebida alcoólica, libertar-se, com sua vontade, mesmo que sinta os perigos e as influências da bebida alcoólica. O sentimento se fortalece nos perigos ao continuar afundando no prazer, na proporção que a sociedade se aprofunda mais na sua dissolução e escravidão de satisfazer os desejos. Toda vez que se entrega mais nisso, mais incapaz se torna de tratar da situação e saltar com a humanidade para níveis mais elevados.

Essa é a causa que tornou as civilizações humanas desenvolvidas pelo ser humano incapazes de colocar em prática um sistema no qual o ser humano pode resistir aos prazeres obscenos e se elevar. Os Estados Unidos da América, símbolo da grande civilização desenvolvida pelo homem, falhou em colocar em vigor uma lei que proíbe a bebida alcoólica, porque é contraditório esperar de uma sociedade submetida aos desejos e às bebidas alcoólicas, e sendo escrava delas, que coloque em vigor uma lei que a ajude a sair do abismo que escolheu para si. Por outro lado, o sistema social islâmico, que foi revelado, conseguiu com a sua maneira especial, educar a humanidade e a elevar mais ainda do que apenas proibir as bebidas inebriantes, bem como outras obscenidades maléficas, criando no ser humano uma força de vontade consciente e rígida.

Não nos resta nada, depois de esclarecer as principais diferenças entre a experiência social adotada por toda a sociedade, e a experiência natural adotada pelo próprio pesquisador, a não ser levantar a última questão que estamos estudando: **a questão da capacidade do ser humano no âmbito da organização social e a escolha do sistema apropriado.** Eis a pergunta: qual é o valor do conhecimento científico na organização da vida da coletividade, no estabelecimento da vida social, do sistema social com fundamento científico nas experiências naturais com a mesma exatidão das experiências em química e física e, conseguirmos, com isso, livrar-nos dos pontos fracos que já estudamos na natureza da experiência social?

Em outras palavras: podemos deixar de lado, ao organizar a vida social e conhecer o sistema apropriado, o estudo da história da humanidade e as experiências vividas pelas sociedades humanas no passar do tempo, das quais não possuímos a não ser a observação remota e por trás das cortinas do tempo que nos separam delas? Será possível deixar de lado tudo aquilo e estabelecer a nossa vida social à luz das experiências científicas que vivemos e aplicamos neste ou naquele indivíduo até alcançarmos o sistema apropriado?

Alguns otimistas responderão positivamente por causa dos grandes avanços científicos que os ocidentais conquistaram hoje em dia. Não é o sistema social que atende às necessidades da humanidade da melhor forma possível? Não seriam as necessidades do ser humano coisas reais que podem ser medidas cientificamente e experimentadas como os outros fenômenos do universo? Não significariam os métodos da satisfação dessas necessidades atos restritos que podem ser medidos e experimentados pela lógica científica, estudando o grau de influência no atendimento às necessidades e às suas conseqüências? Por que não é possível estabelecer um sistema à base destas experiências? Por que não podemos descobrir com a experiência de uma pessoa ou de muitas pessoas o conjunto dos fatores naturais, fisiológicos e psicológicos que desempenham um papel no estímulo às habilidades intelectuais e no desenvolvimento da inteligência ao ponto de que se quisermos organizar a nossa vida social de modo que garanta o desenvolvimento das habilidades intelectuais dos indivíduos, iremos nos preocupar em proporcionar no sistema todos estes fatores para todos os indivíduos?

Alguns jovens vão mais longe, ainda acham que isso não é só possível, mas é o que a Europa moderna fez na sua civilização ocidental desde que rejeitou a religião e a ética e todas as afirmações intelectuais e sociais praticadas pela humanidade em suas experiências durante a história. A Europa fundou a sua vida com base na ciência, possibilitando-a subir em sua trajetória histórica atual, abrir as portas do céu e possuir os tesouros da terra.

Antes de responder à pergunta supracitada: **a pergunta sobre a capacidade do ser humano no âmbito da organização social e a escolha do sistema apropriado**, devemos discutir esse último conceito da civilização ocidental e a tendência simplificadora de crer que o sistema social – que é a face essencial desta civilização – é o resultado do fator científico da nação. A verdade é que o sistema social adotado pela Europa e os princípios sociais que proclamou e aplicou, não foram frutos de um estudo

científico experimental. Foram somente princípios teóricos, mais que experimentais e idéias filosóficas abstratas, mais do que opiniões científicas experimentadas, o resultado de um entendimento racional e da crença em valores racionais limitados mais do que resultado de um entendimento dedutivo e pesquisa experimental sobre as necessidades do ser humano e suas características naturais, psicológicas e fisiológicas. Aquele que estuda o renascimento europeu moderno – como é descrito pela história da Europa – pode perceber que as tendências gerais no campo materialista eram diferentes da tendência geral no ramo social e organizacional da vida. Nos campos da matéria, a Europa era científica sendo que ela se baseou na observação e na experiência. As idéias sobre a composição da água ou do vento, ou quanto à lei de gravidade e da desintegração do átomo são conceitos científicos obtidos por intermédio da observação e da experiência. Na área social, a razão ocidental moderna se formou com base nas doutrinas teóricas e não com base nas teorias científicas. O Ocidente, por exemplo, exige o cumprimento dos direitos humanos, que foram proclamados na sua revolução social. Na verdade, o conceito de direito não é um conceito científico, porque o direito do indivíduo à liberdade não é uma coisa material que pode ser avaliada e medida; está fora do âmbito da pesquisa científica, mas a necessidade material pode ser estudada cientificamente.

Se observarmos o princípio de igualdade entre os membros da sociedade considerada, teoricamente, como um dos princípios essenciais da vida social moderna, percebemos que não foi resultado de uma observação e estudo científico, porque os seres humanos, na avaliação científica, são iguais no aspecto humano. Eles são diferentes nas características naturais, fisiológicas, psicológicas e intelectuais. O conceito de igualdade mostra um valor moral e racional, e não pertence ao ramo da experiência científica.

Assim, podemos com toda clareza, distinguir entre o aspecto do sistema social na civilização ocidental moderna e o científico. Podemos perceber também que a tendência científica na qual a Europa inovou, não envolveu o campo da organização social e não foi à base na qual a Europa estabeleceu seus sistemas e princípios sociais nas áreas políticas, econômicas e sociais.

Com isso, estamos confirmando uma verdade, sem querer acusar a civilização ocidental de negligenciar o valor do conhecimento científico (no campo da organização social), ou culpá-la por não estabelecer o sistema social, a base das experiências científicas e naturais. Essas experiências não podem servir de base para a organização social.

É verdade que as necessidades do homem, às vezes, podem ser submetidas à experiência e também aos procedimentos de satisfação das mesmas. Porém, a questão essencial no sistema social não é satisfazer às necessidades deste ou daquele indivíduo, mas encontrar o equilíbrio justo entre as necessidades de todos os indivíduos e definir as suas relações dentro do círculo que lhes permite satisfazer as suas necessidades. Está claro que a experiência científica deste ou daquele indivíduo não permite descobrir o círculo, o tipo das relações e o modo de se conseguir o equilíbrio. Mas, é descoberto por intermédio da prática de toda a sociedade a um sistema social, que descobrirá por intermédio da experiência social os pontos fracos e fortes do sistema e, em seguida, o que deve ser seguido para se conseguir o equilíbrio justo desejável que garante a felicidade de todos.

Além disso, algumas necessidades ou complicações não podem ser descobertas por um experimento científico único. Vamos tomar como exemplo a pessoa que se acostumou com a prática da fornicação, não irá encontrar em sua formação – sendo um indivíduo feliz – algo faltando ou perturbador, mas irá encontrar a sociedade, que vive - como este ser humano vive um longo tempo permitindo a si mesmo a prática do prazer e a satisfação dos desejos sexuais, irá encontrá-lo, depois de certo tempo na sua experiência social, a beira do colapso com o espírito arrasado, sem força moral nem vontade livre e brilho intelectual.

Não são todos os resultados que devem ser conhecidos para o estabelecimento do sistema social apropriado, podem ser descobertos por meio de um experimento científico realizado nos laboratórios naturais ou fisiológicos ou nos laboratórios psicológicos sobre um indivíduo ou outro. A descoberta é alcançada por intermédio de longas experiências sociais.

Depois disso, o uso da experiência científica natural no campo da organização social é ameaçado pela mesma tendência pessoal que ameaça o uso das experiências sociais. Enquanto perdurarem os interesses e as utilidades pessoais do indivíduo, que concordam ou discordam da verdade obtida pela experiência, é muito provável que o indivíduo pense de uma maneira subjetiva e perca a objetividade que caracteriza as idéias científicas em todos os outros campos.

Agora que conhecemos a capacidade do ser humano de resolver o problema social e a resposta à pergunta essencial, iremos abordar as importantes doutrinas sociais que dominam a mentalidade humana em geral e estão em

confronto ideológico e político na diversidade da extensão de sua existência social na vida do ser humano. São quatro doutrinas:

- 1) O regime democrático capitalista
- 2) O regime socialista
- 3) O regime comunista
- 4) O regime islâmico

As três primeiras doutrinas representam três opiniões humanas na resposta à pergunta essencial: Qual é o sistema apropriado? São respostas que o ser humano colocou para a pergunta supracitada de acordo com as suas capacidades limitadas, que já explicamos.

Quanto ao sistema islâmico se apresenta no campo social como uma religião fundamentada na revelação, como uma dádiva divina e não uma ideologia experimental obtida pela capacidade e poder humanos.

O mundo de hoje é dividido entre duas das quatro doutrinas mencionadas: o sistema democrático capitalista é a base de governo em grande parte do planeta, enquanto o regime socialista domina outra grande parte também. Ambos os sistemas possuem dois grandes regimes políticos que os protegem contra a possível agressão do outro, além das armas obtidas na grande luta de seus heróis para obtenção da liderança do mundo e sua unificação do sistema social.

No que diz respeito ao sistema comunista e ao sistema islâmico a presença é puramente ideológica, mas o sistema islâmico passou por uma experiência considerada uma das melhores e mais bem sucedidas experiências sociais. Então, sofreu da decadência por sentir a falta de líderes pioneiros, e a experiência ficou a mercê de algumas pessoas que não entendiam muito bem o Islam, sua beleza não tocou seus corações, e tornando-se incapazes de resistir e permanecer, a fraqueza tomou conta do corpo islâmico. O sistema islâmico permaneceu como uma idéia na mente da comunidade muçulmana, como uma crença nos corações e uma esperança que os fiéis estão tentando colocar em prática.

No que tange ao sistema comunista é uma idéia que não foi aplicada plenamente até agora. A liderança socialista está tentando, hoje, preparar um ambiente social depois de fracassar na sua aplicação quando tinha o poder político. Anunciou o sistema socialista e o aplicou como primeiro passo ao verdadeiro comunismo.

Qual é a nossa posição perante esses sistemas? Qual é a causa para a qual devemos dedicar a nossa vida e direcionar o navio até o seu porto seguro?

A Democracia Capitalista

A Democracia Capitalista

Vamos começar com o sistema democrático capitalista que eliminou um tipo de injustiça na vida econômica, a ditadura na área política e a igreja na vida intelectual, preparando espaço do governo e do poder para uma nova classe governante que veio ocupar o lugar dos governantes anteriores, desempenhando o mesmo papel deles com um novo estilo.

A democracia capitalista foi edificada com base na crença no indivíduo e no que os seus interesses pessoais garantem, de uma forma natural, os interesses da sociedade em todos os campos.

A idéia do Estado é para proteger os indivíduos e seus interesses pessoais, e por isso o Estado não tem o direito de ultrapassar os limites dessa missão em suas várias atividades.

Podemos resumir o sistema democrático capitalista na declaração das quatro liberdades: política, econômica, intelectual e pessoal.

A liberdade política permite que a voz do indivíduo seja ouvida e sua opinião respeitada no estabelecimento da vida pública da nação, na colocação de suas linhas, planos na constituição de suas leis e na designação das autoridades encarregadas da sua proteção. Isso, porque o sistema social da nação e o corpo governante são questões ligadas diretamente à vida de cada um de seus indivíduos, influenciando na sua felicidade ou infelicidade. É natural, então, que cada indivíduo tenha o direito de participar na construção do sistema e do governo.

Se a questão social, como dissemos, é uma questão de vida e morte, uma questão de felicidade e infelicidade dos cidadãos, a quem as leis e os sistemas são aplicados, é natural, também, não se permitir assumir a responsabilidade pelo indivíduo ou por um grupo – não importa as circunstâncias – enquanto não houver o indivíduo de intenção elevada, de equilíbrio mental, nas paixões e nos erros.

É preciso, então, o anúncio da igualdade geral quanto aos direitos políticos entre todos os cidadãos, porque são iguais no apoio aos resultados da questão social e na submissão às determinações das autoridades legislativas e executivas. Nessa base, foi estabelecido o direito ao voto, o princípio das eleições

gerais que garante o estabelecimento da equipe governante – com todas as suas autoridades e o povo – pela maioria dos cidadãos.

Quanto à liberdade econômica, ela se baseia na crença da livre economia, sobre a qual foi estabelecida a porta aberta, e a qual determina a abertura de todas as portas e a preparação de todos os campos perante o cidadão no campo econômico, permitindo-se o direito à propriedade para o consumo e a produção conjuntamente. Essa é a propriedade produtiva da qual se forma o capital sem limite ou restrição a todos em níveis iguais. Todo indivíduo tem liberdade absoluta de produzir por qualquer meio e percorrer qualquer caminho para auferir a compra e aumentá-la, e multiplicá-la, à luz de seus interesses e benefícios pessoais.

É a alegação de alguns, que defendem a liberdade econômica, que as leis da economia política que se desenvolvem sob princípios gerais e de forma natural garantem a felicidade da sociedade e a proteção do equilíbrio econômico. Os interesses pessoais que são os objetivos poderosos e verdadeiros do indivíduo em sua atividade constituem a melhor garantia do interesse geral social. A concorrência existente no mercado livre é o resultado da igualdade dos produtores e dos comerciantes em seu direito à liberdade econômica, é suficiente, por si, para realizar o espírito de justiça e de equidade em muitos acordos e relações. As leis naturais da economia interferem, por exemplo, na proteção do nível natural dos preços de forma que possa ser automática. Se o preço ultrapassa os limites normais e justos, a demanda recua de acordo com a lei natural que define que: **a alta dos preços diminui a demanda**. A redução da demanda, por sua vez, causa a queda dos preços de acordo com outra lei natural, e não cessa até o abaixar ao nível anterior e a anormalidade desaparecer.

O interesse pessoal sempre obriga o indivíduo a pensar na maneira de aumentar e melhorar a produção com a redução dos custos e das despesas. Isso assegura o interesse da sociedade ao mesmo tempo em que considera a questão do interesse pessoal do indivíduo também.

A concorrência exige, de forma natural, a definição dos preços das mercadorias e dos salários dos funcionários e empregados de uma forma justa, sem injustiça ou exagero, porque cada comerciante ou produtor teme a alta dos preços de suas mercadorias ou a redução dos salários de seus funcionários por causa da concorrência dos outros comerciantes e produtores.

A liberdade de pensamento significa que as pessoas vivam livres em suas crenças e idéias, pensando como quiserem e de forma agradável a suas mentes, crendo que o esforço intelectual alcançado é inspirado pelas suas paixões e desejos, sem nenhum inconveniente da parte das autoridades. O Estado não tira essa liberdade do indivíduo, nem o impede de exercer o seu direito de praticar sua crença ou divulgá-la e defender seus pontos de vista e suas conclusões.

A liberdade pessoal significa a libertação do ser humano, na sua conduta pessoal, de todos os tipos de pressão ou definição. Ele possui sua vontade e pode desenvolvê-la de acordo com seus desejos pessoais, por mais que o uso dessa autoridade sobre sua conduta pessoal traga conseqüências e resultados que não se chocam com a autoridade dos outros sobre sua conduta. O limite final da liberdade pessoal de cada pessoa pára onde começa a liberdade das outras. Se não prejudica a liberdade dos outros, ele tem o direito de condicionar a sua vida com a cor que ele prefere e seguir todas as tradições, costumes, sentimentos e liturgias que ele goste, porque essa é uma questão pessoal que tem relação com a sua existência, seu presente e seu futuro. Enquanto é dono de si mesmo, ele pode fazer o que bem quiser.

A liberdade religiosa, do ponto de vista capitalista, não é mais do que uma expressão de liberdade ideológica em seu lado doutrinário e expressão da liberdade pessoal no que se refere à prática dos rituais e ao comportamento.

Podemos deduzir do exposto: a vasta linha ideológica desse sistema - como já citamos - é: os interesses da sociedade estão vinculados aos interesses dos indivíduos. O indivíduo é a base sobre a qual deve ser fixado o sistema social. O Estado virtuoso é aquele órgão usado para servir o indivíduo e o instrumento forte para a preservação e proteção de seus interesses.

Essa é a democracia capitalista em suas bases essenciais, que causou muitas revoluções, muitos povos e muitas nações lutaram pela sua causa sob o comando de líderes que, ao descreverem os benefícios desse novo sistema, prometeram que todos iriam usufruir de seus benefícios: eles descreveram o paraíso com seus prazeres, felicidade, conforto, dignidade e riqueza. Depois disso, a democracia capitalista sofreu muitas reformas, porém, sem atingir a sua essência, preservando suas principais bases e seus fundamentos.

A Tendência Materialista do Capitalismo

Está bem claro que este sistema social é puramente materialista, que o ser humano o adotou distante do seu princípio e do seu fim, limitado pelo lado benéfico de sua vida material, e se acomodou com isso. Esse sistema materialista, porém, não foi fundado sobre uma filosofia materialista da vida ou sobre um estudo detalhado dela. A vida no clima social desse sistema foi arrancada de qualquer relação fora dos limites materiais ou dos interesses. Mesmo assim, não foi preparado, para o seu estabelecimento, um entendimento filosófico completo dessa separação.

Não quero dizer que não havia escolas filosóficas do materialismo ou defensores do mesmo. Sim, havia a tendência para o materialismo influenciada pela mentalidade experimentalista que se espalhou desde a revolução industrial³ e pelo espírito de dúvida e decadência intelectual que foi causado pela mudança que atingiu algumas idéias que eram consideradas verdadeiras e corretas⁴, o espírito rebelde contra a suposta religião em geral, que imobilizava os conceitos e as mentes, se aproximava da injustiça e da opressão e defendia a corrupção social toda vez que travava uma guerra contra os fracos e os oprimidos⁵.

-
3. A experiência ganhou uma grande importância no campo científico e foi bem sucedida – de forma inesperada – em descobrir muitas verdades, removendo a cortina sobre os segredos admiráveis que proporcionou à humanidade desfrutar desses segredos e verdades na sua vida prática. Esse sucesso que a experiência alcançou adquiriu um grau de santidade na mente popular, que fez as pessoas se afastarem dos pensamentos racionais, e de todas as verdades que não aparecem no campo sensorial e da experiência, tornando-se a base única de todo o conhecimento e ciência. Explicamos no nosso livro “Falsafatuna” (Nossa Filosofia) que a própria experiência se baseia no pensamento racional, e que a base principal do conhecimento e da ciência é a mente que percebe as verdades que os sentidos não percebem, como percebe as verdades sensoriais.
 4. Um grupo de crenças gerais tinha conceito elevado quanto à clareza e ao imprevisto no ponto de vista geral, apesar de não estar fundamentada em lógica racional ou prova filosófica, como a Terra ser o centro do universo. Quando esses conceitos foram água abaixo, por causa das experiências verdadeiras, a crença geral tremeu e uma onda de dúvidas dominou muitas mentes, colocando o sofisma grego em evidência novamente, devido a dúvida, como ocorrido na época grega com o espírito de dúvida que nasceu das contradições entre as escolas filosóficas e a excessiva discussão entre elas.
 5. A Igreja desempenhou um papel importante na exploração da religião de forma atroz, tornando-a instrumento de seus objetivos, sufocando os alentos científicos e sociais, instalando os tribunais da inquisição, concedendo-lhe todos os poderes de dispor dos destinos, gerando um sentimento de rejeição e de ódio à religião e aos responsáveis pelos tribunais, porque o crime foi cometido em seu nome.

Esses três fatores ajudaram muito na ressurreição do materialismo em muitas mentalidades ocidentais.

Tudo isso é verdade. Porém, o sistema capitalista não se concentrou em um entendimento filosófico materialista da vida, o que representa a contradição e a incapacidade. A questão social tem relação com a realidade da vida e não se desenvolve de uma forma correta a não ser que seja estabelecida sobre a base central que explica a essência, a realidade e os limites da vida. O sistema capitalista não possui essa regra; oculta-se na fraude, no desvio, na impaciência e no descuido, durante a imobilização da questão real da vida e do estudo da questão social em separado, apesar do estabelecimento do equilíbrio intelectual do sistema com a definição, desde o início, do seu ponto de vista quanto à realidade da vida que supre a sociedade com o material social – que são as relações mútuas entre as pessoas - e a sua maneira de entender e descobrir seus segredos e valores. O ser humano nesse planeta, se é fruto de uma força planejadora, dominadora, conhecedora de seus segredos, mistérios, fenômenos, detalhes, e se encarrega de organizá-lo e orientá-lo, é mais que natural que ele submeta a orientação e o condicionamento de sua vida a essa força criadora, porque ela o conhece e à sua realidade, além de ser mais honesta e justa.

Por outro lado, se essa vida limitada é apenas a primeira etapa para uma vida eterna que se desdobra dela, colorindo-se com o seu contraste, cujas avaliações dependem da retidão e honorabilidade durante a primeira vida, é natural que a vida presente, sendo ela a primeira fase para uma vida sem fim, seja organizada de acordo com os valores espirituais e materiais também.

Portanto, a questão da crença em Deus e o desdobramento da vida, não é uma questão intelectual pura que não tem relação com a vida para ser afastada desses campos, designando-lhe métodos e constituições, com a negligência e o afastamento daquela questão. Porém, é uma questão relacionada à mente, ao coração e a vida.

A prova da extensão de sua ligação na vida com a própria democracia capitalista é que o conceito se baseia na crença da inexistência de uma personalidade ou de um grupo de pessoas infalíveis, devido à sua intenção, tendência, opinião e empenho, atingindo um grau que permite deixar a questão social a seus cuidados para a elaboração de um sistema social apropriado para a nação. Essa base em si não tem posição nem significado a não ser que seja baseada em uma filosofia materialista pura que não aceita que o sistema social seja fruto da mente humana limitada.

O sistema capitalista é materialista em todo sentido da palavra. Só poder ter adotado o materialismo e não teve a audácia de declarar sua relação com ele e a sua sustentação nele, ou desconhece a extensão da relação natural entre a questão real da vida e sua questão social. Com isso, o capitalismo perde a filosofia que cada sistema social necessita para se sustentar nela. Numa só palavra: é um sistema materialista mesmo não se fundamentado numa filosofia materialista de linhas evidentes.

A Posição da Moral no Capitalismo

A audácia desse materialismo em que o sistema cresceu com o seu espírito, afastou a moral de sua conta, desaparecendo a sua presença naquele sistema. Ou melhor, seu significado e sua avaliação mudaram e o interesse pessoal foi anunciado como o objetivo mais elevado, e todas as liberdades são como meio para a realização daquele interesse. Por causa disso, surgiram muitas calamidades, sofrimentos, catástrofes e desgraças no mundo moderno.

Os defensores da democracia capitalista podem defender o seu ponto de vista sobre o indivíduo e seus interesses pessoais dizendo: o próprio objetivo pessoal ajuda a realizar o interesse social, e os resultados obtidos por meio de valores espirituais são obtidos na sociedade democrata capitalista, mas não pela moral, mas por intermédio dos impulsos pessoais e seus empregos. O ser humano, ao prestar um serviço social, realiza também um interesse pessoal, por ser ele uma parte da sociedade que está servindo. Quando salva a vida de uma pessoa que estava em perigo, beneficia a si mesmo, porque a vida da pessoa depende dos serviços prestados à sociedade, e irá usufruir um pouco desse serviço.

Portanto, o impulso pessoal e o sentido benéfico são suficientes para garantir os interesses sociais, enquanto retornar com análise aos interesses pessoais e aos benefícios individuais.

Essa defesa está mais próxima da ficção que da justificação. Imagine que o critério prático na vida de cada indivíduo da comunidade seja a realização de seus interesses e benefícios pessoais de forma ampla e sem nenhum limite, e o Estado disponibiliza ao indivíduo suas liberdades e o diviniza sem restrições ou limite. Como será a situação do serviço social no vocabulário dessas pessoas?

Como é possível o relacionamento do interesse social com o homem ser suficiente para orientar pessoas aos trabalhos que são incentivados pelos valores espirituais? Apesar desses trabalhos, geralmente, não serem de grande valia ao indivíduo, e se, por acaso, tiverem algum benefício por considerá-lo um membro da sociedade, esse pequeno benefício, que só é percebido pela pessoa graças a uma visão analítica, causa a perda de outros benefícios ou interesses pessoais que garantem as suas liberdades. Por causa disso, o indivíduo descarta todos os conceitos morais e de consciência espiritual.

Os Sofrimentos do Sistema Capitalista

Se quisermos falar sobre as séries de sofrimentos sociais resultantes desse sistema improvisado sem apresentar uma base filosófica detalhadamente estudada, será algo muito difícil de se fazer neste espaço limitado, mas, vamos falar sobre alguns pontos:

O primeiro episódio é que a maioria domina os interesses e as questões vitais da minoria. A liberdade política exige que a emissão de leis, de normas e suas funcionalidades sejam do direito da maioria. Vamos imaginar que a categoria que representa a maioria na nação domina o poder executivo e legislativo com a mentalidade democrática capitalista, que é uma mentalidade puramente materialista em suas tendências e objetivos, qual seria o destino da outra categoria? O que a minoria pode esperar sobre as leis estabelecidas para o benefício da maioria e para a preservação de seus interesses? Seria, acaso, estranho, se a maioria estabelecesse leis a seu favor e negligenciasse os interesses da minoria, focalizando seus esforços para a realização de seus desejos de forma que prejudicasse os direitos dos outros? Quem iria preservar o direito vital da minoria e protegê-la da injustiça sendo que o interesse pessoal é uma questão individual e a maioria desrespeita os valores espirituais e morais na sua mentalidade social? É natural que o domínio persista como era antes, que os aspectos de exploração e negligência de direitos e interesses dos outros permaneçam neste clima social assim como eram em sistemas sociais anteriores. A única diferença é que a negligência da dignidade humana era exercida por algumas pessoas, e agora, neste sistema, é exercida pelas categorias que representam a maioria em percentagem contra as minorias que, somadas, representam um grande número de pessoas.

Bom seria se as coisas parassem por aí; a tragédia seria minimizada e a platéia no teatro estaria rindo ao invés de derramando copiosas lágrimas. Porém, as coisas pioraram quando a questão econômica desse sistema começou a aparecer. A liberdade econômica foi instituída da maneira que já explicamos e permitiu todos os tipos de riqueza mesmo que fossem provenientes de atividades ilícitas ou mesmo que fossem irregulares em seus métodos e causas, garantindo a realização de suas intenções. Na época em que o mundo comemorava a grande revolução industrial e a ciência, agitando-se com a fabricação da primeira máquina que ia revolucionar a indústria que varreu as fábricas artesanais e seus similares. O campo descobriu um terreno enorme do lado da minoria dos membros da nação, concedendo-lhe a oportunidade dos meios modernos de produção, liberdades capitalistas ilimitadas com garantias suficientes para investi-las e explorá-las ao máximo possível. Eliminaram muitas categorias de trabalhadores da nação que a máquina a vapor varreu, desequilibrou suas vidas, sem conseguir resistir à correnteza, enquanto os donos das indústrias modernas usufruíam da liberdade econômica e de todos os direitos a elas atrelados. Assim, o campo ficou vazio para a minoria dos proprietários das indústrias e de produção, com o encolhimento da classe média, aproximando-se do baixíssimo nível. Essa maioria fragmentada ficou a mercê da elite que não pensava e não calculava a não ser de modo democrático-capitalista. É natural que as mãos de simpatia e de ajuda não lhes foram estendidas para salvá-las do abismo e permitir-lhes compartilhar os enormes ganhos dos capitalistas. Porque fariam isso se o avaliador ético continuava sendo o interesse pessoal e o prazer, se o estado continuava lhes garantindo o exercício pleno de suas atividades, se o sistema democrático continuava restringindo a filosofia moral da vida e seus conceitos específicos?

A questão, então, deve ser estudada de forma que o sistema inspire, ou seja, explore, que os grandes usufruam da necessidade da maioria e seus valores de sobrevivência, impondo aos capazes trabalharem em seus estabelecimentos e indústrias durante um período definido e com salários suficientes só para o sustento básico. Essa é a pura lógica do interesse pessoal que naturalmente seguiriam. Por isso, a nação é dividida em: uma classe no topo da riqueza e outra no abismo profundo.

Assim, cristaliza-se o direito político da nação novamente, de forma diversa. A igualdade nos direitos políticos entre os cidadãos, mesmo se não foi apagada do sistema, virou, depois desse desequilíbrio, ficção e pura utopia. A liberdade econômica, quando registra os resultados que apresentamos, acaba criando uma grande divisão, e assim, ela domina a situação, segurando as rédeas, removendo a liberdade política de sua frente. A classe capitalista, graças à sua posição econômica na sociedade, sua capacidade de utilizar todos os meios de divulgação e comprar apoiadores e agentes, consegue dominar o poder e usar a autoridade política para servir e proteger os seus interesses. Assim, o sistema e a legislação social ficam sob controle do capital, quando, de acordo com o conceito democrático, é de direito de toda a nação. Dessa maneira, a democracia capitalista, no fim das contas, volta a ser um governo nas mãos da minoria e uma autoridade utilizada para proteger os interesses de algumas pessoas com mentalidade interesseira inspirada na democracia capitalista.

Chegamos aqui ao pior dos episódios da tragédia que o sistema apresenta. Aqueles senhores em que o sistema democrático capitalista colocou em suas mãos todo o poder e lhes deu força e apoio, vão querer mais, estendendo o olhar para outros horizontes por duas causas:

Primeiro: a abundância da produção depende da disponibilidade de matéria prima. Quem possui muita matéria-prima, suas energias produtivas serão maiores. As matérias-primas estão espalhadas pela terra e para tê-las é preciso dominar os países possuidores e explorá-las.

Segundo: a intensidade e a força da produção, impulsionadas pela preocupação em se obter altos lucros, de um lado e rebaixar o nível de vida de muitos cidadãos, de outro, como resultado da ganância dos capitalistas e seus métodos ilegais para tirar proveito da população que não tem condições de comprar os produtos e consumi-los, tudo isso incentiva os capitalistas a buscar outros mercados para vender as mercadorias que sobram. Encontrar esses mercados significa pensar em novos países.

Desse modo, a questão é estudada de uma maneira puramente materialista. E isto é natural nesse tipo de mentalidade cujo sistema não se baseie em valores espirituais e morais, e cujo sistema social não tenha nenhum objetivo

a não ser aproveitar os prazeres da vida mundana. Vê-se que as duas causas, já mencionadas, são motivos lógicos e suficientes para conquistar os países, difamar a sua dignidade e explorar seus recursos naturais e suas riquezas para vender a sobra de seus produtos. Tudo isso é uma coisa lógica e permitida no conceito dos interesses pessoais sobre os quais se norteia o sistema capitalista e da livre economia. Daí parte um gigante para invadir, lutar, dominar, prender, colonizar e explorar para satisfazer seus prazeres e desejos.

Veja quanto a humanidade sofreu as dores desse sistema por ser materialista na sua essência, composição, meios e objetivos, mesmo não se fundamentando numa filosofia específica que esteja de acordo com este espírito e composição e se coadune com os seus meios e objetivos, como já falamos sobre isso.

Pode julgar você mesmo, caro leitor, o quinhão da sociedade, que se baseia nesse sistema, seus conceitos de felicidade e estabilidade. Nessa sociedade na qual não há altruísmo nem solidariedade mútua, nem compaixão, nem misericórdia ou a reunião de todos os bons conceitos espirituais, o indivíduo vive sentindo que é o único responsável por si mesmo, que ele está em perigo, se por acaso o seu interesse pessoal entrar em choque com os interesses de terceiros. Parece que vive em luta constante e em competição permanente, sem armas além de sua força pessoal, e nenhum objetivo a não ser seus próprios interesses.

O Socialismo e o Comunismo

O Socialismo e o Comunismo

No socialismo há muitas doutrinas, a mais famosa é a do socialismo fundamentado na teoria marxista e no materialismo dialético, que é uma filosofia específica de vida e de seu entendimento materialista de um modo dialético. Os materialistas dialéticos aplicaram essa teoria na história, na sociologia e na economia, tornando-se uma crença filosófica quanto ao mundo, uma maneira de estudar a história e a sociologia, uma doutrina econômica e um plano político. Em outras palavras, ela transformou o ser humano em outra forma quanto à sua maneira de pensar, à sua opinião e ao método científico quanto à vida.

Não há dúvida que a filosofia materialista - e a maneira dialética - não são frutos da doutrina marxista ou uma de suas inovações. O materialismo começou a ser conhecido desde milhares de anos, às vezes manifesto, e em outras, oculto atrás de sofismas ou da negação absoluta. Da mesma forma, o modo dialético de reflexão é muito antigo em algumas linhas do pensamento humano, e foi o filósofo e idealista alemão Hegel quem o aperfeiçoou. Karl Marx apareceu e adotou aquela filosofia e aquela lógica e tentou aplicá-la em todos os campos da vida. Ele fez duas constatações:

Primeiro: ele explicou a história de forma puramente materialista e de maneira dialética.

Segundo: Karl Marx alegou que descobriu contradições no capital e na quantidade excessiva que o capitalista, na sua crença, roubava do empregado⁶.

Com base nesses dois conceitos, Marx passou a acreditar na eliminação da sociedade capitalista e no estabelecimento da sociedade comunista e socialista, esta última a qual considerava como o primeiro passo da humanidade para a aplicação do comunismo de um modo completo.

O campo social, de acordo com essa filosofia, é um campo de luta entre as contradições. Toda situação social dominante naquele campo é um fenômeno puramente materialista que está em harmonia com todos os fenômenos e todas as situações materiais e é influenciada por elas. Porém, ao mesmo tempo, ela carrega uma contradição na sua essência, deflagrando uma luta entre as contradições, até a aglomeração, causando uma mudança naquela circunstância e o aparecimento de uma nova situação. Assim, é uma luta contínua até a transformação de toda a humanidade em uma só classe e até que os interesses de cada indivíduo representem os interesses daquela classe única. Nessa altura, a paz e a harmonia reinarão e serão abolidos todos os aspectos maléficos da democracia capitalista, porque eram causados pelas múltiplas classes da sociedade. Essa multiplicidade de classes surgiu da divisão da sociedade em produtor e assalariado. Por isso, deve se colocar um fim nessa divisão, abolindo a proprie-

6. Explicamos essas teorias com um estudo científico em detalhes no livro “*Ictissáduna*” (Nossa Economia).

dade. Aqui, as linhas do comunismo diferem das do socialismo nas principais vertentes econômicas porque a economia comunista se baseia em:

Primeiro: a abolição total da propriedade privada, ou seja, apagá-la por completo da sociedade. Nacionalizar a riqueza para todos e entregá-la ao Estado por ser o procurador legítimo da sociedade, para administrá-la e explorá-la para o bem de todos. A crença do comunismo quanto à necessidade da nacionalização da propriedade foi uma reação natural ao acúmulo da propriedade privada no sistema democrático capitalista. O comunismo justificou essa nacionalização alegando que o seu desejo é eliminar a classe capitalista, unificar os povos numa só classe para encerrar a luta e impedir que o indivíduo utilize de todos os meios e estilos para se enriquecer, satisfazer sua ganância e correr atrás do interesse pessoal.

Segundo: a distribuição das mercadorias produzidas de acordo com a necessidade de consumo dos indivíduos. Isso foi resumido no seguinte texto: Cada um, de acordo com a sua capacidade, e para cada um de acordo com sua necessidade. Cada indivíduo tem suas necessidades naturais que não pode viver sem. Oferece à sociedade todo o seu empenho e esta lhe paga satisfazendo as suas necessidades e garante-lhe o sustento.

Terceiro: uma metodologia econômica traçada pelo Estado na qual tenta conciliar entre a necessidade do grupo e a produção, na sua quantidade, qualidade e designação, para que a sociedade não sofra as mesmas crises e enfermidades que atingiram a sociedade capitalista quando liberou tudo sem limite.

O Desvio da Operação Comunista

Os líderes do comunismo, porém, que pregaram esse sistema, não conseguiram aplicá-lo em todas as suas linhas quando assumiram o poder político. Acreditaram que era necessário aplicá-lo com base na evolução da humanidade em suas idéias, impulsos e tendências, alegando: chegará o dia em que morrerão no ser humano os impulsos pessoais, mentais e individuais e aflorarão os impulsos racionais e coletivos, e ele só irá pensar no interesse comum e tudo fará pela sua causa.

Por isso, era necessária, no ramo da doutrina social, a fundação de um sistema socialista antes disso para que o ser humano se livrasse de sua natureza atual e adquirisse a natureza que o prepara para o comunismo. Esse sistema socialista sofreu muitas mudanças importantes na sua parte econômica do comunismo. A primeira regra nas linhas da economia comunista, que é abolir a propriedade privada, foi trocada por uma solução intermediária: a nacionalização das indústrias pesadas, e o comércio exterior e interior foram colocados sob o monopólio do governo. Em outras palavras: anulação dos grandes capitais e liberação das pequenas indústrias e pequenos comércios aos indivíduos, porque, a grande linha da economia comunista chocou-se com a realidade da natureza humana, que já mencionamos, onde as pessoas começaram a negligenciar suas atividades e a diminuir seus empenhos, fugindo de seus deveres sociais, porque o sistema garante o sustento delas e atende as suas necessidades, quando a sua obrigação é realizar o trabalho e se esforçar para fazê-lo, mesmo sendo muito pesado. Por que, então, o indivíduo iria se esforçar e se empenhar se o resultado é o mesmo para ele, trabalhando ou não? Porque ele deve se esforçar para proporcionar felicidade aos outros e pagar pelo conforto dos outros com seu suor e lágrimas, e com a essência de sua vida e energia, uma vez que não acredita em qualquer valor de vida além do puro valor materialista? Os líderes do comunismo foram obrigados a paralisar a operação da nacionalização de tudo, como foram obrigados a mudar a segunda das linhas da economia comunista: ou seja, estabelecer diferenças entre os salários para estimular os empregados a trabalhar e a se completar, alegando que são diferenças provisórias que desaparecerão quando for eliminada a mentalidade capitalista e surgir o novo ser humano. Por isso, eles mudam as metodologias econômicas e seu estilo socialista para dissimularem a falha de cada método com um novo método. Até agora não conseguiram se livrar de todos os fundamentos da economia capitalista. Os empréstimos com juros não foram abolidos completamente mesmo sabendo que constituem o principal fator de corrupção na economia capitalista.

Isso não significa que os líderes comunistas eram incapazes ou não eram sérios na sua doutrina e fieis à sua crença. Mas significa que eles se chocaram com a realidade quando quiseram aplicar o comunismo. Encontraram muitas barreiras e contradições que a natureza humana coloca no caminho

da metodologia revolucionária da reforma social que pregavam. A realidade os obrigou a recuar com a esperança que um dia o milagre acontecesse num futuro próximo ou distante.

Quanto ao campo político, o comunismo visa, no fim da sua longa corrida, erradicar o Estado quando o milagre acontecer e a mentalidade coletiva dominar todos os seres humanos, com todos pensando no interesse material coletivo. Antes disso, enquanto o milagre não acontecer e enquanto as pessoas não são unificadas numa só classe e a sociedade está dividida em forças capitalistas e operárias é necessário que o governo esteja nas mãos da classe operária. Ele será um governo democrático para os trabalhadores e ditatorial para os outros. Eles alegaram que a ditadura operária do governo é necessária em todas as etapas em que a humanidade permaneça com a mentalidade individual. Isso para proteger os interesses da classe operária e sufocar o capitalismo, vedando-lhe o reaparecimento.

Na realidade, essa doutrina que se manifesta no socialismo e depois no comunismo marxista, se distingue do sistema democrático capitalista por se basear em uma filosofia materialista específica que adota um entendimento especial da vida, que não reconhece todos os valores morais e os explica sem mencionar um criador acima dos limites naturais, nem reconhece que há recompensa por trás da limitada vida materialista, ao contrário da democracia capitalista. Mesmo que seja um sistema materialista, porém, não se baseia em uma filosofia específica. A relação correta entre a questão real da vida e a questão social foi adotada pelo comunismo materialista, em que a democracia capitalista não acreditou ou não tentou esclarecer.

Dessa forma, a doutrina comunista mereceu o adjetivo de aula filosófica que foi testada por meio da consulta à filosofia em que se baseou e dela se originou. O julgamento de qualquer sistema depende do sucesso de seus conceitos filosóficos na concepção e percepção da vida.

É muito fácil perceber, ao se visualizar o sistema comunista na sua forma ampla ou reduzida, que o seu caráter geral é aniquilar o indivíduo na sociedade, tornando-o um instrumento para a realização dos equilíbrios gerais que ele impõe. Ele é totalmente contrário ao sistema capitalista livre que coloca a sociedade a serviço do indivíduo e de seus interesses. Parece que foi determinado que a personalidade individual e a coletiva, no âmbito destes dois sistemas,

se choquem e lutem entre si. Foi a personalidade individual que saiu ganhando em um dos dois sistemas que baseou sua legislação no indivíduo e seus interesses pessoais. Isso causou muitos problemas econômicos para a sociedade, que desestabilizaram sua existência e desfiguraram a vida em todos os campos. Foi a personalidade coletiva que ganhou destaque no outro sistema, que surgiu para consertar os erros do sistema anterior. Ela deu apoio à sociedade, condenou o indivíduo ao enfraquecimento e à aniquilação, atingindo as pessoas com duras calamidades que eliminaram suas liberdades e suas identidades pessoais, seus direitos naturais de escolha e de pensamento.

As Críticas ao Comunismo

A realidade é que mesmo que o comunismo tenha tratado de muitos problemas do capitalismo livre, ao abolir a propriedade privada, este tratamento tem muitas complicações naturais que tornam o preço do tratamento altíssimo e a maneira de aplicá-lo muito dolorosa ao indivíduo, e não se pode ser seguida a não ser que todos os outros caminhos e métodos falhem. Por outro lado, é um tratamento incompleto que não garante a erradicação de toda a corrupção social, porque está acompanhado pelo acerto no diagnóstico da doença para indicar o ponto de partida do mal que se espalhou no mundo sob o controle dos sistemas capitalistas. Aquele ponto permaneceu no seu lugar na vida social sob a doutrina comunista. Assim, a humanidade não conseguiu ter uma solução eficaz para o seu grande problema, e não obteve o remédio para tratar das enfermidades e da erradicação dos sintomas maléficos.

Quanto às complicações desse tratamento, elas foram muitos grandes. Ele pretende acabar com a liberdade individual e fundar a propriedade comunista no lugar da propriedade privada, porque essa grande transformação social é contrária à natureza humana em geral – até agora, ao menos como os seus próprios líderes reconhecem, levando-se em consideração que o ser humano materialista continua pensando egoisticamente e avalia seus interesses de seu limitado ponto de vista individual.

Colocou em execução um novo plano para a sociedade (dissolvendo nele o individualismo e eliminando os estímulos individuais por completo) que requer uma força determinada que segure as rédeas da sociedade com mão de ferro, silencia qualquer voz que se manifesta, asfixia qualquer respiro que se repete em seu meio, monopoliza todos os meios de comunicação, coloca uma cerca intransponível para a sociedade e pune qualquer pensamento ou acusação para não perder o controle.

Essa é uma coisa normal em qualquer sistema imposto sobre a nação sem que antes a mentalidade dela esteja preparada para receber o novo sistema e seus conceitos.

Certamente, se o ser humano começa a pensar coletivamente, estabelece seus interesses de forma coletiva, faz desaparecer todos os sentimentos, desejos e procedimentos individuais, e conseguiria criar um sistema no qual desaparece o individualismo, permanecendo apenas o gigante coletivo. Porém, a aplicação disso no indivíduo materialista que não acredita em uma vida limitada, nem conhece qualquer significado dela a não ser o prazer material, necessita de um milagre que crie o Paraíso no mundo, fazendo-o descer do céu à terra. Os comunistas nos prometem esse paraíso e aguardam o dia em que a fábrica irá transformar o ser humano numa pessoa idealista em seus pensamentos e ações mesmo se ele não acredita em nenhum valor moral. Quando esse milagre se realizar, teremos outra conversa com eles.

Agora, porém, a aplicação do plano social que eles desejam exige a prisão das pessoas nos limites dessa idéia, e assegurar a sua execução pelas mãos da categoria que acredita nele e irá protegê-lo, tomando todos os cuidados por intermédio da opressão da natureza humana e os sentimentos psicológicos, impedindo a sua expressão por todos os meios, não seria melhor para esse indivíduo que tenha um seguro completo, um seguro social para a sua vida e para as suas necessidades (porque a riqueza coletiva lhe fornece tudo quando precisa). Porém, não seria melhor para esse indivíduo conseguir esse seguro sem ter que deixar de sentir os zéfiros da liberdade moderada, sem precisar queimar a sua personalidade no fogo ou afogar-se nesse agitado mar social?

Como pode almejar a liberdade, em alguma área, um ser humano desprovido de liberdade na sua vida e que tem sua vida alimentar completamente atrelada a um órgão em particular apesar da liberdade econômica e o sustento serem a base de todas as liberdades?

Aqueles que defendem isso justificam: o que o ser humano irá fazer com a liberdade e o direito de crítica e de opinião, quando estiver sob um enorme peso social? Que adiantaria discutir e se opor quando ele necessita de alimentação saudável e de vida tranqüila mais do que a necessidade por protesto e gritaria que a liberdade lhe permite?

Esses questionadores só visavam a democracia capitalista como se fosse a única causa que competisse com a causa deles no campo de luta. Por isso, desvalorizavam a dignidade e os direitos individuais, porque a viram como um perigo à corrente social em geral. Porém, é direito da humanidade não sacrificar nenhum de seus valores e direitos, enquanto não necessitar disso. Ela pode ocupar a posição de escolha entre a dignidade que faz parte do direito moral da humanidade e entre a necessidade que faz parte de seu direito material, se for obrigada pelo sistema que une os dois lados e possui a solução para os dois problemas.

O ser humano que está sendo sugado e não tem esperança de uma vida melhor, salário justo e seguro nos momentos de aflição, é um ser humano que perdeu o prazer da vida, e foi impedido de levar uma vida estável e agradável. A pessoa que está sempre ameaçada, vigiada o tempo todo, sujeita à detenção sem julgamento, ou à prisão, à deportação, ao assassinato por qualquer motivo, é uma pessoa aterrorizada, assaltado pelo medo que lhe tira a doçura de viver, e o terror a impede de usufruir os prazeres de vida.

Uma terceira pessoa: tranqüila quanto ao seu viver, confiante na sua dignidade e segurança, o que é o sonho agradável da humanidade. Como realizar esse sonho? Quando se torna uma verdade real?

Já dissemos que o tratamento comunista dado ao problema social é incompleto devido as conseqüências que indicamos, mesmo que mostre sentimentos e inclinações humanas que foram incentivadas pela ditadura social geral, que estimulou muitos pensadores à nova solução. Porém, este sistema não colocou a mão sobre a causa da corrupção para que pudesse erradicá-la. Erradicou outra coisa e não foi bem sucedido no diagnóstico, falhando no tratamento.

O princípio de propriedade privada não foi a causa dos males do capitalismo absoluto que desestabilizou a tranqüilidade e a felicidade do mundo. Ele não é o culpado pelo desemprego de milhões de trabalhadores para explorar uma nova máquina que pode suprir as suas indústrias, como aconteceu no começo da revolução industrial; não é a propriedade privada que impõe o controle dos salários

dos trabalhadores e exige os seus ilimitados esforços; que ordena ao capitalista jogar fora grandes quantidades de seus produtos para manter os preços e preferir o desperdício ao invés de doar aos pobres; que manda o capitalista usar o capital como fonte de enriquecimento por meio dos juros e sugar os esforços dos devedores sem produzir ou trabalhar; que incentiva o capitalista a comprar todas as mercadorias de consumo dos mercados para especular e elevar os preços; nem é a propriedade privada que ordena a abertura de novos mercados mesmo se as liberdades e os direitos à dignidade das nações forem violados.

Todas estas tragédias não foram fruto da propriedade privada, mas são o resultado do interesse materialista pessoal que foi estabelecido como critério no sistema capitalista e como justificativa absoluta para todas as atividades e ações. Quando se estabelece a sociedade sob o critério individual e a justificativa pessoal, não se pode esperar outra coisa além do que já foi descrito. É da natureza desse critério que procedem as maldições e as tragédias que se abatem sobre toda a humanidade, e não por causa da propriedade privada. Se o critério for mudado e for colocado um novo e saudável objetivo para a vida, que esteja de acordo com a natureza humana, o verdadeiro tratamento ao grande problema da humanidade seria encontrado.

O Islam e o Problema Social

A Verdadeira Explicação do Problema

Para chegarmos à primeira etapa da análise do problema social, devemos nos questionar a respeito do interesse materialista em particular que o sistema capitalista instituiu como medida e justificativa, objetivo e meta, e perguntamos: qual é a idéia que corrigiu a medida na mentalidade democrática capitalista e a inspirou? Esta idéia é a base verdadeira da aflição social, a falha da democracia capitalista na obtenção da felicidade do ser humano e da conservação da sua dignidade. Se conseguirmos anular essa idéia estaremos colocando uma barreira perante todas as tramas contra os prazeres sociais, as sinuosidades contra os direitos e a liberdade verdadeira da sociedade, adaptando a exploração da propriedade privada para o bem e o desenvolvimento da humanidade nos campos da indústria e da produção.

Que idéia é essa? Resume-se na limitada explicação materialista da vida que o Ocidente denominou de poderoso capitalismo. Cada indivíduo da sociedade, por isso, acredita que o seu campo único nessa fabulosa existência é a sua própria vida material. Acredita, também, na sua liberdade de dispor dessa vida e de explorá-la, que não irá auferir dessa vida nada além do prazer que a matéria lhe proporciona. O homem acrescentou essas crenças materialistas ao amor próprio que constitui a essência de sua natureza. Percorre o mesmo caminho dos capitalistas, executando seus métodos por completo, enquanto uma força coerciva não o priva de sua liberdade e lhe veda o caminho.

O amor-próprio é o instinto mais antigo que conhecemos. Todos os instintos são ramos dele, como o de sobrevivência. O amor-próprio – que significa o seu amor ao seu prazer, à felicidade, o seu ódio à dor e à tristeza – é o que estimula o ser humano a ganhar o seu sustento, poupar suas necessidades alimentares e materiais. Por isso, ele pratica suicídio se achar que suportar a dor da morte é mais fácil para ele que suportar as dores necessárias à conservação de sua vida.

A verdadeira realidade natural, então - que se oculta por trás de toda a vida humana e a orienta com seus dedos - é o amor-próprio que é traduzido por amor ao prazer e ódio à dor. Não se pode encarregar o ser humano de suportar, por sua escolha, a amargura da dor, sem algo prazeroso, para proporcionar prazer e felicidade aos outros, a não ser que sua hombridade lhe seja arrancada e lhe for concedida uma nova natureza que não ama o prazer nem odeia a dor.

Até as cores esplêndidas do altruísmo que vemos no ser humano e dele ouvimos na sua história, é dominada, também, por aquela força dinâmica principal, o instinto do amor próprio. O ser humano pode preferir o seu filho ou o seu amigo a si mesmo, pode se sacrificar pela causa de exemplos e valores, porém, não praticaria nenhum ato de heroísmo se não sentisse prazer, benefício que supera a perda causada pela preferência ao filho e ao amigo, ou o sacrifício pela causa de um dos exemplos em que acredita.

Dessa forma, conseguimos explicar a conduta do ser humano em geral, tanto no campo do egoísmo como no altruísmo. O ser humano possui muitas capacidades para o prazer com coisas variadas: com coisas materiais como o prazer de comer e beber, com o prazer sexual e outros prazeres materiais ou virtuais, como o prazer moral, sentimental, com valores morais ou de

amizade espiritual, ou com uma crença em particular, quando o ser humano deduz que os valores, a amizade ou a crença fazem parte de sua existência. Essas disposições que proporcionam ao homem prazeres variados são diferentes em seus níveis para as pessoas, e são discordantes na extensão de suas eficiências, por causa das diferenças entre as circunstâncias do ser humano e os agentes naturais, e as diferenças na educação que lhes influenciam. Enquanto vemos que algumas daquelas capacidades amadurecem no indivíduo de forma natural, como a capacidade para o prazer sexual, por exemplo, outros matizes que não aparecem na vida humana permanecem à espera dos agentes de educação que ajudam a amadurecê-los e a instruí-los. O instinto de amor-próprio – por trás de todas essas disposições – determina a conduta do ser humano de acordo com a extensão do amadurecimento daquelas disposições. Elas estimulam o ser humano a preferir um alimento sobre o outro, mesmo estando com fome. Ao mesmo tempo, estimula outro a dar preferência a um outro qualquer quanto ao próprio alimento, porque a disposição do primeiro ser humano em sentir prazer com os valores morais e sentimentais, que o estimulam a dar preferência, estava latente, e os agentes de educação não lhe concederam ajuda para implantá-lo e desenvolvê-lo. Quanto ao outro, auferiu esse matiz de educação, passando a sentir prazer com os valores morais e sentimentais, sacrificando todos os outros prazeres pela sua causa.

Quando quisermos modificar algo do comportamento do ser humano, devemos modificar o significado do prazer e o seu benefício, introduzindo o comportamento suposto dentro do círculo geral do instinto de amor-próprio.

Se o instinto de amor-próprio ocupa essa posição no mundo do homem, e a pessoa, na ótica do ser humano, é apenas energia material limitada, e o prazer apenas o que a matéria prepara de gozo e alegria, é natural que o ser humano sinta que o campo de seu lucro é limitado, e que sua etapa é curta, que o seu objetivo nessa etapa é obter uma quantidade de prazer material, que o caminho para isso se restringe, naturalmente, nos músculos da vida material que é o dinheiro, que abre perante o ser humano os caminhos para a realização de todos os seus objetivos e desejos.

Essa é a seqüência natural no conceito da matéria que leva a uma idéia capitalista completa.

Suponha que a questão resolve um problema crucial se rejeitarmos a propriedade privada e aceitarmos as idéias materialistas da vida, como tantos pensadores tentaram, é possível que a sociedade se salve das aflições dessas idéias com a eliminação apenas da propriedade privada e garanta a sua felicidade e estabilidade, apesar da garantia de sua felicidade e estabilidade depender, de longe, da garantia da inflexibilidade dos responsáveis quanto à seus métodos e objetivos reformistas no campo do trabalho e da execução. Supõe-se que esses responsáveis detenham as mesmas idéias totalmente materialistas quanto à vida estabelecida pelo capitalismo. A diferença é que essas visões foram colocadas em novas formas filosóficas. Supõe-se racionalmente que se coadunem em muitas circunstâncias e que o interesse particular enfrente o interesse coletivo e que o indivíduo fique entre a perda e a dor que ele suporta por causa dos outros, e entre lucro e prazer que desfruta a dano dos outros. Que garantias são dadas à nação e seus direitos, às doutrinas e seus objetivos, em tais instantes importantes que os governantes experimentam? O interesse pessoal não é representado apenas pela propriedade privada – para determinarmos, por causa da nossa suposição, a eliminação do princípio de propriedade privada – mas é representado por métodos e é matizado com várias cores. A prova disso é o que os líderes comunistas revelaram de traições dos governantes anteriores e seu desvio dos objetivos que adotaram.

A fortuna dominada pelo grupo capitalista à sombra da economia incondicional, da liberdade individual e do seu conceito materialista, é entregue – na nacionalização de todas as fortunas e na eliminação da propriedade privada – à equipe da nação formada por pessoas dominadas pelo mesmo conceito materialista da vida, que lhe impõe preferir os interesses pessoais por causa do instinto do amor-próprio que deixa o ser humano incapaz de renunciar ao prazer e ao interesse sem que tenha um ressarcimento. Enquanto o interesse materialista prevalecer como força dominante devido à imposição das idéias da vida materialista, novos campos de luta e de competição irão surgir novamente, sujeitando a sociedade ao perigo e à exploração.

O perigo que ronda a humanidade se oculta totalmente nas idéias materialistas, e o que se resulta de avaliações dos objetivos e dos atos. A unificação das fortunas capitalistas – pequenas e grandes – numa fortuna enorme que é entregue à nação (sem nenhuma nova evolução da mente

humana) não elimina o perigo. Ele transforma toda a nação em empregados de uma só empresa, vinculando suas vidas e dignidade com os pólos e os proprietários da mesma.

Certamente, essa empresa difere das empresas capitalistas pelo fato de que os proprietários das empresas capitalistas são os detentores de seus lucros e dispõem deles conforme seus próprios desejos, enquanto os proprietários da empresa única nada possuem, de acordo com o sistema. Porém, os campos dos interesses pessoais continuam abertos e o conceito materialista da vida – que torna o interesse um objetivo e justificativa – continua de pé.

Como se Trata do Problema

O mundo tem dois caminhos à frente para evitar o perigo e estabelecer as bases estáveis da sociedade:

O primeiro: que haja uma transformação no ser humano, ou seja, que se crie nele uma nova natureza que o faça sacrificar seus interesses pessoais e os lucros de sua limitada vida material pela causa e interesses da sociedade, juntamente com modificar a sua crença de que não há valores a não ser os interesses materiais e não há lucros além dos lucros dessa limitada vida. Isso acontece se for arrancado da essência de sua natureza o instinto de amor-próprio e for substituído pelo amor coletivo. Dessa forma, o ser humano nasce sem amor-próprio, a não ser pela consideração de ser uma parte do todo. Ele não sente prazer com a sua felicidade e com seus interesses a não ser que represente um a felicidade e o interesse do coletivo. O instinto de amor coletivo, então, garantirá o empenho pelos seus interesses e a realização de suas exigências de forma mecânica e através de um método instrumental.

O outro caminho que o mundo pode adotar para evitar o perigo que ameaça o presente e o futuro da humanidade é fazer com que a idéia materialista do ser humano quanto à vida seja desenvolvida e com isso irão se desenvolver naturalmente seus objetivos e suas medidas, realizando o milagre, então, de forma mais fácil.

O primeiro caminho é o sonhado pelos líderes comunistas para realizar a humanidade no futuro. Eles prometem ao mundo que iriam formá-lo novamente para que se movimentasse automaticamente e servisse à coletividade e aos

seus interesses. Para a realização dessa gigantesca obra deve-se entregar-lhes a liderança do mundo, como se entrega o enfermo ao médico, autorizando-o a tratá-lo, a amputar as partes gangrenadas e ajustar as partes incorretas. Ninguém sabe quanto tempo essa operação cirúrgica irá durar, a qual coloca a humanidade sob a responsabilidade de um só cirurgião. A submissão da humanidade a isso é a maior prova da extensão da injustiça que ela sofreu no sistema democrático capitalista, que a enganou com as liberdades alegadas, roubando-lhe a dignidade e sugando-lhe o sangue para servi-lo como bebida sorvida pelo grupo privilegiado representado pelos governantes.

A idéia dessa opinião – que defende o tratamento da questão através da evolução da humanidade e da sua formação novamente – baseia-se no conceito marxista quanto ao amor próprio. O marxismo acredita que o amor próprio não é uma tendência natural ou um fenômeno instintivo na existência do ser humano, mas é o fruto da situação social fundamentada na propriedade privada. A situação social da propriedade privada é que define o conteúdo espiritual e interior do ser humano, e cria nele o seu amor por seus interesses e benefícios individuais. Se uma revolução atinge os pilares sobre os quais está fundada a coletividade social e a propriedade privada for trocada pela propriedade coletiva e socialista, a revolução se refletirá em todos os cantos da sociedade e no interior do ser humano. Assim, os seus sentimentos individuais se transformarão em sentimentos coletivos e o amor por seus interesses e benefícios pessoais se transformará em amor pelos interesses e benefícios da coletividade de acordo com a lei de concordância entre a propriedade islâmica e o conjunto dos fenômenos essenciais que se adaptam a ela.

A realidade é que esse conceito marxista de amor-próprio define a relação entre a realidade subjetiva (o instinto do amor próprio) e as situações sociais de uma maneira equivocada. Senão, como podemos, então, acreditar que o impulso pessoal é fruto da propriedade privada e das contradições de classe dela resultantes? Se o ser humano não possuísse antes o impulso pessoal, as contradições não produziriam essas contradições e não pensaria na propriedade privada e na preferência individual. Por que o ser humano prefere os benefícios do sistema e os coloca de forma que preservem seus interesses à custa dos outros, uma vez que não sente o impulso pessoal no fundo de sua alma? Na verdade, os fenômenos sociais do egoísmo, nos campos econômicos e políticos, não são mais do que

o resultado do impulso pessoal do instinto de amor-próprio. Esse impulso está tão profundamente enraizado na existência do ser humano que é impossível ser erradicado e suas raízes serem arrancadas com a eliminação de tais vestígios. Uma operação como essa é como trocar esses aspectos com outros que podem ser diferentes na forma e na imagem, mas não na essência e na verdade.

Além disso, se dermos ao impulso pessoal (instinto de amor-próprio) uma explicação objetiva sendo ele um reflexo dos aspectos do individualismo no sistema social, como o fenômeno da propriedade privada, como fez o marxismo, isso não significa que o impulso pessoal iria perder seu saldo objetivo e sua razão de existir no sistema social com a eliminação da propriedade privada. Mesmo sendo ela (propriedade privada) um fenômeno individual, não é única. Há, por exemplo, o fenômeno da administração particular que até o sistema socialista utiliza. O sistema socialista, mesmo que proíba a propriedade privada nos meios de produção, não proíbe a sua administração pelos departamentos do governo que exercem a ditadura proletária e monopolizam a supervisão de todos os meios de produção e sua administração. Uma vez que não é lógico que os meios de produção sejam administrados, depois de nacionalizados, por todos os membros da sociedade. O sistema socialista preservou, então, alguns aspectos individuais relevantes. É natural que estes aspectos individuais preservem o impulso pessoal e o reflitam no conteúdo interior do ser humano constantemente, como fazia antes o fenômeno da propriedade privada.

Assim podemos conhecer o valor do primeiro caminho para resolver o problema: o caminho comunista que considera que a eliminação da propriedade privada e o apagá-la do registro da lei pode ser uma garantia suficiente para resolver o problema e desenvolver o ser humano.

Quanto ao segundo caminho, que já mencionamos, é o caminho trilhado pelo Islam que acredita que a única solução do problema é mudar o conceito materialista do ser humano quanto à vida. Ele não atacou o princípio da propriedade privada para anulá-lo, mas atacou diretamente o conceito materialista e estabeleceu um novo conceito da vida. Sobre as bases desse novo conceito, o Islam fundou um sistema no qual o indivíduo não é uma máquina no equipamento social, nem a sociedade é uma entidade fundada para servir ao indivíduo, mas estabeleceu para cada um os seus direitos, garantindo ao indivíduo sua dignidade, tanto moral como material. O Islam apontou a verdadeira causa da

doença no sistema social democrático e seus derivados sistemas. Ele a apagou de forma que se coaduna com a natureza humana. O ponto central que causou todos os sofrimentos e as dores da humanidade foi a visão materialista da vida que pode ser resumida nesta frase: “*A consideração da vida do ser humano como tudo que se tem e o estabelecimento do interesse pessoal como critério para qualquer atividade ou ação*”.

A democracia capitalista é um regime condenado ao desmoronamento e à decadência certa do ponto de vista islâmico. Porém, não é por causa das alegações da economia comunista quanto à natureza das contradições e dos fatores de esgotamento que o conceito da propriedade privada carrega em si, porque o Islam é diferente, na sua maneira lógica, sua economia política e sua filosofia social, dos conceitos dessa alegação e seu modo dialético - como foi explicado em meus dois livros: “*Falssafatuna*” (Nossa Filosofia) e “*Ictissáduna*” (Nossa Economia) - e garante a posição do conceito da propriedade privada num plano social livre das supostas contradições.

A verdadeira causa da falha e da situação trágica que a democracia capitalista sofreu segundo a crença do Islam são seus conceitos materialistas, que não podem proporcionar felicidade às pessoas com um sistema inspirado na sua essência, e extrai suas grandes linhas de seu espírito e orientação.

Por isso, é necessária outra ajuda – além dos conceitos materiais sobre o universo – que o sistema social dela se utilize. É necessária uma consciência política correta que se baseie em verdadeiros conceitos da vida, que adotem a grande causa humana e tente realizá-la com base nesses conceitos, analisando as questões do mundo a partir deste ângulo. Ao completar essa consciência política no mundo, debilitar qualquer outra consciência política e conquistar todos os outros conceitos da vida que não se coadunem com a sua base principal, o mundo consegue ingressar em uma nova vida iluminada e repleta de felicidade.

Essa profunda consciência política constitui uma mensagem da verdadeira paz no mundo. Essa mensagem salvadora é a mensagem eterna do Islam, que estabeleceu o seu sistema social - diferente dos outros sistemas que apresentamos acima – a partir de uma nova base intelectual para a vida e o universo.

O Islam criou, com essa regra intelectual, a visão correta do ser humano e da sua vida. Fez crer que a sua vida está originada no princípio da perfeição absoluta, e que é uma preparação do indivíduo para um mundo sem dor ou

tristeza, e lhe estabeleceu um novo critério ético em todos os seus passos e fases, que é: aprazimento de Deus, o Altíssimo. Não é tudo que o interesse pessoal impõe que é permitido, e tudo que pode causar perda pessoal é ilícito e inadmissível. O objetivo traçado pelo Islam para a vida do ser humano é o da satisfação divina. O critério moral para avaliar todas as ações é a parte que ajuda a alcançar o objetivo sagrado. O ser humano correto é aquele que atinge esse objetivo e a personalidade islâmica perfeita é aquela que segue em todas as suas fases da vida orientada para esse objetivo, para a luz desse critério e dentro de seu círculo geral.

Essa transformação dos conceitos éticos do ser humano, em seus critérios e objetivos, não significa uma mudança na natureza humana e a sua transformação em uma nova natureza, como alegava o conceito comunista. O amor próprio, ou seja, o amor do ser humano a si mesmo e a realização de seus desejos particulares, é uma coisa natural no indivíduo. Nós não conhecemos nenhuma investigação experimental mais clara do que a própria investigação humana, ao longo de sua história, que comprova a identidade do amor-próprio. Se não fosse natural no homem, o primeiro ser - antes de qualquer formação social - como iria preencher as suas necessidades, defender-se dos perigos e correr atrás de seus desejos, utilizando os meios primitivos com os quais preservou a sua vida e sua existência? Além disso, o homem deve ingressar numa vida social e se relacionar com os outros para realizar seus desejos e combater os perigos. Uma vez que o amor próprio ocupa essa posição na natureza humana, que tratamento decisivo para o grande problema humano deve estar fundamentado na crença nessa verdade? Se for baseado no conceito de desenvolvimento ou de domínio do instinto, será um tratamento idealista sem valor no campo da vida real em que vive o ser humano.

A Missão da Religião

A religião desempenha, aqui a sua grande missão, a qual nenhuma outra doutrina pode desempenhar nem consegue alcançar os seus objetivos construtivos e nobres, a não ser com base em seus fundamentos. Ela vincula o critério ético definido ao ser humano e o amor-próprio concentrado em sua natureza.

Em outras palavras, a religião une o critério inato aplicado ao trabalho e à vida, que é o amor-próprio, com o critério que deve ser adotado para o trabalho para a vida, para garantir a felicidade, o conforto e a justiça.

O critério inato exige que a pessoa prefira seus interesses pessoais aos interesses da sociedade e aos fatores de sua estabilidade. O que deve dominar é o critério no qual todos os interesses são iguais e haja um equilíbrio entre os valores individuais e os valores coletivos.

Como podemos conciliar entre os dois critérios e unir os dois equilíbrios para que a natureza humana se torne no indivíduo um fator do bem e de felicidade para todos, depois de constituir um motivo de sofrimento e de agonia representados pelos tipos de egoísmo?

A conciliação e a unificação acontecem por meio de uma operação que a religião realiza na humanidade desorientada. A operação utiliza dois métodos:

O primeiro método: a concentração em dar uma explicação real à vida e divulgar a sua compreensão de uma maneira correta. Essa explicação serve como introdução para a Outra Vida, na qual o ser humano terá a felicidade de acordo com as suas ações nesta limitada vida terrena, para alcançar o aprazimento de Deus. O critério ético, ou o aprazimento de Deus, exaltado seja, garante o interesse pessoal ao mesmo tempo em que ele assegura os interesses pessoais, e igualmente ao mesmo tempo em que garante os grandes objetivos sociais. Portanto, a religião conduz o ser humano a participar do estabelecimento de uma sociedade feliz e a preservar a justiça que obtém a satisfação de Deus, o Altíssimo, porque essa participação faz parte do lucro pessoal do ser humano enquanto cada ação ou atividade nessa área será muito bem recompensada.

Portanto, a questão da sociedade é uma questão do indivíduo também, nos conceitos religiosos e nas explicações sobre a vida. Essa conciliação é impossível de ser obtida no âmbito do conceito materialista da vida porque esse conceito faz o ser humano, pela sua natureza, visualizar apenas o seu campo presente e sua vida limitada, ao contrário do conceito real que o Islam apresenta sobre a vida: o Islam abre espaço à frente do ser humano e o ensina a ter uma visão profunda de seus interesses e benefícios. De acordo com essa visão, a perda atual será um grande lucro e o lucro imediato poderá se tornar uma grande perda no final das contas.

“Quem praticar o bem, será em benefício próprio; por outra, quem praticar o mal, o fará em seu detrimento. Logo retornareis a vosso Senhor.” (Alcorão Sagrado, 45:15).

“Quem cometer uma iniquidade, será pago na mesma moeda; por outra, aqueles que praticarem o bem, sendo fiéis, homens ou mulheres, entrarão no Paraíso, onde serão agraciados imensuravelmente.” (Alcorão Sagrado, 40:40).

“Nesse dia, ela declarará as suas notícias, Porque o teu Senhor lhas terá revelado. Nesse dia, os homens comparecerão, em massa, para verem as suas obras. Quem tiver feito o bem, quer seja do peso de um átomo, vê-lo-á. Quem tiver feito o mal, quer seja do peso de um átomo, vê-lo-á”. (Alcorão Sagrado, 99:4-8).

“Não deveriam o povo de Medina e seus vizinhos beduínos se negar a seguir o Mensageiro de Deus, nem preferir as suas próprias vidas, em detrimento da dele, porque todo o seu sofrimento, devido à sede, fome ou fadiga, pela causa de Deus, todo o dano causado aos incrédulos e todo o dano recebido do inimigo ser-lhes-á registrado como boa ação, porque Deus jamais frustra a recompensa aos benfeitores. Deveriam saber, ainda, que não fazem gasto algum, pequeno ou grande, nem atravessam vale algum, sem que isso lhes seja registrado; em verdade, Deus os recompensará com coisa melhor do que tiverem feito”. (Alcorão Sagrado, 9:120-121).

Eis alguns exemplos fantásticos que a religião apresenta para o primeiro método seguido para conciliar os dois critérios e unir os dois equilíbrios. Vincula entre os impulsos pessoais e os caminhos do bem nesta vida, e eleva o interesse da pessoa para que ela comece a acreditar que seus interesses coletivos, definidos pelo Islam, estão vinculados.

O segundo método: seguido pela religião para conciliar o impulso pessoal e os valores e interesses sociais. É o responsável por uma educação moral específica que alimenta o ser humano espiritualmente e lhe desenvolve os sentimentos humanos e éticos. Como já escrevi antes, existem na natureza humana energias

e capacidades para várias tendências: algumas são materialistas, cujos desejos são naturais como o desejo pela comida, pela bebida e pelo sexo, e outras são espirituais que afloram e crescem com a educação e o comprometimento. Por isso, é natural que o ser humano - se permitir a si mesmo - seja dominado pelos desejos materiais, porque brotam naturalmente, enquanto as tendências e as capacidades espirituais ocultas permanecem cobertas. A religião, por acreditar numa liderança protegida e dirigida por Deus, encarrega a questão da educação da humanidade e o desenvolvimento das capacidades espirituais para a liderança e seus ramos. Assim, surge um conjunto de sentimentos e percepção nobres que fazem o ser humano gostar dos valores morais e dos ideais que a religião ensina a respeitar e se sacrificar por sua causa, removendo do seu caminho qualquer coisa que possa afetar seus interesses e benefícios. Isso não significa que o amor-próprio se extingue da natureza humana, mas a dedicação pela causa desses valores e exemplos é uma execução completa da vontade do amor-próprio. Os valores, por causa da educação religiosa, tornam-se amados pelo ser humano, e a realização daquilo que é amado indica um prazer pessoal especial. Dessa forma, a própria natureza do amor próprio impõe que se esforce pela causa dos valores éticos, em cumprimento ao prazer devido.

Esses são os dois caminhos dos quais resultam o vínculo da questão ética com a questão individual. Um se resume no fornecimento da explicação real de uma vida eterna, não para que o ser humano renuncie a esta vida nem se submeta à injustiça e nem aceite outra coisa além da justiça, mas para ajustar o ser humano ao critério ético correto que aquela explicação lhe proporciona com toda garantia. O outro caminho se resume na educação ética que alimenta a alma do ser humano com diversos sentimentos e percepções, que garantem a prática do critério ético inspirado nele mesmo.

A compreensão moral da vida e a educação moral da alma, na mensagem do Islam, são as duas causas que tratam da causa mais profunda do sofrimento humano.

Devemos nos expressar sempre a respeito da compreensão da vida, que é uma preparação para a vida eterna no sentido moral da vida, e devemos nos expressar também a respeito dos sentimentos e dos instintos alimentados pela educação moral, como o sentimento moral da vida.

A compreensão moral da vida e o sentimento ético são os dois pilares sobre os quais é fundamentado o novo critério ético que o Islam definiu para a humanidade, que é o aprazimento a Deus, O Altíssimo, e esse aprazimento - que o Islam estabelece como critério geral na vida – é o que orienta a nau da humanidade para o litoral da verdade, do bem e da justiça.

A principal vantagem do sistema islâmico é que ele se baseia na compreensão moral da vida e no sentimento ético. A grande linha nesse sistema é considerar o indivíduo e a sociedade juntos, e assegurar a vida individual e social de uma forma equilibrada. Não é o indivíduo que é a base central da legislação e do poder, e não é o grande corpo social a única coisa que o governo visa e legisla por ele.

Qualquer sistema social que não resulta desse tipo de entendimento e sentimento ou é um sistema que caminha com o indivíduo no seu próprio instinto, sujeitando a vida social a severas conseqüências e perigos extensos para a sociedade, ou é um sistema que prende o homem aos seus instintos e paralisa a sua natureza para proteger os interesses da coletividade. Resulta disso o início de uma luta amarga e permanente entre o sistema e suas leis, os indivíduos e seus impulsos. O pior é que o próprio sistema social fica sujeito à decadência pelas mãos de seus fundadores enquanto esses possuírem sentimentos individuais também, e enquanto esses impulsos encontrarem – com a supressão dos outros impulsos individuais e a entrega da liderança decisiva – uma oportunidade ampla e campo inigualável para a expansão e a exploração.

De qualquer compreensão moral da vida e do sentimento ético não resulta um sistema completo para a vida em que cada parte da sociedade é levada em consideração, e é dada a cada indivíduo a liberdade disciplinada pela compreensão e o sentimento ético e que é determinada pelo Estado, quando se desvia deles. Digo que qualquer crença que não gera esse sistema, não é mais que um remédio paliativo para diminuir os problemas, e não é um tratamento eficaz para acabar com os problemas e os sofrimentos. A construção social firme é fundada sobre uma compreensão moral e um sentimento ético que resultam em um sistema que enche a vida com o espírito desse sentimento e a essência dessa compreensão.

Esse é o Islam em poucas e fantásticas palavras. É uma crença moral e ética que estabelece um sistema completo para a humanidade desenhando-lhe um caminho definido e claro, e colocando um objetivo sublime no final desse caminho, e lhe indicando os lucros que dele provêm.

Se a compreensão moral da vida for eliminada e o ser humano for despojado de seus sentimentos éticos, se os valores morais forem considerados puras ilusões criadas pelos interesses materiais, e o fator econômico for o criador de todos os valores e dos ideais e, depois disso almejar-se a felicidade da humanidade e a sua estabilidade social, essa esperança nunca se concretizará, a não ser quando as pessoas forem transformadas em máquinas projetadas por um grupo de engenheiros.

O estabelecimento do ser humano numa base de compreensão moral da vida e do sentimento ético não é uma operação tão difícil. Não há em tudo que o mundo congrega de conceitos morais, de sentimentos de conduta, de percepções nobres, uma prova maior e mais lógica do que a prova das concentrações, dos fundamentos e dos esforços gigantescos que as religiões empreenderam para educar a humanidade, o impulso natural do ser humano e o que convém a ele de vida e trabalho.

O Islam carregou a tocha iluminada depois que a humanidade alcançou um grau especial de conscientização. Anunciou a base moral e de conduta em grande escala, e na sua base ergueu uma bandeira humana, fundando uma nação intelectual que liderou o mundo por mais de um quarto de século, visando à unificação de todas as pessoas, reunindo-as numa única base intelectual que define o estilo e o sistema da vida. O Estado Islâmico tem duas funções: a primeira delas é educar o ser humano na regra intelectual, caracterizando seus sentidos e sentimentos com o seu timbre. A segunda função é vigiá-lo externamente e forçá-lo a retornar à base intelectual se dela se desviar na prática.

Por isso, a consciência política do Islam não é só uma consciência formal da vida social, mas é uma consciência política profunda, fundamentada em uma visão completa da vida, do universo, da sociologia, da política, da economia e da ética. Essa visão abrangente é a consciência islâmica completa.

Qualquer outra consciência política ou é uma consciência política fútil que não vê o mundo a não ser de um ângulo específico e não estabelece seus conceitos em um ponto particular de concentração, ou é uma consciência política que estuda o mundo de um ângulo puramente materialista, que alimenta a humanidade com a luta e a aflição nas suas várias formas.

A Posição do Islam Quanto à Liberdade e ao Seguro Social

A Liberdade Entre o Capitalismo e o Islam

Soubemos pelo que foi dito acima, que a liberdade é o ponto central na reflexão capitalista, e que a idéia de garantia social é o eixo central do sistema socialista e comunista.

Por isso, estudaremos – de forma comparativa - a posição do Islam e do capitalismo quanto à liberdade e depois compararemos entre o seguro social no Islam e o seguro social na doutrina marxista.

Quando pronunciamos a palavra “liberdade”, visamos o seu significado geral que é a rejeição do domínio de terceiros. Esse conceito é o que conseguimos encontrar em ambas as civilizações mesmo que o seu círculo e base intelectual sejam diferentes em cada uma delas⁷.

Desde que começamos a comparar a liberdade no Islam e no capitalismo democrático, podemos perceber com toda clareza as diferenças essenciais entre a liberdade vivida pela sociedade capitalista, pregada pelo capitalismo, e a liberdade que o Islam prega e garante para a sociedade, que fundou e apresentou nela a sua experiência no palco da história. Ambas as liberdades carregam os aspectos das civilizações a que pertencem e se coadunam com seus conceitos a respeito do universo e da vida, interpretando a situação racional e psicológica que aquela civilização criou na história.

A liberdade na civilização capitalista começou como dúvida amarga e dominante, e depois se transformou, em sua escala revolucionária, em uma doutrina que acredita na liberdade. Ao contrário da liberdade na civilização islâmica, ela é uma interpretação de uma consciência central fixa (a crença em Deus) da qual a liberdade extrai a sua revolução. E de acordo com a sustentação e a profundidade do sentido na vida humana, as energias revolucionárias se multiplicam nesta liberdade.

7. Por isso, a palavra “liberdade” aparece com o seu significado amplo em textos originais islâmicos, que não podem ser acusados de influência ocidental. O Príncipe dos Fiéis (A.S.) disse: “Não seja escravo dos outros quando Deus o criou livre”. O Imam Jaafar Ibn Mohammad Assádeq (A.S.) disse: “Quem nada tiver das cinco características, não terá muito prazer: 1) a lealdade, 2) a disposição, 3) o pudor, 4) a boa conduta, 5) a liberdade, que abrange todas essas características”.

A liberdade capitalista tem um significado positivo. Ela considera que cada ser humano é quem tem direito sobre ela e pode dispor dela como quiser sem ter que se submeter a qualquer autoridade externa. Por isso, todas as instituições sociais, que têm influência na vida das pessoas, adquirem o seu direito legítimo de dominar a cada indivíduo. A liberdade no Islam, porém, preserva o lado revolucionário da liberdade e age para libertar o ser humano do domínio dos ídolos - todos eles - que extenuaram a humanidade durante um bom tempo da história. Porém, ela estabelece a operação da grande libertação com base na crença sincera da servidão a Deus, e somente a Deus. A servidão do ser humano a Deus no Islam – ao invés de ser dono do seu nariz no capitalismo - é o instrumento com qual o ser humano destrói qualquer autoridade e qualquer outra escravidão, porque essa escravidão, no seu conceito sublime, o faz sentir unido com todas as outras forças, com quem convive no mesmo pé de igualdade perante um único Senhor. Nenhuma força da terra tem o direito de dispor de seu destino e governar a sua existência e a sua vida.

A liberdade, nos conceitos da civilização capitalista é um direito natural do ser humano e ele tem o direito de ceder seu direito quando quiser. No Islam, as coisas são diferentes porque a liberdade no Islam está vinculada fundamentalmente à servidão a Deus, e o Islam não permite que o ser humano se humilhe e se submeta, dispondo de sua liberdade.

“Não seja escravo de outro uma vez que Deus o criou livre”.

No Islam, o ser humano é responsável por sua liberdade. Ela não é um dos casos de falta de responsabilidade. Essa é a diferença entre as duas liberdades em seus aspectos gerais. Vamos, agora, dar maiores explicações:

A Liberdade na Civilização Capitalista

A liberdade nasceu no berço da civilização capitalista em um ambiente repleto de impetuosas e amargas dúvidas que dominaram todas as correntes do pensamento europeu como resultado das revoluções intelectuais que se sucederam no início da história moderna da Europa e fizeram tremer os pilares do racionalismo europeu.

Os ídolos do pensamento europeu começaram a ruir, um após o outro, por causa das conquistas científicas, que proporcionaram ao europeu novos conceitos sobre a vida e o universo, além de idéias totalmente contraditórias aos seus axiomas anteriores que formavam a pedra angular de sua existência intelectual e de sua vida racional e religiosa.

O ocidental, por causa das várias e sucessivas revoluções intelectuais, começou a olhar para o mundo com uma nova visão, e ao legado intelectual desenvolvido pela humanidade desde a alvorada da história com um olhar de dúvida e perplexidade. Começou a perceber que o mundo de Nicolau Copérnico, que provou que a terra era apenas um dos planetas do sistema solar, é totalmente diferente do antigo mundo tradicional do qual Ptolomeu falava. Que a natureza que começou a revelar seus segredos para Galileu e seus colegas cientistas, era uma coisa nova em comparação à antiga imagem herdada dos padres e pensadores antigos como o Santo Tomas de Aquino, Dante e outros. Assim, de repente, o homem ocidental jogou fora tudo que tinha de convicção e começou a se livrar do círculo em que viveu por milhares de anos.

A dúvida não parou, com a sua onda revolucionária, em nenhum limite, e atingiu, com sua revolução, todos os valores e conceitos que a humanidade estabeleceu para organizar seus relacionamentos e comportamentos. Uma vez que o novo universo é totalmente diferente do antigo e o ser humano visualiza sua realidade e ao seu redor do ponto de vista científico e não mais do ponto de vista lendário, deve-se rever o conceito religioso que define a relação do ser humano com o universo e com o desconhecido. Em seguida, rever os objetivos e as idéias que o ser humano vivenciou antes que sua nova visão se cristalice em si e em seu universo.

Com essa base, a religião do homem ocidental enfrentou a adversidade da dúvida moderna, que se apóia na reserva sentimental que começou a diminuir por causa da ditadura exercida pela Igreja. Era natural, também, que por trás da derrota todas as bases morais e todos os valores e modelos que limitavam o comportamento humano e diminuía o seu exagero desabassem, porque a ética está vinculada à religião na vida de toda a humanidade. Se ela perde a sua reserva religiosa, que lhe fornece o verdadeiro valor e a vincula com o mundo desconhecido, o mundo da recompensa, ela se torna vazia e um imposto sem justificativa. A história apresenta sempre essa verdade. Os gregos sofistas nega-

ram os deuses da antiga Grécia com base na dúvida sofista. Eles rejeitaram os limites éticos e se rebelaram contra eles. O homem ocidental repetiu a história quando a dúvida moderna dominou a sua crença religiosa. Ele se rebelou contra todos os bons costumes e os valores morais, e esses bons costumes e valores morais ficaram marcados, na sua visão, por uma etapa nebulosa na história da humanidade. O homem ocidental começou a se comportar ao seu bel prazer, seguindo sua paixão, e enchendo os pulmões com ar fresco que foi dominado pela dúvida moderna em lugar dos valores e das regras que limitavam seu comportamento e suas atividades.

A partir daí, nasceu a idéia da liberdade intelectual e da liberdade pessoal. A primeira resultou da dúvida revolucionária e da aflição racional que atingiu a todas as convicções intelectuais. Não havia mais verdades sublimes inquestionáveis enquanto a dúvida se estendia em todas as direções. Então, surgiu o conceito de liberdade pessoal como expressão dos resultados negativos que a dúvida moderna alcançou na sua batalha contra a fé e a ética. Era natural que o ser humano, que derrotou sua fé e sua moral, acreditasse na sua liberdade pessoal e rejeitasse qualquer força que limitasse o seu comportamento ou dominasse a sua vontade.

Seguindo esse processo, o ser humano moderno passou da dúvida à liberdade intelectual, e em seguida à liberdade pessoal.

Então, chegou a vez da liberdade econômica, a vez dela de formar um novo elo nesse processo ideológico. O homem moderno, depois de acreditar na liberdade pessoal e definir seus objetivos e valores com base nela, depois de praticamente negar ao ponto de vista religioso quanto à vida, à existência e à relação espiritual com o Criador e ao que o ser humano espera de recompensa e castigo, a vida se transformou, em seu ponto de vista, numa oportunidade para auferir o máximo possível de prazeres e benefícios materiais que só são possíveis através do dinheiro. Assim, o dinheiro tornou-se a chave mágica e o objetivo principal do ser humano moderno, que desfruta de toda liberdade em sua conduta. Por isso, era necessário fortalecer os apoios da liberdade econômica e abrir todos os campos perante essa criatura livre, para a obtenção do novo objetivo (o dinheiro), que a civilização ocidental estabeleceu como novo ídolo para a humanidade. Dessa forma, cada sacrifício que o ser humano fez nesse sentido tornou-se uma ação nobre e uma oferenda aceita. O impulso econô-

mico passou a dominar na medida em que a civilização moderna se afastava dos valores espirituais e morais que foram rejeitados no começo do caminho. O prazer do dinheiro alcançou o seu apogeu e se tornou o senhor da situação, fazendo desaparecer os conceitos quanto aos valores, às virtudes e à religião, até que o marxismo pensou, numa das crises econômicas da civilização ocidental, que o impulso econômico é o motor que orienta a história da humanidade em todos os tempos.

Não era possível que o conceito de liberdade econômica se separasse de outro conceito, ou seja, a liberdade política, porque a condição necessária para a prática da livre iniciativa no campo econômico é derrubar todas as barreiras políticas e vencer as adversidades que a autoridade governante coloca em seu caminho, tomando as rédeas do poder e nacionalizando as propriedades, para que o indivíduo se tranqüilize que não há outra força que possa impedi-lo de realizar seus objetivos e seus lucros.

Assim, completaram-se os grandes sinais ou os elos básicos da civilização que o homem ocidental formou e trabalhou com sinceridade para estabelecer sua vida com base nela, se comprometendo a convencer o mundo a adotá-la.

À luz disso, manifesta-se a liberdade nessa civilização, com seus traços que citamos no início desse capítulo. É um fenômeno ideológico que começou como uma dúvida amarga e inquietante e terminou em uma crença doutrinária na liberdade, uma manifestação do homem ocidental de seu domínio a si mesmo, à sua vontade depois de rejeitar a sua submissão a qualquer outra força. A liberdade – na democracia capitalista – não significa apenas a rejeição do domínio dos outros, mas também – além disso – o domínio do ser humano sobre si mesmo, efetivamente cortando seus laços com o seu Criador e com a sua Outra Vida.

A Posição do Islam Quanto à Liberdade

A posição do Islam quanto à liberdade é totalmente diferente da posição da civilização ocidental. Ele trata da liberdade no seu significado negativo, ou seja, no seu significado revolucionário, que liberta o ser humano do domínio dos outros e quebra os grilhões que o oprimem, considerando a realização desse significado negativo da liberdade um dos grandes objetivos da mensagem divina:

“... alivia-os dos seus fardos e livra-os dos grilhões que o deprimem...”
(Alcorão Sagrado, C.7:157)

O Islam, porém, não vincula esse significado negativo com o significado positivo dominante nos conceitos da civilização ocidental, porque ele não considera o direito do indivíduo em se livrar do domínio dos outros e ficar em pé de igualdade com eles como resultado do domínio do ser humano sobre si mesmo e o seu direito de determinar a sua conduta e o seu método de vida – a questão que denominamos de: o significado positivo da liberdade no conceito da civilização ocidental – mas sim algo vinculando entre a liberdade, a libertação de todo e qualquer ídolo, das correntes artificiais e da servidão total a Deus. O ser humano é servo de Deus, antes de qualquer coisa. E por sua designação de servo de Deus, não deve reconhecer nenhuma outra autoridade além da d’Ele ou se submeter a qualquer ídolo seja qual for seu tipo ou cor. Deve permanecer firme, em pé de igualdade, na servidão sincera a Deus, com todos os outros grupos de criaturas.

Portanto, a base essencial da liberdade no Islam é o monoteísmo, a fé na servidão sincera a Deus perante o Qual todas as forças pagãs que difamaram a dignidade humana durante as fases da história desmoronam.

“Dize-lhes: Ó adeptos do Livro, vinde, para chegarmos a um termo comum, entre nós e vós: Comprometamo-nos, formalmente, a não adorar senão a Deus, a não Lhe atribuir parceiros e a não nos tomarmos uns aos outros por senhores, em vez de Deus”. (Alcorão Sagrado, C.3 : 64)

“Disse-lhes: Adorais o que esculpis, Apesar de Deus vos ter criado, bem como o que elaborais?” (Alcorão Sagrado, C. 37: 95-96).

“Aqueles que invocais em vez de Deus são servos, como vós”
(Alcorão Sagrado, C.7:194).

“... deidades discrepantes ou o Deus Único, o Irresistível?”
(Alcorão Sagrado, C.12:39).

Assim, o Islam estabelece a libertação de todas as formas de escravidão à base da aceitação da servidão sincera a Deus, o Altíssimo. Ele faz da relação do servo com seu Senhor a base firme de sua libertação de todas as relações com outras pessoas e as outras criaturas naturais do universo.

O Islam e a civilização ocidental, mesmo que ambos pratiquem a libertação do ser humano, são diferentes na base intelectual sobre a qual esta libertação é fundada. O Islam a estabelece na base de servidão a Deus e crença n'Ele, enquanto a civilização ocidental a estabelece na base da crença apenas no ser humano e no domínio a si mesmo, depois de duvidar de todos os valores e verdades que estão por trás das dimensões materialistas da existência do homem.

Por isso, a idéia de liberdade no Islam é formada sobre uma crença monoteísta de Deus e uma certeza de que Ele domina o Universo. À proporção que essa crença se fortalece na alma do muçulmano, e sua visão monoteísta se firma... sua alma se eleva, seu sentimento de dignidade e liberdade se tornam mais profundos e sua vontade em combater a injustiça e a escravidão dos outros ganha força:

“... e somente se defendem quando são atacados iniquamente”.
(Alcorão Sagrado, C.26:227)

Ao contrário do conceito de liberdade na civilização ocidental que nasceu a partir da dúvida e não da certeza como resultado da ansiedade e da revolução e não da fé e da estabilidade como já citamos antes.

Podemos dividir as liberdades democráticas, para compará-las com o Islam, em dois grupos:

Primeiro grupo: a liberdade no campo pessoal do indivíduo, chamada na civilização ocidental de liberdade pessoal.

Segundo grupo: a liberdade no campo social. Esta abrange as liberdades: intelectual, política e econômica.

A liberdade pessoal trata do comportamento do homem como indivíduo que vive isoladamente ou em sociedade. As outras três liberdades tratam do ser humano como indivíduo que vive na coletividade. Elas lhe concedem o direito de divulgar suas idéias entre os outros como bem quiser, além de lhe conceder o direito de escolher a autoridade que irá governar-lhe, abrindo-lhe todas as portas para exercer todo tipo de atividade de acordo com sua capacidade e paixão.

A Liberdade no Âmbito Pessoal

A civilização ocidental moderna se preocupou em garantir a maior parte possível de liberdade a toda pessoa em seu comportamento particular sem entrar em choque com as liberdades dos outros. A liberdade de qualquer pessoa só termina quando começa a liberdade da outra.

Não é importante para o indivíduo – depois de disponibilizar essa liberdade a todas as pessoas – a maneira como irão utilizá-la, e os resultados, as reações psicológicas e intelectuais desse uso. Enquanto cada pessoa é livre em seu comportamento e capaz de executar sua vontade em seus campos pessoais. O viciado, por exemplo, pode beber à vontade e sacrificar o último átomo de sua lucidez porque ele tem o direito de usufruir dessa liberdade em seu comportamento se não atrapalhar o caminho dos outros ou se transformar em um perigo contra a vida de alguma forma.

A humanidade se embriagou ao som dessa liberdade e adormeceu sob sua sombra por um bom tempo, mesmo sentindo pela primeira vez que quebrou todas as correntes, que o gigante preso nas profundezas desde milhares de anos, foi libertado pela primeira vez e lhe foi permitido fazer o que quisesse à luz do dia sem medo ou aflição.

Esse sonho prazeroso não durou muito tempo; a humanidade começou a acordar devagarzinho e perceber gradualmente – mas de forma assustadora – que essa liberdade começou a prendê-la com fortes correntes e acabou com suas esperanças no livre desprendimento do ser humano, encontrou-se num veículo indo numa direção definida e não possuía nenhum poder de mudança ou desenvolvimento. A única coisa alegre – vendo o seu destino no seu limitado caminho – foi que houve quem lhe disse: esse é o veículo da liberdade, apesar dos grilhões e das correntes que prendem as suas mãos.

Como essa liberdade se transformou em uma corrente? Como esse desprendimento levou aos grilhões que estão puxando o veículo para um destino definido e despertou a humanidade para essa realidade amarga no fim do caminho? Tudo isso foi previsto pelo Islam há quatorze séculos, quando não se satisfez em disponibilizar esse conceito artificial de liberdade do ser humano que foi acometido por todas essas contradições na experiência da vida moderna do homem ocidental. O Islam foi mais longe que isso, trouxe um conceito mais

profundo de liberdade e declarou uma revolução, não contra os grilhões e as correntes de forma artificial, mas contra as raízes psicológicas e intelectuais. Com isso, o Islam garantiu ao homem a mais elevada e pura liberdade que a humanidade jamais experimentou no desenrolar da história.

Se a liberdade na civilização ocidental começava com a libertação e terminava em forma de escravidão - como iremos mostrar - a liberdade ampla no Islam é totalmente contrária a isso. Ela começa com a adoração sincera a Deus para terminar na libertação completa de qualquer tipo de escravidão humilhante.

O Islam começa a sua operação de libertação da humanidade do conteúdo interior do próprio indivíduo, porque ele não vê que a concessão da liberdade ao ser humano não é apenas lhe dizer: “Eis o caminho que lhe oferecemos, vai em paz”. Mas, o ser humano se torna livre de verdade quando consegue encontrar o seu caminho e preservar, para a sua humanidade, a opinião de definir o caminho e traçar seus sinais e direções. Isso depende – em primeiro lugar – da libertação do ser humano da adoração aos desejos aglomerados em seu interior para que se transformem em instrumentos de aviso para o ser humano ao que ele deseje, e não em uma força que domina a vontade humana, sendo o homem incapaz de controlá-la. Se isso acontecer, o ser humano perderá sua liberdade desde o início do caminho. Ele nada mudará se as suas mãos não estiverem livres, enquanto a sua mente e todos seus sentimentos humanos, que o diferenciam do reino animal, estão presos e inativos. Sabemos que a coisa essencial que distingue a liberdade do ser humano da liberdade animal – de forma geral – é que mesmo que disponha de suas vontades, porém, a liberdade animal está sujeita à sua vontade para satisfazer seus desejos. Ao ser humano, porém, foi-lhe concedida a capacidade de dominar seus desejos e utilizar a lógica racional embutida nele. O segredo de sua liberdade, sendo um ser humano, está incluído nessa capacidade. Se o imobilizarmos e lhe concedermos a liberdade artificial em suas condutas práticas e disponibilizarmos todas as possibilidades de satisfazer seus desejos, como a civilização ocidental fez, iremos acabar, gradualmente, com a sua liberdade humana e despertar, em contrapartida, o animal adormecido nele. Assim, iremos transformá-lo em um instrumento para saciar os desejos. Se, por acaso, ele se virar, no meio do caminho, irá perceber que se tornou refém de seus prazeres, e totalmente indefeso.

Ao contrário disso, se começarmos com esta capacidade – em que se oculta a liberdade humana – a alimentarmos, desenvolvermos, formarmos uma pessoa com características humanas e não animais, fazendo-o conscientizar-se de que a sua missão na vida é mais nobre que o destino dos animais, que são sempre conduzidos pelo instinto, e que o seu ideal maior, para o qual foi criado, é mais elevado que esses objetivos fúteis e esses ganhos baratos que ele adquire com a satisfação de seus prazeres materiais. Digo: se fizermos tudo isso ao ponto de libertar o ser humano da escravidão aos desejos, para ficar livre de seus domínios asfixiantes e dominar a sua vontade, irá nascer o homem livre que poderá dizer: sim ou não, sem que o façam calar a boca ou algemar-lhe as mãos para aqueles desejos provisórios ou qualquer prazer vulgar.

Foi isso que o Alcorão fez, ao estabelecer para o indivíduo muçulmano o aspecto espiritual especial, e desenvolver seus critérios e ideais, transportando-o da terra e de seus objetivos limitados para campos mais amplos e objetivos mais nobres:

“Aos homens foi abrilhantado o amor à concupiscência relacionada às mulheres, aos filhos, ao entesouramento do ouro e da prata, aos cavalos de raça, ao gado e às sementeiras. Tal é o gozo da vida terrena; porém, a bem-aventurança está ao lado de Deus. Dize (ó Profeta): Poderia anunciar-vos algo melhor do que isto? Para os que temem a Deus haverá, ao lado do seu Senhor, jardins, abaixo dos quais correm rios, onde morarão eternamente, junto a companheiros puros, e obterão a complacência de Deus, porque Deus é observador dos Seus servos”. (Alcorão Sagrado, C.3:14-15)

Esta é a batalha da libertação no conteúdo interior do ser humano. Ela é, ao mesmo tempo, a primeira e a base essencial para a libertação do ser humano do ponto de vista islâmico. Sem ela, qualquer liberdade se torna pura ilusão e mentira, e em seguida, grilhão e corrente.

À luz do Alcorão, encontramos o método utilizado por ele para salvar a humanidade da corrente dos prazeres e da escravidão aos desejos, é o método praticado pelo Islam para a educação do ser humano em todos os campos: o método do monoteísmo. O Islam, ao libertar o ser humano da escravidão da terra e de seus prazeres deslumbrantes, deixa-o vinculado ao céu, aos seus jar-

dins e ideais, e ao aprazimento de Deus. O monoteísmo no Islam é a base para a humanidade se libertar internamente de qualquer tipo de escravidão, como é base da libertação em todos os campos.

Basta-nos um exemplo só - mencionado em capítulo anterior - para sabermos dos resultados fantásticos, frutos dessa libertação e extensão da diferença entre a verdadeira liberdade alcorânica do ser humano e as liberdades artificiais alegadas pelos povos da civilização ocidental. A nação libertada pelo Alcorão, quando foi convocada por ele para se afastar da bebida alcoólica, conseguiu apagá-la do glossário de sua vida, mesmo fazendo parte dela e tendo sido uma de suas necessidades. Conseguiu fazê-lo porque tinha domínio sobre a sua vontade, era livre quanto aos seus vícios e seus impulsos animais. Em resumo: desfrutava de uma verdadeira liberdade que ajudava a controlar seu comportamento.

Quanto à nação fundada pela civilização moderna, lhe deu a liberdade pessoal de seu jeito especial, apesar da máscara artificial da liberdade, e não conteve a sua própria vontade nem controlou a sua existência porque não libertou o seu conteúdo interior. Ao invés disso, submeteu-se aos seus prazeres e vícios, sob a cortina da liberdade pessoal até perder sua própria liberdade perante esses prazeres e desejos. A maior campanha publicitária, organizada pelo governo americano, não conseguiu libertar o povo americano do vício da bebida alcoólica, apesar dos enormes recursos financeiros e morais mobilizados pelo governo americano e por várias instituições sociais. Esse grande insucesso aconteceu como resultado do homem ocidental ter perdido a verdadeira liberdade. Não é capaz de dizer: não, quando fica convencido disso, como o fez o ser humano do Alcorão. Ele só repete a palavra quando o seu desejo impõe. Por isso, ele não se livrou do vício da bebida alcoólica, porque não conquistou, à sombra da civilização ocidental, a verdadeira libertação no seu conteúdo espiritual e intelectual.

Essa libertação interior, ou, a construção interior do ser humano, é do ponto de vista islâmico, a pedra angular na operação do estabelecimento da sociedade livre e feliz. Se o homem não controla a sua vontade, não domina a sua posição interior, não preserva sua humanidade com a palavra sublime na condução de seu comportamento, não conseguirá se libertar, no campo social, de forma verdadeira, nem será capaz de enfrentar a sedução e travar a batalha de libertação externa com coragem audaciosa.

“Ele jamais mudará as condições que concedeu a um povo, a menos que este mude o que tem em seu íntimo.” (Alcorão Sagrado, C.13:11)

“E se pensamos em destruir uma cidade, primeiramente enviamos uma ordem aos seus habitantes abastados que estão nela corromperem os Nossos mandamentos; esta (cidade), então, merecerá o castigo; aniquilá-la-emos completamente”. (Alcorão Sagrado, C.17:16)

A Liberdade no Âmbito Social

Assim como o Islam trava a batalha da libertação interior da humanidade, trava, também, outra guerra para libertar o homem no campo social. Ele destrói no conteúdo interior do indivíduo, os ídolos dos desejos que lhe roubam a liberdade humana, e destrói, no campo das relações mútuas entre as pessoas, os ídolos sociais, e liberta o ser humano de sua escravidão. Assim, ele elimina a adoração do ser humano ao seu semelhante:

“Dize-lhes: Ó adeptos do Livro, vinde, para chegarmos a um termo comum, entre nós e vós: Comprometamo-nos, formalmente, a não adorar senão a Deus, a não Lhe atribuir parceiros e a não nos tomarmos uns aos outros por senhores, em vez de Deus. Porém, caso se recusem, dize-lhes: Testemunhais que somos muçulmanos”. (Alcorão Sagrado, C.3:64)

A adoração do ser humano a Deus coloca todas as pessoas no mesmo patamar perante o Criador e Adorado. Não há nenhum povo que tenha o direito de dominar outro povo e escravizá-lo, nem um grupo da sociedade que tenha o direito de humilhar outro grupo ou violar a sua liberdade. Nenhuma pessoa tem o direito de se intitular ídolo para ser adorado pelos outros.

Outra vez, podemos ver que a segunda batalha alcorânica de libertação utilizou o mesmo método utilizado na primeira (a luta interior contra os desejos), utilizado em todas as lutas islâmicas. É o monoteísmo. Enquanto o ser humano continuar aceitando a adoração somente a Deus, ele nega,

naturalmente, qualquer ídolo ou qualquer tipo de falsa divinização de qualquer ser humano ou criatura. Ele ergue sua cabeça livre e não sente nenhum tipo de escravidão e insignificância perante qualquer força da face da terra ou qualquer ídolo, porque o fenômeno dos ídolos surgiu na vida do ser humano por duas causas: Primeira causa: a adoração aos desejos que o faz renunciar à sua liberdade a favor do ídolo humano que é capaz de saciar e garantir-lhe os desejos. Segunda causa: a ignorância do ser humano ao que há por trás das máscaras dos ídolos, composta de pontos de fraqueza e incapacidade. O Islam libertou o ser humano da adoração aos desejos como já vimos antes, e desmascarou os ídolos:

“Aqueles que invocais em vez de Deus são servos, como vós”.
(Alcorão Sagrado, C.7:194)

Era natural que o ser humano vencesse a idolatria e apagasse da memória dos muçulmanos a adoração aos ídolos em suas várias formas e cores.

À luz dessas bases sobre as quais se estabelece a libertação do ser humano da escravidão aos desejos no campo pessoal, e a sua libertação da adoração aos ídolos no campo social, quer o ídolo seja uma nação, uma classe ou um indivíduo... podemos conhecer o campo do comportamento prático do indivíduo no Islam. Ele difere das civilizações ocidentais modernas que não colocam nenhum limite para a liberdade prática do indivíduo a não ser a liberdade dos outros indivíduos, porque o Islam, em primeiro lugar, focaliza, como foi escrito antes, a libertação do indivíduo da adoração aos desejos e ídolos, e permite que ele aja como quiser sem sair dos limites definidos por Deus. No Alcorão lemos:

“Ele foi Quem vos criou tudo quando existe na terra; então, dirigiu Sua vontade até o firmamento do qual fez, ordenadamente, sete céus, porque é Onisciente.” (Alcorão Sagrado, C.2:29)

“E vos submeteu tudo quanto existe nos céus e na terra, pois tudo d’Ele emana. Em verdade, nisto há sinais para os que meditam”.
(Alcorão Sagrado, C.45:13)

Assim, Deus coloca todo universo a serviço do ser humano e da sua liberdade. Porém, é uma liberdade limitada que o coloca em sintonia com a sua libertação interior da adoração aos desejos e a libertação exterior dos ídolos em si. Quanto à liberdade prática que se manifesta na adoração aos desejos, no deixar de lado a verdadeira liberdade humana, no calar-se perante a injustiça e negar a verdade, no adorar aos ídolos humanos e tentar se aproximar deles, correr para servi-los e se afastar da verdadeira missão do indivíduo na vida, tudo isso não foi ou é permitido pelo Islam porque destrói o verdadeiro sentido da liberdade do homem, uma vez que a liberdade, do ponto de vista islâmico, não é um motivo para a manifestação animal no exercício da liberdade, mas faz parte de um programa intelecto-espiritual completo sob o qual deve ser estabelecida a humanidade.

Quando destacamos o aspecto libertador e revolucionário do Islam, no campo social, não queremos dizer que ele está em sintonia com as liberdades sociais democráticas no seu círculo ocidental em particular. Da mesma forma como o Islam difere da civilização ocidental no conceito da liberdade pessoal, como já disse um pouco antes, ele é, também, diferente no seu conceito de liberdade política, econômica e intelectual.

O significado ocidental de liberdade reflete a idéia básica na civilização ocidental que diz: o ser humano é o dono de si mesmo e ninguém tem o poder de dominá-lo. A liberdade política era resultado da prática desta idéia principal no campo político. Como a forma da vida social e suas leis atingem todas as pessoas da sociedade de uma forma direta, é lógico que todos participem na operação da construção social do jeito que gostam. Nenhuma pessoa tem o direito de impor sobre outra o que não gosta ou usar a força para submetê-la a um sistema indesejável.

A liberdade política começa a se chocar com a idéia principal desde quando enfrenta a realidade da vida, porque é da natureza da sociedade que haja muitas e diferentes opiniões na mesma. O levar em consideração a opinião de alguns significa usurpar o direito de outros, dominando suas vontades ou controlando seus destinos. Por isso existe a questão de seguir a opinião da maioria como uma forma de conciliação entre a idéia principal e a liberdade política. Mesmo assim, é uma conciliação imperfeita porque a minoria possui seu direito e liberdade de ter sua vontade assim como a maioria. Mas o princípio da maioria a impede de exercer esse direito. Assim, esse princípio não é mais que um sistema no qual uma classe dispõe das capacidades de outra com a diferença no número das pessoas em cada categoria.

Nós não negamos que o princípio da maioria seja um dos princípios de consenso, com a minoria sendo constrangida a executar a opinião da maioria, por ser a opinião apoiada por muitos mesmo que se acredite em outra opinião e se tente convencer a maioria de apoiá-la. Essa suposição, porém, não pode ser aceita em todas as sociedades, porque há muitas minorias que não aceitam uma substituição à sua opinião nem se opõem à opinião da maioria.

Podemos deduzir disso que a idéia principal na civilização ocidental não segue seu rumo no campo até começar a entrar em choque com a realidade e seguir um tipo de tirania e individualismo no governo que se manifesta, na melhor hipótese, no governo da maioria sobre a minoria.

O Islam não acredita nessa idéia principal da civilização ocidental porque a crença islâmica se baseia na servidão do ser humano a Deus, e acredita que Deus é o único Senhor, Educador, e Quem possui o direito de legislar e organizar a vida.

“Ó meus parceiros de prisão, que é preferível: deidades discrepantes ou o Deus Único, o Irresistível? Não adorais a Ele, mas a nomes que inventastes, vós e vossos pais, para o que Deus não vos investiu de autoridade alguma. O juízo somente pertence a Deus, que vos ordenou não adorásseis senão a Ele. Tal é a verdadeira religião; porém, a maioria dos humanos o ignora”. (Alcorão Sagrado, C.12:39-40)

O Soberano não admite que as pessoas entreguem suas liberdades nas mãos de outros e oferece-lhes o direito de liderança na vida, na educação e na soberania:

“Tomaram por senhores seus rabinos e seus monges em vez de Deus”. (Alcorão Sagrado, C.9:31)

Nenhum indivíduo ou grupo de pessoas tem o direito de possuir o poder, ao invés de Deus, de orientar a vida social, estabelecendo métodos e constituições.

Por isso, sabemos que a libertação dada pelo Islam ao ser humano, no campo político, fundamenta-se na crença na igualdade de todas as pessoas de assumirem a responsabilidade de suportar as cargas da mensagem divina e serem solidárias na prática das leis de Deus:

“Todos vocês são pastores e cada pastor é responsável por seu rebanho.”

A igualdade política no Islam assume uma forma diferente de sua forma ocidental; constitui-se em carregar a mensagem e não uma igualdade no governo.

Um dos resultados dessa igualdade é a libertação do indivíduo no campo político do domínio alheio, acabando com todos os tipos de exploração política, todas as formas de governo individualista e de classe.

Por isso, o governo do Faraó e a sociedade que ele governava são condenados no Alcorão, porque ele representa o domínio individual no governar e o domínio de uma classe sobre todas as outras:

“É certo que o Faraó se envaideceu, na terra (do Egito) e dividiu em castas o seu povo; subjugou um grupo deles, sacrificando-lhes os filhos e deixando com vidas as suas mulheres. Ele era um dos corruptores”.

(Alcorão Sagrado, C.28:4)

Qualquer composição política que permite a um indivíduo ou a uma classe escravizar outrem ou outras classes, não é permitida pelo Islam porque contraria o principio de igualdade entre os membros da sociedade, quanto a serem responsáveis em carregar a mensagem com base na servidão sincera a Deus, o Altíssimo.

Quanto à liberdade econômica, ela é, no seu conceito capitalista, uma liberdade artificial que se resume em abrir o espaço perante qualquer pessoa para exercer qualquer atividade econômica, como quiser, sem encontrar qualquer interferência ou intromissão por parte do governo. O capitalismo não se importa, depois de permitir ao indivíduo o exercício da atividade como ele quiser, em garantir algo que o homem almeja. Em outras palavras, o capitalismo não se preocupa em permitir-lhe querer algo. Por isso, achamos que a liberdade econômica – no seu conceito capitalista - é vazia, sem significado para quem ela não proporciona chance à sobrevivência, nem os aspectos de competição e de concorrência econômica lhe concedem a oportunidade de trabalhar e produzir. Dessa forma, a liberdade capitalista se transforma não apenas em liberdade artificial, mas não consegue também oferecer às pessoas um pouco de seu conteúdo a não ser na porção de liberdade dada ao homem

que não sabe nadar quando é dito para ele: “*you are free to swim as you wish and where you wish*”. Se quisermos de verdade disponibilizar ao indivíduo a liberdade de nadar e a oportunidade de praticar esse esporte, como é praticado pelos nadadores, iremos proteger sua vida durante a prática de natação e pedir aos mais capacitados para vigiá-lo e não se afastar dele na área de natação por medo de se afogar. Assim, dispomos as pessoas a verdadeira liberdade e a capacidade de nadar, mesmo limitando a atividade das que nadam bem para proteger a vida das outras.

Isso é exatamente o que o Islam fez no campo econômico: prega a liberdade econômica e por garantia misturou ambos num só plano. Todas as pessoas são livres no campo econômico, mas dentro de alguns limites especiais. O indivíduo não é livre quando a preservação do conforto dos outros necessita de que também ceda um pouco de sua liberdade. Assim combinam ambos os conceitos de liberdade e garantia social no Islam⁸.

Quanto à liberdade intelectual na civilização ocidental, significa: a permissão de qualquer indivíduo pensar, divulgar suas idéias e convocar os demais para apresentá-las como quiser, sem interferir no conceito da liberdade e nas bases sobre as quais ela é estabelecida. Por isso, as sociedades democráticas procuram combater as idéias fascistas, limitar sua liberdade e acabar com elas, porque esse tipo de conceito combate as mesmas idéias fundamentais e a base intelectual sobre a qual está fundada a visão de liberdade e as bases democráticas.

O Islam difere da democracia capitalista nesse ponto, como resultado da diferença que existe entre a base intelectual que o Islam adota, o monoteísmo, e o vínculo do universo com Um só Senhor. O Islam permite que o pensamento humano ande pesquisando e se expressando, se não ferir a base intelectual que é a verdadeira garantia da liberdade do homem do ponto de vista do Islam, concedendo-lhe personalidade livre e digna, que não ceda perante os desejos e não se incline perante os ídolos. Ambas as civilizações, a ocidental e a do Islam, permitem a liberdade intelectual ao ponto em que não possa prejudicar a base essencial e em seguida à própria liberdade.

8. Para maiores informações, consulte a nossa pesquisa quanto à liberdade capitalista no livro: “*Ictissáduna*” (Nossa Economia), pags. 247-269.

Um dos dados revolucionários da liberdade intelectual no Islam é a guerra travada contra a imobilidade do pensamento e a tradição, além de lutar contra se submeter às fábulas ou às opiniões dos outros sem senso crítico. O objetivo almejado pelo Islam é a construção do pensamento dedutivo ou demonstrativo no ser humano. Não basta para a formação do pensamento livre no ser humano dizer-lhe: “*Pense como quiser*” – como fez a civilização ocidental – porque essa expansão dada à liberdade terminará prejudicando a própria liberdade, e pode levar, na maioria das vezes, a outros tipos de escravidão intelectual que se manifesta na imitação, no fanatismo e no respeito exagerado às superstições. Na opinião do Islam, é preciso desenvolver no ser humano o pensamento indutivo e o pensamento demonstrativo, que não aceitam nenhuma idéia sem provas, e nem acreditam uma crença sem a apresentação de demonstrações, para que essa mente consciente seja uma garantia de liberdade intelectual e uma proteção para o ser humano contra o exagero impulsionado pela imitação, fanatismo ou superstições. Na realidade, isso faz parte da batalha do Islam para a libertação do conteúdo interior do indivíduo. Da mesma forma que libertou a vontade humana da escravidão aos desejos - como vimos acima - ele, também, libertou a consciência humana da escravidão da imitação, do fanatismo e das superstições. Com isso e aquilo, o ser humano se tornou livre no seu pensamento e na sua vontade.

“Mas aqueles que evitarem adorar ao sedutor e se voltarem contritos a Deus, obterão as boas notícias; anuncia, pois, as boas notícias aos Meus servos. Que escutam as palavras e seguem o melhor (significado) delas! São aquelas que Deus encaminha, e são os sensatos”.

(Alcorão Sagrado, C.39:17-18)

“E a ti revelamos a Mensagem, para que elucides os humanos, a respeito do que foi revelado, para que meditem”. (Alcorão Sagrado, C.16:44)

“Quando lhes é dito: Segui o que Deus revelou! Dizem: Qual! Só seguimos as pegadas dos nossos pais! Segui-las-iam ainda que seus pais fossem destituídos de compreensão e orientação?” (Alcorão Sagrado, C.2: 170)

“Dize-lhes: Mostrai vossa prova se estiverdes certos.”

(Alcorão Sagrado, C.2:111)

O Seguro Social no Islam e no Marxismo

O seguro social do Islam difere do socialista, que é estabelecido sobre bases marxistas, em vários aspectos, devido a uma diferença nos fundamentos, nos círculos e nos objetivos de ambos.

Não podemos, nesse curto espaço, expor mais que alguns aspectos desta diferença, contentando-nos com o estudo mais amplo em nosso livro: “*Ictissásuna*” (Nossa Economia).

1) O seguro social no Islam é um dos direitos humanos, que Deus, o Altíssimo, decretou. Sendo assim, ele não se altera por causa das circunstâncias ou dos níveis civis. O seguro no marxismo é o direito da máquina e não um direito humano. A máquina (meio de produção), ao chegar a certo ponto, torna o seguro social socialista necessário par seu crescimento e continuação de sua produção. Se os meios de produção não alcançarem tal ponto, não há sentido para a idéia do seguro social.

2) O conceito islâmico para a prática da previdência social é o resultado da irmandade que reina entre os membros da sociedade islâmica. A fraternidade islâmica é o círculo que cumpre a obrigação da previdência. Uma tradição diz: “*O muçulmano é irmão do muçulmano, não é injusto para com ele, não o abandona à sua sorte, nem o menospreza*”.

Portanto, é dever do muçulmano se empenhar em ajudar um ao outro e ser solidário com os necessitados.

O marxismo acha que a existência da previdência socialista é o resultado de uma longa e amarga luta que deve ser anotada e aprofundada. Se a guerra das classes eclodir e uma das classes derrotar a outra, a garantia social socialista reinará. Portanto, o seguro social para o marxismo não é manifestação de uma união coesa e de uma fraternidade completa, mas se baseia na contradição polarizada e na luta devastadora.

3) O seguro social no Islam – sendo um direito humano – não privilegia uma classe e descarta outra. Ele abrange até aqueles que não podem participar da produção geral. Os incapacitados de participar tem suas garantias sociais

na sociedade islâmica e é dever do Estado proporcionar-lhes os meios dignos de vida. O seguro social socialista, porém, alimenta-se da luta de classes, entre a classe dos trabalhadores e a capitalista, que resulta na vitória do proletariado, sua solidariedade e participação naquela revolução. Por isso, não há uma justificativa marxista para assegurar a vida daqueles incapazes que vivem longe da luta de classes e não participam da produção geral, porque não se envolveram na batalha por não pertencerem à classe trabalhadora ou à classe capitalista. Por isso, eles não têm o direito de usufruir dos ganhos e dos espólios da luta.

4) O seguro social no marxismo é função apenas do Estado. No Islam é função do Estado e dos indivíduos. Por isso, o Islam estabeleceu dois princípios: Primeiro: o princípio da solidariedade geral; o segundo: o princípio da previdência social.

O primeiro princípio significa que cada indivíduo muçulmano é responsável por assegurar a sobrevivência dos outros – em certos limites – de acordo com a sua capacidade. Esse princípio deve ser praticado pelos muçulmanos mesmo em circunstâncias nas quais eles perdem o Estado responsável pela execução das leis do Islam. A tradição diz: *“Qualquer crente que prive outro crente do que precisa, sendo capaz de fazer aquilo com seus próprios recursos ou com recursos de terceiros, será ressuscitado, no dia do Juízo Final, com o rosto escurecido e os olhos embranquecidos, e com as mãos acorrentadas ao pescoço. Será dito: Eis o traidor que traiu Deus e Seu Mensageiro, e será jogado no Inferno”*

O princípio de previdência social aponta a responsabilidade do Estado e o obriga a assegurar um nível razoável de vida para todos a partir dos recursos do Estado ou da comunidade, ou dos recursos do orçamento.⁹

9. Para maiores explicações, consulte “*Ictissaduna*” (Nossa Economia), capítulo: “*Al machkalat Al ictissadiya fi nazar Al Islam wa Hulūliha*” (O Problema Econômico Sobre a Ótica do Islam e sua Solução), pag. 328.

A seguinte tradição explica isso:

“O governante pega o dinheiro e o aplica nos meios definidos por Deus, que são oito: os pobres, os necessitados, os funcionários do governo, os recém convertidos, a libertação dos cativos, a ajuda aos endividados, a causa de Deus, a ajuda ao viajante. São oito partes que devem ser divididas para que sejam suficientes durante um ano, sem aperto ou necessidade. Se sobrar algo, deve ser devolvido ao governante, e se faltar, o governante deve sustentar os pontos com seus próprios recursos até suprir as necessidades”.

*Najaf al-Ashraf
Mohammad Baquer Assadr*

Introdução



Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso.

Já faz algum tempo que eu estou recebendo muitos pedidos e questões sobre a Escola Islâmica. Os leitores estão insistindo para que eu edite mais episódios sobre o tema.

Eu hesitava em atender aos pedidos para poder ter tempo de preparar o segundo livro de “*Ictissáduna*” (Nossa Economia), dedicando-me a terminá-lo. A edição desse livro foi mais um motivo para o aumento dos pedidos para editar pequenos capítulos nos quais serão explicados os estudos com mais simplicidade, na medida do possível, para uma fácil compreensão para um número maior de pessoas.

Com base nisso, preparei esse curso buscando a simplificação e evitando o nível de precisão e profundidade que utilizei, ao escrever as pesquisas de meu livro “*Ictissáduna*” (Nossa Economia). Tentei, em vários temas, explicar a idéia de forma simples.

Tentarei aqui, ao apresentar esse curso para os leitores, resumir as idéias e organizá-las no sumário, para ajudá-los a entender e acompanhar seus capítulos.

Esse curso abrange a formulação de uma pergunta e a tentativa de respondê-la.

A pergunta é:

Será que há um sistema econômico no Islam?

Vamos responder à questão afirmativamente. Sim, no Islam há um sistema econômico.

Vamos nos deslocar da pergunta para a resposta gradativamente. Depois de fazer a pergunta, iremos explicá-la e mostrar o que está relacionado com ela. Iremos estudar a resposta à luz de nosso conceito sobre o Islam. Iremos também reforçá-las com provas, e discutir as objeções.

Esclarecimento da Questão

Sistema econômico é encontrar uma maneira de organizar a vida econômica de acordo com a justiça. Quando indagamos sobre o sistema econômico no Islam, queremos saber se o Islam trouxe uma maneira para organizar a vida financeira, como fez o capitalismo – por exemplo – estabelecendo o princípio da liberdade e adotando seu método geral na organização da vida econômica.

A nossa necessidade com essa pergunta

A nossa necessidade resulta de muitas causas. Uma delas é o fato que o Islam nega ao capitalismo e ao marxismo – os dois sistemas dominantes no mundo de hoje em dia. A rejeição do Islam aos dois sistemas faz o muçulmano esperar que o Islam forneça outra maneira de organizar a vida econômica, porque toda a sociedade islâmica não pode viver sem organização, seja como for sua forma.

O Erro na Compreensão da Pergunta

Depois de fazer a pergunta, explicá-la, mostramos a importância do erro que algumas pessoas cometem na compreensão da questão. Elas não diferenciam entre o sistema econômico e a ciência econômica no Islam, apesar de querermos falar sobre o sistema econômico e não sobre a ciência econômica.

Correção do Erro de Distinguir Entre o Sistema e a Ciência

Para corrigir esse erro na compreensão da pergunta, ampliamos a explicação para mostrar a diferença entre o sistema e a ciência econômica. Na verdade, a diferença é enorme. O sistema econômico, como já disse antes, é responsável por achar uma maneira de organizar a vida econômica de acordo com a justiça, enquanto que a ciência econômica não cria um sistema de organização, mas adota uma das maneiras seguidas em uma determinada sociedade, e estuda seus resultados, seus efeitos, como o cientista natural estuda os resultados e os efeitos da temperatura.

Exemplos de Diferença Entre o Sistema e a Ciência

Utilizamos muitos exemplos para mostrar a diferença entre o sistema e a ciência economicamente falando. O sistema capitalista, por exemplo, organiza-se com base na liberdade econômica. Para isso, organiza o mercado fundamentado na liberdade dos vendedores na definição dos preços. A ciência, porém, não tenta criar outra maneira de organização; a sua missão é estudar o mercado no âmbito desse estilo capitalista. Estuda a trajetória dos preços e como são definidos. Como eles sobem e descem no mercado livre, disposto de acordo com a maneira capitalista. O sistema cria a maneira de organização de acordo com seu conceito de justiça; a ciência estuda os resultados da aplicação dessa maneira na sociedade.

A Confirmação de que a Economia Islâmica é um Sistema

Depois de citar vários exemplos para mostrar a diferença entre o sistema e a ciência, confirmamos que o sistema econômico, o qual estamos questionando a sua existência no Islam, existe, e diante disto respondemos afirmativamente que afirmar isto não significa dizer que ele é a ciência econômica, porque o Islam, como religião, não tem a função de falar sobre a ciência econômica ou da ciência astronômica ou da matemática, mas sim a função de encontrar um modo para organizar a vida econômica, e não o estabelecimento de um estudo científico das maneiras existentes na sua época, sem obter nenhum resultado, como fazem os economistas.

O Ponto de Vista na Resposta

O estudo, depois disso, passa a explicar o ponto de vista exposto na resposta. Apresenta o conceito correto da lei islâmica (*shariah*) e como abrange vários campos. Mostra isto por meio da natureza da lei islâmica e de seus textos. Apresentamos a seguir algumas contradições que são levantadas perante a crença na economia islâmica e as respondemos. Queremos destacar uma objeção, dizendo que o Islam trouxe algumas orientações morais e não um sistema econômico para organizar as atividades econômicas. Ele é só um admoestador e não um organizador. Já mostramos como essa oposição aproveitou o lado ético no Islam para ocultar os sinais da organização social, mesmo sabendo que a lei islâmica

tratou dos dois campos. Tratou do lado moral, sendo ela uma religião, para a educação do indivíduo, e tratou de organizar a sociedade, sendo um sistema escolhido por Deus, o Altíssimo, para a organização da vida da sociedade humana.

Esse é o quadro sobre as pesquisas do curso e seus temas. Vamos, agora, detalhar essas pesquisas e temas.

Há, Acaso, uma Economia no Islam?

Pode ser a pergunta que mais se repete em vários pensamentos, em varias línguas, e com todo problema que a comunidade enfrenta na sua vida. A insistência aumenta constantemente. É a questão – se existe um sistema econômico no Islam.

Existe Mesmo Economia no Islam?

Será que é possível encontrar uma solução para essa contradição entre os dois sistemas: capitalismo e socialismo, que dominam o mundo de hoje, de forma alternativa, derivada do Islam e extraída de seus métodos de legislação e organização da vida?

Até que ponto essa alternativa islâmica é capaz de garantir uma vida digna e transmitir a sua mensagem à comunidade que está passando por uma grave crise confessional e no meio da contradição entre o capitalismo e o marxismo?

A reflexão nessa nova opção e a pergunta sobre seu conteúdo islâmico não é um luxo intelectual que o muçulmano pratica para se divertir. É uma expressão de sentimento e desespero do muçulmano perante os dois sistemas contraditórios que estão em luta, por meio de várias experiências que viveu, enfrentando suas falhas ou a falha do marxista e do capitalista em preencher o vazio da crença e de princípios da comunidade.

O pensar e perguntar na alternativa islâmica - além de mostrar o desespero do muçulmano em relação aos dois sistemas já mencionados - constituem prova do início do retorno ao Islam, refletem uma consciência islâmica que está se formando e interagindo em vários níveis de pensamento de acordo com sua disposição e sua relação com a crença. As sementes da consciência islâmica

se manifestam em alguns pensamentos que indagam sobre o Islam e em outras mentes, com a tendência e a simpatia pela religião. Em outras, ainda, há a crença muçulmana e em sua liderança sensata em todos os campos.

A consciência islâmica que está se movimentando agora nas mentes da comunidade, em todos os níveis, fica ora perguntando, e ora inspirando, a resposta a favor do Islam. Em distintas ocasiões, manifesta-se como um pilar da fé, consciente, orgulhoso nas mentes férteis da nação que representa a religião entre os muçulmanos.

Por outro lado, o próprio Islam obriga os muçulmanos a formular a pergunta ao Islam ou aos sábios que o representam, exigindo-lhes que apresentem uma alternativa melhor do que os sistemas dominantes rivais – marxismo e capitalismo – porque o Islam anuncia, claramente, no Alcorão, em seus textos legislativos e em todos os meios de comunicação que ele dispõe, a sua insatisfação com os dois sistemas. Assim, é responsável, certamente, por definir uma posição positiva para a comunidade, ao lado da posição negativa do marxismo e capitalismo, dirigindo a comunidade para trilhar outro caminho que esteja de acordo com seus princípios e conceitos.

Quando a posição negativa é afastada da positiva, que define os objetivos e desenha as etapas do caminho, significa retirar-se dos tumultos da vida e da instabilidade social de uma vez, e não como participação com uma nova visão.

O Islam deve, então – enquanto não aceita a integração em sistemas capitalistas, socialistas e comunistas – disponibilizar ou orientar alternativas às pessoas. É normal que os muçulmanos que conhecem a posição do Islam em relação ao sistema capitalista, ao marxista, e os rejeitam, perguntem sobre o grau da força do Islam, sua capacidade de oferecer essa alternativa, e até que ponto seremos bem sucedidos se nos satisfizemos com o Islam em si e derivarmos dele um sistema econômico.

Em resposta a tudo isso, dizemos que o Islam é capaz de nos oferecer uma posição positiva, rica, com suas indicações legislativas, suas linhas gerais e suas leis detalhadas, das quais, pode-se elaborar um sistema econômico completo que se distinga dos outros com seu círculo islâmico, sua origem divina e sua harmonia com a humanidade, toda a humanidade, em seus aspectos espirituais, materiais e suas dimensões de tempo e lugar.

Isso é o que veremos nos próximos estudos.

Qual é o Tipo da Economia Islâmica?

O que queremos dizer com a existência da economia Islâmica?

Qual é a natureza dessa economia islâmica sobre a qual perguntamos no começo e sobre a qual depois, confirmamos a sua existência e nossa fé?

Isso é o que devemos esclarecer antes de qualquer coisa. Quando supomos a existência de uma economia no Islam, não podemos buscar a confirmação desta declaração antes que esteja definida e entendida, e sem explicar ao caro leitor o significado da economia islâmica.

Queremos dizer, com economia islâmica, o sistema econômico e não a ciência econômica.

O sistema econômico é encontrar uma maneira para organizar a vida econômica que está em sintonia com um ponto de vista definido sobre a justiça.

Quando falamos sobre a economia islâmica, estamos falando sobre a maneira islâmica de organizar a atividade econômica de acordo com os conceitos islâmicos de justiça.

Não queremos, com a economia islâmica, nenhum tipo de pesquisa científica no campo da economia.

Esse tipo de definição da economia islâmica nos coloca perante a questão de distinguir entre o sistema econômico e a ciência econômica. Uma vez que a economia islâmica é um sistema e não uma ciência econômica, devemos conhecer com maior clareza o que é um sistema econômico? O que significa ciência econômica? Quais as características que diferenciam ambas as coisas? Se isso não ficar bem claro, com apoio de exemplos, a identidade da economia islâmica ficará obscura.

Quando classificamos uma pessoa como engenheiro e não como médico, devemos saber o que significa engenheiro, sua profissão, sua cultura, a natureza de seu trabalho e a diferença entre ele e o médico, para podermos confirmar que a descrição cabe àquela pessoa, e que ela é mesmo um engenheiro e não um médico. Quando dizemos: a economia islâmica é um sistema econômico e não uma ciência econômica. Devemos saber o significado do sistema econômico em geral, sua função, a natureza de sua composição e as diferenças existentes

entre o sistema econômico e a ciência econômica. À luz desse conhecimento, iremos conhecer a essência da economia islâmica, descobrir que ela é um sistema e não uma ciência econômica.

Na minha crença, esclarecer a identidade da economia islâmica, para estabelecer uma distinção completa entre sistema econômico e ciência econômica, e perceber que a economia islâmica é um sistema e não uma ciência irá nos ajudar muito na confirmação da nossa afirmação – ou a afirmação da existência da economia no Islam – e na refutação das justificativas de alguns grupos que negam a existência da economia no Islam e estranham a afirmação de sua existência.

Com base nisso, iremos estudar o sistema econômico e a ciência econômica de uma maneira geral e as suas diferenças.

O Sistema Econômico e a Ciência Econômica

Todo ser humano enfrenta dois tipos de perguntas em sua vida cotidiana e percebe a diferença entre ambas. Quando queremos perguntar ao pai sobre o comportamento de seu filho, por exemplo, podemos perguntar-lhe: “como seu filho deve se comportar na vida?” Podemos perguntar também: “como seu filho se comporta realmente na vida dele?”

Quando formulamos a primeira pergunta ao pai: “como seu filho deve se comportar na vida?”, o pai vai se inspirar nos valores, nos princípios e nos objetivos que ele respeita e adota na vida. Pode responder, por exemplo: “meu filho deve ser corajoso, ousado e ambicioso”, ou pode dizer: “ele deve crer em seu Senhor, confiar em si mesmo e se sacrificar em prol do bem e da crença.”

Quando formulamos a segunda pergunta ao pai: “como seu filho se comporta realmente na vida?”, não se inspira a responder nos seus valores e princípios. Dá a resposta com base nas suas observações sobre o comportamento do filho. Pode dizer: “ele é de fato crente, confiante e corajoso.” Pode responder, ainda: “ele se comporta mal, despreza sua fé e não enfrenta a vida com coragem.”

O pai se inspira em seus valores e princípios para responder à primeira pergunta. Para responder à segunda pergunta inspira-se nas suas observações, anotações e experiência a respeito do filho, no campo de vida.

Podemos usar esse exemplo para mostrar a diferença entre o sistema e a ciência. Na vida econômica enfrentamos duas perguntas como as que o pai enfrentou sobre o comportamento do filho. Às vezes, perguntamos como devem acontecer as coisas na vida econômica? Outras perguntamos: como acontecem as coisas de fato na vida econômica? O sistema econômico trata da primeira pergunta e dá a resposta, inspirando-se nos valores e nos princípios em que acredita, nos seus conceitos sobre a justiça, como o pai se inspirou para responder à primeira pergunta, ou seja, nos seus valores e princípios.

A ciência econômica trata da segunda pergunta e a responde, inspirando-se na observação e na experiência. Como o pai respondeu à segunda pergunta com base na observação do comportamento do filho e na sua experiência com ele, assim a ciência econômica explica os acontecimentos econômicos, à luz da observação e da experiência.

Assim, podemos saber que a ciência econômica utiliza o sistema de exploração do que está acontecendo na vida econômica, fenômenos sociais e naturais, discutindo suas causas e relações, enquanto o sistema econômico estabelece a vida econômica e define como ela deve ser de acordo com seus conceitos de justiça e a maneira justa de organizá-la. A ciência descobre e o sistema avalia. A ciência fala do que existe e das causas de sua formação, enquanto o sistema define o que deve ser e o que não deve. Vamos começar com os exemplos para diferenciar entre a função da ciência e a missão do sistema entre o descobrimento e a avaliação.

O primeiro exemplo

Tomemos esse exemplo da relação dos preços de mercado com a demanda. Todos nós sabemos, com base na nossa vida cotidiana, que quando uma mercadoria é muito solicitada e há um aumento de desejo em adquiri-la, o seu preço sobe. Um livro de matemática, por exemplo, é vendido por dez reais. Se o Ministério de Educação decide adotá-lo nas escolas e isso aumenta a demanda dos alunos por ele, o seu preço sobe. O mesmo acontece com todas as mercadorias, cujo preço está sempre relacionado com a demanda de mercado. À proporção que aumenta a demanda, sobe o preço.

A relação entre o preço e a demanda é estudada pelo sistema e pela ciência. Porém, cada um a estuda de seu próprio ângulo.

A ciência econômica a estuda como um fenômeno que se forma e existe no mercado livre, no qual não são definidos os preços pelo governo. Explica como esse fenômeno se forma como resultado da liberdade de mercado. Descobre a extensão da vinculação entre o preço e a demanda, compara entre o aumento relativo do preço e o aumento relativo da demanda. Será que o preço dobra quando a demanda dobra, ou ele sobe só um pouco? A ciência explica também se esta relação entre o preço e a demanda é a mesma em todas as mercadorias, ou só em algumas que sofrem o aumento do preço por causa do aumento da demanda?

Tudo isso é estudado pela ciência econômica para descobrir todas as verdades relacionadas com o fenômeno de preço e demanda, o que acontece no mercado livre, as conseqüências da liberdade do mercado, como explicação científica baseada nos métodos de pesquisa científica e da observação organizada.

A ciência econômica nada acrescenta a tudo isso, porque seu principal objetivo é a formação de uma idéia precisa do que realmente acontece. Os fenômenos resultantes da liberdade de mercado, as relações existentes entre esses fenômenos, a elaboração de leis que expressam essas relações e refletem a realidade externa com extrema precisão.

Quanto ao sistema econômico, não estuda o mercado livre para descobrir os resultados dessa liberdade e seu efeito sobre o preço, de como esse se relaciona com a demanda no mercado livre. Não se pergunta por que aumenta o preço da mercadoria no mercado livre quando aumenta a demanda.

O sistema não faz nada disso, e ele não tem o direito de fazê-lo, porque o descobrimento dos resultados e das causas, a elaboração da realidade nas leis gerais que o refletem e o ilustram são funções da ciência econômica graças aos seus meios de observação, experiência e dedução.

O sistema trata da liberdade de mercado para avaliá-la e aos seus resultados, a vinculação dos preços com a demanda que invade o mercado.

Queremos dizer, com a avaliação da liberdade e dos resultados, julgá-los do ponto de vista do sistema quanto à justiça. Cada sistema econômico tem seus conceitos gerais quanto à justiça. Assim, fundamenta-se para avaliar qualquer uma das metodologias da vida econômica na capacidade que a metodologia personifica a justiça, de acordo com o conceito que o sistema tem sobre ela.

A liberdade de mercado, quando é estudada com base no sistema, não se faz por ser um fenômeno real, com seus resultados e suas leis científicas, mas por ser uma metodologia econômica com a intenção de se verificar a extensão da justiça que ela possui.

A pergunta que diz: “Quais são os resultados do mercado livre? Como nasce a relação entre o preço e a demanda nele? Porque um está vinculado ao outro?” As respostas para estas perguntas são dadas pela ciência econômica.

A pergunta que diz: “como deve ser o mercado? Será que a liberdade garante que as mercadorias sejam distribuídas com justiça, suprimindo as necessidades da maneira que a justiça social exige? Esta pergunta é respondida pelo sistema econômico.

Com base nisso, é um erro esperar que um sistema econômico explique o grau de relação entre o preço e a demanda no mercado livre, as leis de oferta e procura que são mencionadas pelos economistas em seus estudos sobre a natureza do mercado livre.

O segundo exemplo

David Ricardo acha que se os salários fossem livres e não definidos oficialmente pelo governo, não ultrapassariam a quantia que garante para o trabalhador o sustento básico. Se ultrapassassem seriam uma coisa provisória e retornariam rapidamente ao nível anterior. Ricardo explica que se os salários dos trabalhadores excedessem o nível básico de sustento, isso melhoraria a situação dos trabalhadores, iriam se casar e ter filhos. Enquanto a atividade do trabalhador for uma mercadoria num mercado livre sem definição de salários e preços, ele se submete à lei da oferta e procura. Se aumentar o número de trabalhadores e a oferta de emprego for alta, os salários diminuem.

Dessa forma, cada vez que os salários ultrapassam o nível básico, surgem fatores que os obrigam a diminuir e voltar ao nível estabelecido. Se os salários diminuem abaixo do nível básico, isso acarreta aumento na miséria para os trabalhadores, a proliferação das doenças e dos óbitos, reduzindo o número deles. Com a redução do número dos trabalhadores, os salários sobem e voltam ao nível básico de sustento, porque quando a quantidade da mercadoria diminui o seu preço sobe no mercado livre.

Ricardo chama isso de “lei de ferro dos salários”.

Ricardo, nessa lei, descreve o que está acontecendo na realidade quando existe o mercado livre para os assalariados. Ele descobre o nível estável dos salários no âmbito desse mercado, os fatores naturais e sociais envolvidos na fixação e preservação na proporção que os salários sofrem um aumento ou uma diminuição excepcional.

Ricardo, nessa lei, responde à pergunta: “o que está acontecendo na realidade?”, e não ao que deve acontecer na existência do mercado livre do assalariado. Por isso, o estudo da lei está incluso na área da ciência econômica porque é um estudo que visa descobrir o que está acontecendo e as leis dominantes nesses acontecimentos.

O sistema econômico, ao falar dos salários dos trabalhadores, não quer descobrir o que está acontecendo no mercado livre. Ele define uma maneira para organizar o mercado de acordo com os conceitos de justiça, nos quais acredita. Descreve a base sobre qual devem ser definidos os salários e pesquisa se o conceito de liberdade do mercado pode ser uma base para a definição dos salários de acordo com o conceito de justiça no qual ele acredita.

Assim, vemos que o sistema econômico não define como deve ser organizado o mercado de acordo com seu ponto de vista quanto à justiça. Será que deve ser organizado à base do princípio da liberdade econômica ou outra base? A ciência econômica estuda o mercado organizado com base no princípio da liberdade econômica, por exemplo, para que possa saber o que acontece no mercado organizado de acordo com o princípio supracitado, como são definidos os preços das mercadorias, os salários dos trabalhadores e como sobem e descem.

Esse é o significado de nossa afirmação: a ciência descobre e o sistema avalia.

O terceiro exemplo

Vamos pegar o exemplo da produção e definir o ângulo do qual a ciência econômica a estuda, o ângulo em que a produção é estudada pelo sistema econômico, e descobrir a diferença entre ambos.

A ciência econômica estuda na produção os meios gerais que ajudam no desenvolvimento de produção, como a divisão do trabalho e a especialização. Ela compara, por exemplo, entre dois projetos de produção de relógios. Cada um deles emprega dez funcionários, com a tarefa de cada

um produzir um relógio completo. No outro projeto, o trabalho é dividido e cada funcionário é responsável por uma tarefa no processo de produzir o relógio. Esse indivíduo repete essa tarefa constantemente sem exercer as outras do processo de produção do relógio. A pesquisa científica na economia estuda esses dois projetos, suas duas maneiras diferentes e o efeito de cada uma na produção e no funcionário.

Assim, a ciência econômica estuda, também, todas as leis naturais que têm relação com a produção econômica, como as leis da redução da safra na produção agrícola dizem que o aumento da proporção na produção agrícola da terra é menor do que a porcentagem do aumento dos custos. Isso significa que a pessoa que gasta cem moedas para a produção de sua terra, e obtém com isso vinte medidas de trigo, se quiser dobrar a despesa, gastando duzentas moedas ao invés de cem, não consegue, com isso, dobrar a produção, ou seja, não consegue produzir quarenta medidas, mas menos do que o dobro. Se gastar trezentas moedas, não consegue triplicar a produção, mas terá sim um aumento menor proporcionalmente, do que o conseguido ao gastar duzentas moedas. Dessa forma, o aumento resultante do aumento da despesa torna-se cada vez menor proporcionalmente até desaparecer por completo e a despesa se torna inútil.

A causa é que a própria terra é um fator básico na produção e o aumento das despesas não é suficiente para o aumento da produção enquanto o fator básico da produção, ou seja, a terra, permanecer fixo.

Tudo isso é estudado pela ciência econômica porque expressa o descobrimento das verdades ao nível econômico, como acontecem, e define os fatores que influenciam, por sua natureza, na produção, a favor ou contra.

Quanto ao sistema, ele estuda os seguintes temas:

Será que a produção deve permanecer livre ou deve ser submetida a um planejamento central por parte do Estado?

Será que o aumento da produção deve ser considerado um objetivo legítimo ou um meio para se alcançar um objetivo mais elevado?

Se o aumento da produção é um meio para se alcançar um objetivo mais elevado, quais são os limites e os círculos impostos pela natureza desse objetivo sobre esse meio? Será que a política de produção é básica para a distribuição ou é ao contrário? O que deve ser organizado para o interesse

do outro? Será que devemos organizar a distribuição de renda – de forma que aumente a produção e ajude no seu desenvolvimento – e assim o interesse da produção servirá como base para a distribuição? “Se o interesse da produção exige uma legislação de juros sobre os créditos concedidos ao comércio - para atrair os capitais ao campo de produção - medidas nesse sentido serão tomadas e a distribuição será organizada com base na admissão do direito do capital nos juros.” Ou devemos organizar a distribuição da riqueza de acordo com a justiça de distribuição e definir o desenvolvimento da produção com a metodologia e os meios que estão em sintonia com a justiça de distribuição?

Tudo isso está incluso no sistema econômico e não na ciência econômica, porque está vinculado à organização de produção e como deve ser planejada a sua política geral.

Lições Tiradas dos Exemplos Anteriores

Podemos deduzir, dos exemplos anteriores, duas destacadas linhas da ciência e do sistema: a linha de descobrir e conhecer os segredos da vida econômica, seus vários fenômenos e a linha da avaliação e criação da maneira de se organizar a vida econômica de acordo com conceitos específicos de justiça.

Assim sendo, podemos distinguir entre as idéias científicas e as idéias sistemáticas. A idéia científica trabalha para descobrir a realidade como ela é de fato e conhecer suas causas, seus resultados e vínculos. É uma espécie de lupa científica da vida econômica. Da mesma forma quando a pessoa, ao usar uma lupa visa ver a realidade sem nada lhe acrescentar ou mudar, assim o pensamento científico faz a mesma coisa com a vida econômica e reflete suas leis e seus vínculos. O aspecto geral da idéia científica é o descobrimento.

As idéias sistemáticas não são uma lupa para ver a realidade; elas são apenas uma avaliação da situação à luz de conceitos gerais sobre a justiça. A ciência diz: isso é o que acontece na realidade. O sistema diz: isso é o que deve acontecer na realidade.

A Ciência Econômica e o Sistema são Como a História e a Ética

A diferença que mostramos entre a ciência econômica e o sistema econômico... Entre a pesquisa sobre o que é e o que deve ser, pode-se encontrar algo semelhante na diferença entre a ciência da história e as pesquisas morais. A ciência da história está de acordo com a ciência econômica na sua linha científica geral e as pesquisas morais, com o sistema econômico quanto à avaliação e ao cálculo.

As pessoas, normalmente, concordam em diferenciar entre a ciência da história e as pesquisas morais. Sabem que os historiadores falam, por exemplo, sobre as causas da queda do império romano pelas mãos dos germânicos, sobre os fatores que incentivaram os europeus a organizar as Cruzadas contra a Palestina e seus fracassos; sobre as circunstâncias que contribuíram para o assassinato de Cesar quando ele estava no auge de sua glória, ou sobre o que contribuiu para o assassinato de Osman Ibn Affan e a revolta contra ele.

Todos esses acontecimentos são estudados pela ciência da história, descobrindo suas causas e vínculos com outros acontecimentos, as agitações resultantes e os desdobramentos nos diversos campos. Sendo uma ciência, ela só descobre as causas, os vínculos e os resultados, utilizando meios científicos, sem avaliar os acontecimentos do ponto vista moral.

A ciência da história não julga - na sua área científica - que o assassinato de Cesar ou de Osman foi um ato correto moralmente, ou um ato criminoso distante dos critérios que os nobres valores exigem que sejam seguidos. Não é sua função avaliar as Cruzadas ou a invasão dos bárbaros germânicos aos Romanos, ou julgar se foram invasões justas ou injustas. A avaliação destes acontecimentos está vinculada às pesquisas morais. À luz dos valores adotados, pode-se julgar se os acontecimentos acima citados são justos ou injustos, se são corretos ou incorretos.

Como a ciência da história descreve o comportamento e o acontecimento como realmente aconteceram, a pesquisa moral avaliam com seus critérios. Da mesma forma, a ciência econômica descreve os acontecimentos da vida econômica, o sistema avalia os acontecimentos e define a maneira que deve ser adotada para organizar a vida econômica de acordo com seus conceitos quanto à justiça.

A Ciência Econômica e as Outras Ciências

O que dissemos sobre a definição da função da ciência econômica, que se limita em descobrir sem avaliar ou valorizar, não vale apenas para a ciência econômica, porque a função de todas as ciências é, especialmente, descobrir. Não há diferença entre o economista e entre os cientistas em física, os atômicos, os astronômicos, os psicólogos, pois o economista pratica seu trabalho no campo econômico da vida do ser humano e os outros cientistas fazem o mesmo, ou seja, eles trabalham para descobrir as verdades, suas leis e suas relações em seus respectivos campos.

O cientista em física normal estuda, por exemplo, as várias velocidades da luz, do som e de outros fenômenos e descobre as suas equações específicas.

O cientista atômico estuda a composição do átomo, o número de seus elétrons, o tipo da carga neles oculta e as leis que regem seu movimento.

O astrônomo estuda os grandes corpos celestes e as leis que regem seus movimentos.

O psicólogo, por exemplo, estuda a operação da percepção, seu conteúdo psicológico e os fatores que a afetam.

O economista, por sua vez, descobre, também, as leis dos fenômenos econômicos, sejam elas naturais, como o fenômeno da diminuição da safra, ou sociais, como o fenômeno da queda ou o aumento dos preços, no mercado livre, de acordo com a demanda.

Todos os cientistas mencionados descobrem e não avaliam.

A Diferença Quanto à Função e não Quanto ao Assunto

À luz do que vimos, podemos conhecer que a diferença entre a ciência econômica e o sistema econômico resulta da diferença na função de cada um. A função da ciência é descobrir os fenômenos da vida econômica e suas relações, enquanto a função do sistema é encontrar uma maneira para organizar a vida econômica, como ela deve ser organizada de acordo com seus conceitos quanto à justiça.

Sendo assim, percebemos o erro nas tentativas que procuram diferenciar entre a ciência e o sistema econômico com a afirmativa: a ciência econômica estuda a produção, suas leis e os fatores que ajudam no seu desenvolvimento. O sistema econômico pesquisa a distribuição de suas regras e os vínculos existentes entre os membros da sociedade como resultado dessa distribuição.

Essas tentativas estão erradas porque vimos nos exemplos anteriores quanto à diferença entre a ciência e o sistema, que o sistema econômico trata tanto da produção como da distribuição (ver o terceiro exemplo). A ciência econômica trata tanto da distribuição como da produção (ver o primeiro e o segundo exemplo). A lei de ferro dos salários, já vista no segundo exemplo, é uma lei científica apesar de estar relacionada com a distribuição e a organização da produção - com base no princípio da liberdade econômica ou na base da orientação central do Estado é considerada um dos temas do sistema mesmo que seja uma pesquisa quanto à produção.

É um erro julgar qualquer pesquisa como científica se estiver tratando da produção, e que é sistemática quando tratar da distribuição.

O sintoma que diferencia a pesquisa científica da pesquisa sistemática é o da pesquisa com a realidade ou com a justiça. Se for uma pesquisa quanto à realidade da vida econômica e como ela é, então é uma pesquisa científica. Se for uma pesquisa sobre a justiça e como deve ser realizada, a pesquisa é então sistemática, ou seja, que o vínculo da idéia com a justiça é o sintoma diferencial do sistema - de uma maneira geral - e as pesquisas científicas que a ciência econômica abrange.

O Sistema Pode ser um Círculo Para a Ciência

Já sabemos que a ciência econômica, da mesma maneira que pesquisa a produção e descobre a lei da redução da safra, por exemplo, também pesquisa a distribuição e descobre a lei de ferro dos salários.

Mas mesmo assim, às vezes há uma diferença entre a pesquisa científica na produção e a pesquisa científica na distribuição. Vamos estudar dois exemplos sobre isso: a lei da diminuição da safra e a lei de ferro dos salários.

A primeira lei representa a pesquisa científica na produção e a segunda representa a pesquisa científica na distribuição.

Se observarmos a lei da diminuição da safra, percebemos que envolve uma verdade a respeito da produção agrícola que pode ser generalizada em qualquer sociedade humana, não importa o sistema econômico adotado. A terra na sociedade capitalista não está mais produzindo de acordo com tal lei, como também na sociedade socialista ou islâmica. Isso significa que a diminuição da safra não depende de um sistema definido, mas apresenta uma verdade científica absoluta.

Quanto à lei de ferro dos salários – que já explicamos antes no segundo exemplo – ela revela, como já vimos, o nível estável dos salários dos trabalhadores numa sociedade na qual impera a liberdade econômica. Estabelece que numa sociedade livre, os salários dos trabalhadores ficam num patamar de qualificação, e se aumentarem ou diminuírem por um motivo qualquer, eles tendem a voltar mais uma vez de uma maneira natural para o patamar normal.

Esta lei é científica por natureza, pelo seu conteúdo e seu objetivo, porque tenta descobrir a realidade, conhecer o movimento dos salários e a sua direção como acontece na sociedade. Porém, estabelece-se, ao mesmo tempo, que essa realidade sobre a qual fala é uma realidade de uma sociedade na qual impera a liberdade econômica capitalista e não se aplica a uma sociedade orientada economicamente, na qual o estado define salários altos.

A liberdade econômica é uma condição para a veracidade da lei científica dos salários, ou ela é o círculo geral no qual a lei de ferro é realizada. Esse é o significado de que o conteúdo da lei é científico e o seu círculo geral - a condição de sua autenticidade - é sistemático.

O parecer maior do que a falta de diferenciação entre o conteúdo e o círculo, ou entre a lei científica e suas condições, é que levou a dizer: todas as pesquisas sobre a distribuição são sistemáticas, e não é função da ciência pesquisar no campo da distribuição. As exigências das leis científicas de distribuição com um círculo sistemático definido levaram os que fazem essa afirmação a imaginar que aquelas leis são naturalmente sistemáticas.

Os Resultados Extraídos

Podemos deduzir os seguintes resultados:

Primeiro: a ciência econômica e o sistema econômico são diferentes em suas principais funções. A função da ciência é descobrir a vida econômica e seus fenômenos como são na realidade, enquanto que a função do sistema econômico é encontrar uma maneira para organizar a vida econômica, como deve ser, em harmonia com seus conceitos gerais de justiça. A ciência trabalha para representar a realidade, e o sistema trabalha para concretizar a justiça.

Segundo: a ciência econômica pesquisa em ambos a produção e a distribuição, assim também o faz o sistema econômico, e não há fundamento para diferenciar entre ambos, com base no assunto, o que torna a produção um assunto da ciência e a distribuição um assunto do sistema, porque a ciência e o sistema são diferentes na função e na maneira de pesquisa e não no assunto.

Terceiro: as leis da ciência econômica, na produção, refletem verdades estáveis em todas as sociedades por mais que seja diferente o sistema econômico praticado. Quanto às leis da ciência econômica no campo de distribuição, elas são geralmente condicionadas num círculo sistemático definido, no sentido de que o economista supõe uma sociedade aplicando um sistema como o do capitalismo e a liberdade econômica, então tenta descobrir suas leis e seu movimento de vida econômica.

O Sistema não Utiliza os Meios Científicos

A partir das análises anteriores ao sistema e à ciência, descobrimos que a função do sistema é indicar as exigências da justiça, enquanto a função da ciência é descobrir os acontecimentos econômicos, como eles acontecem, com suas causas e seus vínculos.

Essa diferença na função principal entre sistema e ciência exige, inevitavelmente, uma diferença entre seus meios de pesquisa. Isso quer dizer que a ciência econômica, sendo uma ciência que descobre o que está acontecendo no mundo e na sociedade no que diz respeito à vida econômica, usa os meios científicos como a observação e a experiência. Acompanha os eventos da vida econômica para deduzir suas relações e suas leis gerais. Quando um assunto é objeto de dúvida, e não se conhece a extensão de sua veracidade e nem qual é a sua imaginação da realidade, o cientista econômico pode recorrer aos critérios científicos, são sucessivas e organizadas observações dos acontecimentos para descobrir o grau de autenticidade do assunto na ilustração da realidade. O cientista econômico é como o naturalista nesse ponto¹. Esse, ao querer descobrir o grau de ebulição da água, pode medir o calor da água de uma maneira científica, sendo um fenômeno natural, e observa o grau do calor no qual começa a ferver.

O economista quando quer descobrir a frequência das famosas crises econômicas que atingem a sociedade capitalista de vez em quando, deve voltar aos acontecimentos da vida econômica – como se sucederam e aconteceram – para conhecer o limite histórico entre uma crise e outra. Se achar que o limite histórico entre uma crise e outra é o mesmo, consegue prever o círculo daquelas crises e, em seguida, procura descobrir as causas e os efeitos.

Ao contrário, o sistema econômico não pode medir os assuntos que trata cientificamente, porque os estuda do ângulo da justiça e tenta encontrar uma maneira de organização de acordo com as exigências de justiça. É claro que a justiça é diferente do calor, da ebulição da água e das crises econômicas, porque não é um fenômeno natural ou social que pode ser observado objetivamente ou medido cientificamente. De acordo com os métodos de experiência conhecidos pela ciência, no sistema econômico, não basta observarmos a realidade e os acontecimentos de longe para saber qual deve ser a justiça na organização, como o faz o economista quando estuda as crises econômicas e sua frequência.

1. Não queremos dizer que os meios científicos que o naturalista utiliza são os mesmos meios utilizados pelo economista. Mas queremos dizer que os meios utilizados pelos dois cientistas são objetivos e não pessoais.

Vamos pegar o exemplo da justiça na distribuição. Há quem diga que a justiça na distribuição é realizada num sistema que garante a igualdade do sustento e da riqueza entre os membros da sociedade. Há quem considere a igualdade quanto à liberdade no meio dos membros da sociedade, ao invés do sustento ser a base justa da distribuição mesmo que a prática do direito da liberdade entre os indivíduos possa levar a uma diferença no sustento e ao aumento da riqueza de alguns enquanto outros estão usufruindo da mesma liberdade oferecida para todos em pé de igualdade. Há ainda quem ache que a justiça na distribuição se realize em garantir um nível geral de sustento a todos e oferecer a liberdade aos membros da sociedade fora deste nível, como faz o Islam.

Se quisermos saber qual é o caminho da realização da justiça, entre esses estilos, não conseguimos medir e usar os meios de pesquisa científica, porque a justiça não é um fenômeno natural como o calor ou a ebulição para ser sentida pela visão ou pelo tato, ou ainda, pelos outros sentidos; não é um fenômeno social como as crises econômicas da sociedade capitalista para ser medida, observada e experimentada.

A ciência permite que as pessoas possam se avaliar. É possível conhecer a extensão de suas igualdades ou diferenças nas suas qualidades físicas e psicológicas, mas não se consegue avaliar o seu direito ao sustento para saber se é justo ou não que eles se tornem iguais no sustento, porque a justiça e o direito não são aspectos objetivos submetidos às avaliações científicas e sensoriais, como são aspectos físicos e dos fenômenos da vida.

Tomemos o exemplo de uma capitalista que acredita serem as pessoas iguais para usufruírem o direito de liberdade mesmo na diversidade de seu sustento e um socialista que acredita estarem as pessoas em pé de igualdade quanto ao sustento e lhes pergunte: será que existe um termômetro para medir a justiça como o termômetro que mede a quantidade de calor, para se conhecer o grau da justiça numa sociedade em que todos os membros são iguais quanto ao sustento e em outra sociedade cujos membros são iguais quanto à liberdade mesmo na diversidade de seu sustento? Será que o direito – que os membros da sociedade usufruem – é um dos fenômenos que podem ser sentidos como podemos sentir suas cores, alturas, quantidade de inteligência e ouvir suas vozes, para podermos estudar o direito com os meios utilizados na pesquisa científica baseada no sentido e na experiência?

A resposta é, naturalmente, negativa. Não há termômetro para a justiça porque ela não é um fenômeno que pode ser medido pelos sentidos e pela observação. O direito das pessoas ao sustento ou à liberdade de obtê-lo, não é um fenômeno como os outros – como a sua altura ou a sua inteligência – para se aceitar o julgamento da ciência na definição desse direito.

Podemos deduzir que o sistema não pode - enquanto estuda os assuntos do ângulo da justiça e do direito – contentar-se com os métodos da pesquisa científica. Deve se inspirar no método que prefere na organização da vida econômica, de seus próprios conceitos e valores sobre a justiça, no exemplo em que acredita e no ponto de vista geral sobre a vida.

A Economia Islâmica e Como Admoestamos Com Ela

Calculo que a pesquisa anterior é suficiente para a elaboração de uma idéia determinada a respeito do conceito econômico, da ciência econômica, da função de cada um deles e seus métodos de pesquisa. Por isso, conseguimos agora explicar a natureza da nossa compreensão sobre a economia islâmica e o que queremos dizer com a nossa confirmação sobre a existência de uma economia ou sistema econômico no Islam.

A economia islâmica – como passou por nós no início dessa pesquisa – é um conceito econômico, e não uma ciência econômica. Quando dizemos: Que o Islam estabeleceu um conceito econômico, não queremos alegar que estabeleceu a ciência econômica, porque o Islam não veio para descobrir os acontecimentos da vida econômica, seus vínculos, suas causas, e isso não faz parte de suas responsabilidades. Da mesma forma, não é da sua responsabilidade descobrir para as pessoas as leis da natureza, ou os fenômenos astronômicos, seus vínculos e suas causas. Da mesma forma que a religião não deve abranger astronomia e ciência natural, e não deve abranger a ciência econômica.

O Islam veio para organizar a vida econômica e não descobri-la, estabelecendo um projeto de acordo com o qual a vida deve ser organizada com base nos seus conceitos quanto à justiça.

A economia islâmica apresenta o ponto de vista do Islam a respeito da justiça e o método na organização da vida econômica, sem indicar descobrimentos científicos quanto aos vínculos e às relações da vida econômica, como acontece na realidade. Esse é o significado de ser a economia islâmica um sistema e não uma ciência.

Em outras palavras, se o Islam veio para falar a respeito da vida econômica no Hijaz, e quais eram as causas que determinavam, na sociedade do Hijaz, por exemplo, a elevação da taxa de juros que os agiotas cobravam, a sua mensagem seria científica e faria parte da ciência econômica. Mas, ao invés disso, veio para avaliar os juros. Tornou-o ilícito, estabeleceu a relação entre o capital e o autor do projeto com base na competição, ao invés do juro e da usura. Dessa forma, o Islam se baseava, na sua economia, no sistema e não na ciência.

Se soubermos claramente a natureza da economia islâmica, e se for um sistema econômico e não uma ciência econômica, conseguiremos refutar todas as críticas de que não há economia no Islam.

Qual é a Maior das Críticas?

Essa grande crítica em que muitas pessoas se fundamentam para refutarem a economia islâmica surgiu da falta de distinção entre a ciência e o sistema. Os que não conseguem discernir entre a ciência e o sistema, ao ouvirem alguém dizer que há no Islam economia, dizem imediatamente: como pode haver economia no Islam quando não encontramos nele pesquisas como as que encontramos com os economistas como Adam Smith, David Ricardo e outros? O Islam não fala a respeito da lei de diminuição da safra, nem sobre a lei da oferta e da procura, não estabelece uma lei em contrapartida ao sistema de ferro dos salários, não apresenta nenhuma idéia sobre a análise do valor e do seu estudo científico, como o fizeram os economistas. Como nos é pedido acreditarmos na economia islâmica, quando todos nós sabemos que as pesquisas da ciência econômica surgiram e se completaram durante os últimos quatro séculos por intermédio dos pioneiros do pensamento econômico como Adam Smith e os especialistas que o procederam no comércio e na ciência natural?

Os que negam a economia islâmica dizem tudo isso pensando que queremos estabelecer o Islam com a pesquisa científica da economia.

Mas quando descobrimos a diferença entre a ciência econômica e o sistema econômico, de que a economia islâmica é um sistema e não uma ciência, não sobra mais lugar para todas essas afirmações, porque a existência do sistema econômico islâmico não significa falar às pessoas a respeito das leis de oferta e procura, mas significa que o Islam convocou à organização distinta da vida econômica, definindo as bases e os suportes em que a vida deve se estabelecer.

A questão da crença na existência da economia islâmica – com base nessa ótica – é algo razoável e não estranho.

Agora, vamos começar neste capítulo o estudo detalhado da economia islâmica. Ao entrarmos nos detalhes da pesquisa e do estudo nos próximos capítulos, iremos apresentar – no Alcorão e na Sunnah – as provas palpáveis quanto à existência do sistema econômico no Islam, se Deus quiser.

Antes de apresentarmos as provas da existência do sistema econômico no Islam, dando-lhe destaque, com base no Alcorão e na Sunnah, queremos apresentar a prova de sua existência na natureza da lei islâmica, o nosso entendimento anterior a seu respeito, como iremos ver.

A Abrangência da Lei Islâmica e Sua Extensão

A abrangência da lei islâmica é a extensão de todos os setores da vida, quanto às particularidades constantes nela, não por intermédio do seguimento de seus conceitos em todos os setores apenas, mas por meio do caminho de corroboração em suas fontes gerais também. Nós podemos encontrar nessas fontes textos que confirmam com clareza a extensão da lei islâmica, sua abrangência a todos os campos que o homem vive e sua riqueza de soluções a todos os problemas que possam surgir em diversos setores.

Observe, por exemplo, os seguintes textos:

1) Abu Bashir narrou, com base no Imam Assadeq (AS) que ele versou sobre a lei islâmica e sua extensão, e sobre o conhecimento dos familiares do Profeta

de todos os seus detalhes, dizendo: *“A lei islâmica abrange tudo que é lícito e ilícito, tudo que as pessoas necessitam, até a indenização por uma cutucada.”* Ele, então indicou com a mão a Abu Bashir, dizendo: *“Permita-me, ó Abu Mohammad?”* Abu Bashir respondeu: *“Sou todo seu, pode fazer o que quiser.”* O Imam cutucou-o com a mão e disse: *“Até a indenização por isso.”*

2) O Imam Assadeq (AS) em outra versão, disse: *“Nela (a lei islâmica) há tudo o que as pessoas necessitam, mesmo que seja a indenização por uma mordidela.”*

3) No Nahjul Al Balágha (O Método da Eloquência), o Príncipe dos Fiéis (A.S.) disse, descrevendo o Profeta (S.A.A.S.) e o Alcorão Sagrado: *“Deus instituiu o Profeta numa época em que, havia tempo, não aparecia profeta algum. Os povos estavam hibernando havia tempo, e as torceduras da corda haviam afrouxado. O Profeta apareceu com (um livro contendo) a corroboração do que já havia, e também como uma luz a ser seguida. Tratava-se do Alcorão. Se lhe pedir para falar, não o fará; mas eu falarei acerca dele. Fiquem sabendo que ele contém o conhecimento do que está para vir, histórias do passado, cura para os males e regulamentação do que há entre vocês.”*

Esses textos confirmam com clareza a abrangência da lei islâmica para todos os campos da vida.

Se a lei islâmica garante soluções para os pequenos problemas como a indenização contra quem cutuca alguém, ou seja, indenização que deve ser paga por um cutucão, é necessário – seguindo a lógica dos textos – que haja na lei islâmica soluções para os problemas econômicos e uma maneira para organizar a vida no campo econômico. Como podemos entender a abrangência da lei islâmica se ela negligencia um dos lados mais amplos e importantes da vida?

Será que podemos imaginar que a lei islâmica exige o pagamento de indenização por um simples cutucão e não define o nosso direito na riqueza produtiva, não organiza a forma de acordo com os trabalhadores ou com os capitalistas em todos os tipos de trabalho no qual você precisa de trabalhador ou de capitalista?

Será que é lógico que a lei islâmica defina uma indenização por quem cutuca alguém e não defina seu direito quando você cultiva uma terra, extrai um minério, abre uma fonte de água ou trabalha numa floresta?

Assim podemos saber que aquele que acredita na lei islâmica e em seus textos, pode extrair-lhes o tratamento da lei aos problemas econômicos, à sua organização no campo econômico e a aceitar que existe uma economia islâmica que pode ser extraída do Alcorão e da Sunnah.

À luz destes textos, o leitor reconhece o erro da afirmação de que a lei islâmica define a conduta do indivíduo e não da sociedade. Como a doutrina econômica é uma organização social, está fora do âmbito da lei islâmica que se limita em definir apenas o comportamento do indivíduo.

Os textos anteriores demonstram o erro dessa afirmação porque mostram a abrangência da lei islâmica em todos os campos da vida, e a organização da sociedade e do indivíduo em pé de igualdade.

Na realidade, dizer que a lei islâmica organiza a conduta do indivíduo e não da sociedade é contraditório com a própria religião, além de contrariar os textos mencionados, porque ao separar a conduta e a organização do indivíduo da organização da sociedade comete-se um grande erro, porque o sistema social em qualquer campo da vida pública na sociedade, seja ele político ou econômico, reflete-se na conduta do indivíduo. Não se pode definir a conduta do indivíduo isoladamente da organização da sociedade.

Vamos pegar como exemplo o sistema capitalista como uma organização social. Ele organiza a vida econômica com base na liberdade. Esse princípio se materializa na conduta do capitalista com o trabalhador e na maneira de estabelecer com ele um contrato; na conduta do agiota e na maneira de celebrar contratos com seus clientes. O mesmo se dá com toda organização social, pois está relacionado com a conduta do indivíduo, reflete-se e materializa-se nele.

Se a lei islâmica define a conduta do indivíduo, ela possui sua maneira para organizar a conduta quando o homem pede dinheiro emprestado, quando contrata um trabalhador ou quando vai trabalhar para alguém. Isso certamente está vinculado à organização social.

Qualquer separação entre a conduta do indivíduo e da sociedade na organização possui contradição.

Como admitimos que a lei islâmica organize a conduta do indivíduo e cada ato do ser humano possui suas regras na lei islâmica, ao reconhecer isso, devemos ir até o fim com esse reconhecimento e crer que existe uma organização social na lei islâmica.

A Prática é Outra Prova

Não sei o que dirão aqueles que duvidam da existência da economia islâmica ou se existe solução para os problemas econômicos no Islam? O que dizem sobre a época na qual foi praticada a economia islâmica durante alguns séculos da história dos muçulmanos?

Os muçulmanos, no despertar do Islam não viviam numa sociedade que possuía sua vida econômica e em outros campos sociais?

A liderança desta sociedade não estava nas mãos do Profeta e nas mãos do Islam?

Essa liderança não tinha soluções definidas para tratar dos temas de produção, distribuição e os outros problemas econômicos?

O que seria se afirmássemos que estas soluções representam a maneira islâmica para organizar a vida econômica e, portanto, é uma doutrina econômica no Islam?

Se pensarmos na sociedade islâmica na época do Profeta não podemos imaginá-la sem sistema econômico. Não existe uma sociedade sem um estilo adotado para organizar a sua vida econômica e distribuir a riqueza entre seus membros.

Não podemos, também, imaginar o sistema econômico na sociedade da época profética separado do Islam e do Profeta, por ter uma missão que ele estava encarregado de aplicar. O sistema econômico deve ter sido extraído por intermédio de seus ditos, práticas e aprovações, ou de seu estilo de governo como chefe de Estado, ou por intermédio de suas decisões de aceitar uma prática corrente. Tudo isso outorga ao sistema o aspecto islâmico.

A Doutrina Necessita de Elaboração

Quando afirmamos que existe uma economia islâmica ou uma doutrina econômica no Islam, isso não quer dizer que iremos encontrar nos textos, de forma direta, as mesmas teorias essenciais da doutrina econômica em sua forma geral. Os textos e as fontes de legislação nos oferecem um conjunto enorme de legislações que organizam a vida econômica e as relações do ser humano com seu semelhante nos campos da produção de riquezas,

de sua distribuição e de sua circulação. Existem várias legislações como as regras islâmicas na área de explorar as terras, os minérios, as regras de especulação, os salários, a usura, o *zakat* (tributo), o *khums* (quinto), as receitas e a casa do tesouro. Esse conjunto de legislações e regras, se for estudado, organizado e comparado entre si, pode chegar às origens e às teorias gerais que o comprovam. Dessas teorias podemos extrair a doutrina econômica do Islam.

Não é necessário, por exemplo, encontrar nos textos e nas fontes da lei islâmica uma fórmula geral para definir o princípio semelhante ao do princípio da liberdade econômica na doutrina capitalista ou algo semelhante. Mas, podemos encontrar nesses textos muitas legislações, a partir das quais podemos deduzir a posição do Islam sobre o princípio da liberdade econômica e conhecer seus caminhos: qual é a alternativa do ponto de vista islâmico?

A proibição do Islam ao investimento capitalista de juros, a se apropriar de um terreno sem exploração e trabalho, ao conceder poder ao governante, definir os preços das mercadorias, por exemplo, tudo isso concede uma idéia sobre a posição do Islam em relação à liberdade econômica e reflete a posição islâmica geral.

A Ética da Economia Islâmica

Pode ser que alguém diga o seguinte: essa economia que vocês falam existir no Islam não é uma doutrina econômica, é só um conjunto de ensinamentos éticos que a religião apresenta às pessoas e as incentiva seguir. O Islam como incentivou a honestidade e a verdade, a paciência e a boa conduta, condenou a calúnia. Ordenou também a ajudar aos pobres e proibiu a injustiça, incentivou os ricos a ajudarem os necessitados, proibiu-os de negar os direitos dos outros e os advertiu para não acumularem riqueza por meios ilícitos além de decretar uma adoração financeira, além das demais, que é o *zakat*, instituída ao lado da oração, peregrinação e jejum para diversificar as adorações e confirmar a necessidade de se ajudar o necessitado e ter compaixão.

Tudo isso foi estabelecido pelo Islam de acordo com uma metodologia ética geral. As ordens, os conselhos, as orientações não são mais que ensinamentos morais que visam desenvolver as boas energias no interior do muçulmano para que ele fique mais próximo de seu Criador e de seu irmão na humanidade. Isso não significa, portanto, uma doutrina econômica ao nível da organização geral da sociedade.

Em outras palavras, os ensinamentos têm um aspecto ético individual. Seu objetivo é a educação do indivíduo e o desenvolvimento do bem no seu coração e não um aspecto social organizacional. A diferença entre os ensinamentos e a doutrina econômica é a mesma entre um pregador que sobe ao púlpito, aconselha as pessoas a se ajudarem e serem compassivas; adverte-os contra a injustiça, a injúria, a usurpação dos direitos dos outros, e a de um reformador social que coloca um projeto quanto às relações que devem ser estabelecidas entre as pessoas e definem direitos e deveres.

Nossa resposta a tudo isso é que a realidade do Islam e a realidade da economia islâmica não concordam em absoluto com esta explicação que rebaixa a economia islâmica de seu nível como doutrina ao nível de conselhos e ordens morais.

É verdade que a orientação moral é cristalina nos ensinamentos do Islam.

É verdade que o Islam possui um grande conjunto de ensinamentos e ordens morais em todos os campos da vida, da conduta humana, e no campo econômico em particular.

É verdade, também, que o Islam reuniu as mais belas maneiras para a educação do muçulmano com valores éticos, desenvolvimento de suas boas qualidades e a realização de seu exemplo perfeito.

Isso não significa que o Islam se resumiu na educação do indivíduo eticamente e abandonou a organização da sociedade, nem que fosse apenas um admoestador do indivíduo, mas, além disso, uma doutrina e um sistema para a sociedade inteira em todos os campos da vida, inclusive a econômica.

O Islam não proibiu a injustiça, não aconselhou as pessoas a serem justas e nem as advertiu para não desrespeitarem os direitos dos outros sem definir os conceitos da injustiça e da justiça, de seu ponto de vista, e definir os direitos que não devem ser desrespeitados.

O Islam não deixou aqueles conceitos (de justiça, injustiça e de direito) ocultos e sem definição e não deixou a missão de explicá-los a todos, como fazem os pregadores morais. Mas, estabeleceu uma forma definida de justiça e as regras gerais para a convivência entre as pessoas nas áreas de produção de riqueza, sua distribuição e sua circulação. Considerou qualquer desvio dessas regras e da forma estabelecida para a justiça uma injustiça e transgressão dos direitos alheios.

Essa é a diferença entre a posição do pregador e a posição da doutrina econômica. O pregador aconselha a justiça e adverte contra a injustiça, mas ele não define os critérios da justiça e da opressão. Deixa essa tarefa ao bom senso geral seguido pelo pregador e seus ouvintes. Quanto à doutrina econômica, ela tenta definir esses critérios e materializá-los em um sistema econômico planejado que organiza todos os campos econômicos.

O Islam não veio para dizer às pessoas: afastem-se da injustiça, pratiquem a justiça e não agridam aos outros, deixando às pessoas a missão de definir o significado da injustiça e estabelecendo a imagem que reflete a justiça, entrando em acordo quanto ao tipo dos direitos exigidos pela lei conforme suas circunstâncias, sua cultura e os valores nos quais acreditam, além de alcançarem seus interesses e necessidades. Se o Islam tivesse deixado isso ao cargo das pessoas, restringindo-se em ordenar e incentivar a justiça, proibir a opressão, advertir contra ela com os meios que a religião utiliza para incentivar e amedrontar, seria apenas um pregador.

Quando o Islam, disse às pessoas: afastem-se da injustiça e pratiquem a justiça, apresentou ao mesmo tempo, seus conceitos sobre justiça, opressão e se destacou com seu estilo justo na distribuição, circulação e produção comparados com as maneiras injustas. Mencionou, por exemplo, que se apropriar de terra sem explorá-la constitui injustiça; que ser proprietário de terreno, com exploração e trabalho é justo. Ganhar uma coisa a mais do capital como juros é injustiça e lucrar é justo, além de outras formas de relações, condutas nas quais o Islam destaca a justiça e a injustiça.

Quando o Islam incentiva os ricos ajudarem seus irmãos e vizinhos pobres, é uma coisa certa, mas o Islam não se contentou apenas com esse incentivo e com a educação ética; obrigou o estado a garantir uma vida digna aos necessitados. É uma obrigação que está incluída no sistema que organiza as relações entre o governo e os governados. O Imam Mussa Ibn Jaafar (A.S.) disse, definindo a responsabilidade do governante no dinheiro do Zakat:

“O governante arrecada o dinheiro e o destina às oito categorias definidas por Deus: para os pobres e necessitados. Divide-o na quantidade suficiente para o sustento de um ano sem aperto ou constrangimento. Se sobrar algo deve ser devolvido ao governante. Se faltar e as necessidades não forem atendidas, o governante deve sustentar os pobres de seu próprio bolso a fim de atender às suas necessidades”.

Está claro nesse texto acima, que a garantia de uma vida digna para todos, não é uma idéia de pregador, mas faz parte das responsabilidades do governante no Islam. Assim, ela faz parte da organização da sociedade, e apresenta um lado dos aspectos do planejamento islâmico da vida econômica.

Há uma grande diferença entre os textos seguintes:

“Certamente, não creê em Deus e no dia do Juízo Final aquele que dorme saciado enquanto seu vizinho passa fome.”

E o seguinte texto:

“O governante deve sustentar os pobres de seu próprio bolso a fim de atender as suas necessidades.”

O primeiro tem aspecto exortativo e mostra o lado moral dos ensinamentos islâmicos. O segundo tem aspecto organizacional e reflete, por isso, um outro lado do sistema islâmico. Não pode ser definido a não ser como parte da metodologia islâmica geral para a sociedade.

O *zakat* é, sem dúvida, um dos mais importantes rituais, junto com a oração e o jejum. O seu círculo religioso não é o suficiente para provar que não se inclui no conteúdo econômico e que não representa a existência de uma organização social da vida econômica no Islam.

Vincular o *zakat* ao governante e considerá-la um instrumento que ele utiliza para garantir a previdência social na sociedade islâmica - como vimos no texto anterior - é o suficiente para destacar o *zakat* de todos os outros rituais individuais. É uma prova que ele não é apenas um ritual individual, mas um treinamento ético para o rico ser compassivo para com o pobre e é uma organização social para a vida das pessoas.

Além disso, o próprio plano legislativo - da obrigação do *zakat* - reflete a doutrina geral no Islam. Os textos sobre o *zakat* mostram que ele deve ser dado aos necessitados até que eles tenham um nível digno de vida. Isso prova que o *zakat* faz parte de um plano islâmico geral para que haja equilíbrio e se obtenha um nível geral unificado de vida na sociedade islâmica. É claro que o planejamento equilibrado não é um ato de pregação, mas um pensamento organizacional à altura de uma doutrina econômica.

O que Falta Para a Economia Islâmica?

Eu não sei por que aqueles que rejeitam a economia islâmica são tão generosos em descrever como doutrina econômica o capitalismo e o socialismo, e deixam de aplicar essa idéia à economia islâmica. Ao invés disso, consideram-na um conjunto de ensinamentos morais.

Temos o direito de perguntar: qual é o mérito para que o capitalismo ou o socialismo sejam denominados de doutrina e não a economia islâmica?

Nós observamos que o Islam tratou dos mesmos temas tratados pelo capitalismo, por exemplo, e no mesmo nível, estabeleceu leis, de seu próprio ponto de vista, diferentes do ponto de vista do capitalismo. Não há justificativa para diferenciar entre ambos ou afirmar que o capitalismo é uma doutrina e não há no Islam a não ser ensinamentos morais e exortação.

Vamos esclarecer esse ponto por intermédio de dois exemplos para provar que o Islam deu sua opinião no mesmo nível das outras doutrinas econômicas.

O primeiro exemplo é quanto à propriedade. Este tema é o ponto principal da discordância entre as doutrinas econômicas. O capitalismo opina que a propriedade particular é o princípio e que a propriedade coletiva é uma exceção. Isso quer dizer que qualquer tipo de riqueza e recursos naturais podem virar propriedade particular a não ser que haja uma necessidade específica que obrigue a nacionalização dos bens e a deixá-los fora de alcance da propriedade privada.

O marxismo vê que a propriedade coletiva é a origem e o princípio, e não é permitido qualquer tipo de propriedade privada para qualquer tipo de recurso natural e fontes produtivas a não ser que haja uma necessidade para tanto. Permite a propriedade privada no âmbito e enquanto a necessidade perdurar.

No seu tratamento ao assunto o Islam é totalmente diferente das duas doutrinas mencionadas. Prega o princípio da propriedade dupla – a propriedade coletiva e a propriedade privada – e ele vê que a propriedade privada e a coletiva estão no mesmo nível de legitimidade, e cada tipo de propriedade tem o seu próprio campo.

Será que essa posição não representa a opinião islâmica ao nível doutrinal da posição do capitalismo e do socialismo? Porque o princípio da propriedade privada é um dos pilares do capitalismo e o princípio da propriedade coletiva um pilar do socialismo, e o princípio de propriedade dupla – privada e coletiva – não pode ser um pilar da doutrina econômica islâmica?

O segundo exemplo se refere ao lucro obtido por intermédio da propriedade dos meios de produção. O capitalismo permite esse tipo de lucro em todas suas formas. Qualquer pessoa que possui os meios de produção pode alugar e ganhar sem precisar trabalhar. O socialismo marxista proibiu qualquer tipo de lucro baseado na propriedade de meios de produção, porque é um ganho que não resulta do trabalho.

A importância que o proprietário da máquina de moer ganha pelo aluguel de sua máquina e o valor que o capitalista ganha como juros recebidos do endividado não são legais no socialismo marxista, enquanto são permitidos no capitalismo.

O Islam trata do mesmo assunto com um terceiro ponto de vista. Diferencia entre alguns tipos de lucro fundamentados na propriedade dos meios de produção e entre outros tipos de ganho. Proíbe os juros, por exemplo, e legaliza o lucro auferido com o aluguel do moinho.

O capitalismo, portanto, permite os juros e o aluguel da máquina de acordo com o princípio da liberdade econômica.

O socialismo marxista não permite que o capitalista receba juros pelo empréstimo e, também, nem que o dono da máquina receba o aluguel de sua máquina, porque o trabalho é o único meio para o ganho, enquanto o capitalista, ao emprestar dinheiro, e o dono da máquina, ao alugá-la, não trabalham.

O Islam proíbe o capitalista de receber juros e permite ao dono do moinho receber pelo aluguel de sua máquina de acordo com a sua teoria geral da distribuição, que iremos explicar em outros livros, com a permissão divina.

São três posições diferentes, resultando da diferença dos pontos de vista gerais sobre a questão da distribuição.

Porque as duas posições: capitalista e marxista são chamadas de doutrinas, e o mesmo não vale para a posição islâmica, mesmo expressando um terceiro ponto de vista doutrinal econômico diferente dos outros dois?



Sheikh Taleb Hussein al-Khazraji em visita ao mausoléu do Mártir Bem-Aventurado Ayatullah Al-Odhmah Assayed Mohammad Baqer Assadr (K.S.), localizado na cidade iraquiana de Najaf.



Sheikh Taleb Hussein al-Khazraji realiza uma súplica no interior do mausoléu do Mártir Bem-Aventurado Ayatullah Al-Odhmah Assayed Mohammad Baqer Assadr (K.S.).

